

DRAFT

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E SETE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E CINQUENTA E UM** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Rosa Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Paula da Silva Viseu, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Vasco Miguel Ferreira dos Santos,

DRAFT

Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Luis Manuel Inês Cavaco, João Gomes Boavida, Vitor Manuel Bruno Moraes, Mário Joaquim Gomes Branco, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Francisco Alves da Silva Ramos, Duarte Albuquerque Carreira, Jorge Manuel Serra de Almeida, Maria João Bernardino Correia, Susana Maria da Costa Guimarães, Nelson Pinto Antunes, Sofia Margarida Vala Rocha, Luis Graça Gonçalves, Gabriel Baptista Fernandes e Paulo Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Modesto Fernandes Navarro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, Miguel Tiago Crispim Rosado, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho e Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Mário Joaquim Gomes Branco. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Nuno Pintão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Moreira. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sofia Vala Rocha. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

DRAFT

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Almeida.-----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Susana Guimarães.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 48/2017, de 18 de julho de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa (PSD-PJF Belém) e Mafalda Ascensão Cambeta (PSD) à 145ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (3ª Sessão Ordinária), realizada no dia 20 de junho de 2017. -----

----- Justificar as faltas à 146ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (2ª Reunião da 3ª Sessão Ordinária), realizada no dia 27 de junho de 2017, dos Deputados Municipais a descrever: Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS – PJF Campo de Ourique), Fábio Martins de Sousa (PCP – PJF Carnide) e Frederico Lira (PEV).-----

----- Justificar as faltas à 147ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (3ª Reunião da 3ª Sessão Ordinária), realizada no dia 4 de julho de 2017, dos Deputados Municipais a descrever: João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), Mafalda Ascensão Cambeta (PSD) e Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP).-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 49/2017, de 25 de julho de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Maria da Graça Resende Pinto Ferreira (PS-PJF Santa Clara) e Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro (PSD) à 148ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (96ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 11 de julho de 2017. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Paula Marques, Catarina Vaz Pinto, Carlos Castro e Manuel Salgado.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “No fim de assinar agradecia que acelerassem para não atrasarmos os nossos trabalhos. -----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados já temos quórum, agradecia aqui aos meus ilustríssimos companheiros de Mesa que viessem ocupar os seus lugares. -----

----- Temos uma bela agenda para terminar os nossos trabalhos antes de férias, de maneira que vamos, com energia, dar início à nossa sessão. -----

----- Eu tenho várias informações aos Senhores Deputados, eu agradecia que tomassem os vossos lugares para eu vos dar as informações que pretendo. -----

DRAFT

----- Senhores Deputados agora agradecia a vossa atenção e agradecia que se entrassem também. Vejo aí muita gente a cirandar na sala, não estou em condições de dar as minhas informações.-----

----- Então Senhores Deputados vamos a isto.-----

----- Eu vou dar algumas informações antes de começarmos os nossos trabalhos, nós não temos públicos hoje no início da sessão, porque temos bastante público ao longo da sessão por causa das Petições e, portanto, não foram abertas novas inscrições. E eu tenho informações importantes para dar aos Senhores Deputados.-----

----- Houve um esforço de toda a gente que eu desde já agradeço, quer dos Senhores Deputados, Presidentes de Comissões, Relatores, toda a gente fez um grande esforço para conseguirmos fechar praticamente todas as matérias que temos pendentes na Assembleia Municipal e, portanto, podemos ir para férias com a consciência do dever cumprido. -----

----- Tenho a dar-vos a seguinte informação: há 3 Petições que não foram apreciadas nem sequer enviadas para as Comissões, porque não houve tempo para isso, chegaram há muito pouco tempo e as Comissões estavam cheios de trabalho. São 3 Petições, uma delas já está colocada no *site* que é a Petição 9 e há mais 2 que ainda não estão colocadas no *site*. -----

----- O que a legislação e o Regimento impõe é que as Petições não perdem validade por mudança de mandato e, portanto, mantêm-se para o mandato seguinte e, portanto, naturalmente, o que eu estou a fazer é contactar os Peticionários destas Petições e dizer-lhes que, não havendo oportunidade de discutir neste mandato, se pretendem manter a Petição e ela será apreciada no mandato seguinte e cá estaremos para podermos discutir as Petições condignamente.-----

----- Uma delas que é a Petição 9, eventualmente, nem será discutida, porque trata-se de um conflito de vizinhança entre uma escola e uma entidade recreativa e não é da nossa competência nada do que é pedido na Petição e, portanto, eu estou a fazer diligências junto da Junta de Freguesia para ver se conseguimos sanar o conflito de vizinhança, teremos notícias, mas não vamos agendar. -----

----- Uma outra matéria que temos pendente, foi distribuída aos Senhores representantes e julgo que à 6ª Comissão. Foi-me entregue pelo Fórum Cidadania Lisboa, que foi uma organização que reuniu uma série de organizações da cidade de Lisboa que trabalham na área dos direitos sociais, uma Carta de Lisboa construída por forma participativa para ser apreciada pela Assembleia Municipal, a versão final da Carta de Lisboa só me chegou esta semana e, portanto, eu já os informei que não vamos também conseguir apreciar isto neste mandato. Isto já foi levado à Conferência de Representantes e o que foi dito pela Conferência de Representantes que já tinha a notícia que a Carta de Lisboa ia entrar e eu tinha a versão inicial, o que foi dito na Conferência de Representantes foi que esta era uma matéria da maior relevância que deveria merecer, inclusivamente, a possibilidade de um debate temático, deveria merecer a possibilidade de todas estas organizações, que foram várias dezenas, que participaram na elaboração, poderem usar da palavra aqui e, portanto, ficamos com a incumbência de transmitir à próxima Assembleia a nossa vontade e desejo que a Carta

DRAFT

de Lisboa seja discutida condignamente, entretanto ela será colocada no *site* e todos podem tomar conhecimento dela. Mas pareceu-nos que não era condigno, com todo o trabalho que aquilo representou, fazer uma apreciação sumária e não permitir a intervenção de toda a gente. -----

----- Isto é o que temos pendente, portanto, 3 Petições e uma Carta de Lisboa apresentada pelo Fórum Cidadania Lisboa, pelo Fórum Cidadania, é assim que se chama, o Fórum Cidadania. Esta Carta de Lisboa vai ser tratada como se fosse uma Petição e, portanto, mantém-se no próximo mandato.-----

----- Em matéria de Propostas da Câmara não temos nada para agendar. A Câmara ainda tem uma reunião amanhã onde está agendada uma adenda a uma delegação de competências e várias repartições de encargos. Eu penso que as repartições de encargos poderemos apreciá-las em Setembro. A adenda à delegação de competências, irei ver com a 1ª e 5ª Comissão, uma vez que é uma Proposta relativamente simples, se ainda querem apreciá-la, por exemplo, na 1ª semana de Setembro, para poder ser agendada.-----

----- E há uma outra matéria que foi aprovada ontem pela Câmara que já não vamos ter ocasião de aprovar, nem apreciar aqui, também é uma matéria relevante, o Plano de Vida Saudável e Qualidade de Vida, apresentado Senhor Vereador dos Direitos Sociais foi aprovada em Câmara, aliás, com elogios. É uma matéria que iremos colocar no *site* e que eu também transmitirei ao próximo mandato, a quem estiver aqui, que gostaríamos que esta matéria fosse apreciada. Naturalmente, sendo uma Proposta da Câmara, ela cai com a mudança de mandato, a próxima Câmara, quem for eleito, se assim o entender, renova esta Proposta e renova o envio para a Assembleia Municipal.-----

----- Portanto, não haverá mais se remessas para a Câmara de Propostas porque não temos nada, absolutamente nada, para mandar para trás. -----

----- Teremos uma última reunião da Assembleia Municipal antes das eleições em 5 de setembro, é uma Sessão pública, em que não haverá agendamentos, ou se houver serão apenas estas coisas muito simples, repartições de encargos. -----

----- Aquilo que eu queria propor a todos os Senhores Deputados e aos Senhores Presidentes de Comissões é que, se precisarem de agendar Comissões para aprovar atas, outra para qualquer matéria que queiram encerrar, ou fazer balanço de mandato, ou como entenderem, que o fizessem até ao final desta semana ou na 1ª semana de Setembro. Nós agradecemos que, a partir do final da 1ª semana de Setembro já não houvesse mais reuniões de Comissões, a menos que haja uma emergência qualquer, afim de podemos dar início a um trabalho que é necessário ser feito, que é um trabalho de levantamento de todas as coisas que foram feitas nesta Assembleia, para serem congregadas numa publicação que queremos fazer e para a qual irei pedir aos Senhores Presidentes de Comissões e aos Líderes de Bancada, logo que esse apanhado esteja feito, irei pedir um pequeno texto para ser feita uma coligação que fique com o registo principal das coisas que foram feitas neste mandato e do esforço que todos tiveram. Espero poder fazer a apresentação desse balanço final do mandato na última reunião que nós vamos ter, já depois das eleições, mas que ainda é deste mandato, o

DRAFT

nosso mandato só acaba com a posse da nova Assembleia e teremos sempre que fazer uma última reunião para aprovar a última Ata e aprovar a própria Ata dessa reunião.---

----- Onde será, com certeza, a oportunidade, os Senhores Deputados terão, com certeza, a oportunidade de fazerem as suas despedidas, aqueles que saem, e aqueles que ficam, naturalmente, desejarmos boa sorte a todos os que ficam. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, era esta estrutura geral de agendamento que eu vos queria transmitir e pedia-vos, na medida do possível, para cumprir estes calendários para que, realmente, os serviços conseguissem fechar aquilo que é preciso ser feito, nos bastidores desta casa, para que tudo o que nós aqui decidimos tenha eficácia.-----

----- Posto, isto, vamos até à nossa Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA Nº 145, DE 20.6.2017.

----- Temos uma Ata para aprovar. -----

----- Eu aproveito para felicitar o Núcleo de Atas que tem feito um esforço enorme para manter as Atas em dia e, como veem, está aqui hoje uma ata para aprovar, já só falta aprovar as atas do mês de julho, portanto, temos apenas um mês em atraso e que agora de um período de férias, certamente se recuperará. -----

----- E, portanto, vamos pôr à vossa consideração a Ata 145. Pergunto se alguém que se quer pronunciar sobre a 145? Não vejo ninguém. Sendo assim, vou pôr à votação. --

----- Vou pôr à votação **Ata 145 de dia 20 de junho de 2017**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.” -----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 145, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 145, Terceira Sessão Ordinária – Primeira Reunião, realizada em vinte de junho de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Diogo Feijó Rodrigues (PS), Maria Simonetta Luz Afonso (PS), João Boavida (PS), Vitor Moraes (PS), Mário Branco (PS), Duarte Carreira (PS), Maria João Bernardino (PS), Fernando Rosa (PSD), Mafalda Cambeta (PSD), Sofia Vala Rocha (PSD), Francisco Alves (PSD) e Jorge Manuel Almeida (IND). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos dar início às Petições. Senhores Deputados, os serviços informam que os Peticionários da Petição 5 e da Petição 11 que confirmaram estar está ainda não chegaram, portanto... Então os da 5 é que ainda não chegaram, portanto, se não vêm inconveniente, nós começaríamos pela Petição 6, uma vez que os Peticionários já cá estão.” -----

PONTO 3 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 6/2017 - A AVENIDA VISCONDE DE VALMOR NÃO SERVE PARA A CICLOVIA EM CONTRAMÃO, NOS TERMOS DA MESMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 85º

DRAFT

DO REGIMENTO; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; RELATÓRIO E PARECER DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDAÇÃO 2/151 (8ª CP).-----

----- (A **Petição nº 6/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo YYYYY** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissão Permanente** relativo à **Petição nº 6/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo YYYYY** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 2/151 da 8ª Comissão Permanente** relativa à **Petição nº 6/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo YYYYY** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Irámos dar início à discussão da Petição 6, com a apresentação dos Peticionários.-----

----- Lembrar aos Senhores Deputados que, na grelha, nós pusemos apenas 3 minutos para cada Grupo Municipal se pronunciar, é uma grelha um pouco mais curta do que o habitual, mas é grelha da Assembleia da República para a apreciação de Petições, é exatamente a mesma, portanto eu apelava ao vosso espírito de síntese para podermos conseguir apreciar todas estas Petições.-----

----- E, sendo assim, eu pedia aos serviços que trouxessem o Senhor que vai, o Município que vai falar em nome dos Peticionários da Petição 6/2017: ‘a Avenida Visconde Valmor não serve para a ciclovia em contramão’. Tem 266 assinaturas e o Senhor José Toga Soares que vai apresentar a Petição e que nós desde já agradecemos.”-----

----- **O Município Senhor José Toga Soares**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, na sua pessoa cumprimentar os restantes elementos da Mesa, os Senhores Deputados Municipais presentes, Senhores membros do Executivo Camarário, Senhores Vereadores, estimado público, caros órgãos de comunicação social, boa tarde.-----

----- O meu nome é José Filipe Soares. Sou 1º Peticionário da Petição ‘a Avenida Visconde Valmor não serve para a ciclovia em contramão’ e sou também Presidente da Associação de Moradores das Avenidas Novas.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, após ler a Recomendação que a 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança fez a esta casa. Eu preparei alguns considerandos sobre essa mesma Recomendação, uma vez que a apresentação da Petição em sim já foi feita aos Senhores membros da Comissão.-----

----- Do que estamos aqui a falar é de uma Recomendação cujos 3 primeiros pontos, cujos 3 primeiros pontos são pontos que escusavam de se fazer parte desta Recomendação, uma vez que a obra já se encontra em curso.-----

----- O ponto 1 diz para se estudar, avaliar a possibilidade de se retomar os 2 sentidos de trânsito na Filipa de Vilhena, já está aqui.-----

DRAFT

----- O ponto 2 diz que seja estudado o troço de cruzamento entre a Filipa de Vilhena e a Brito Aranha de forma a permitir os 2 sentidos, está aqui. -----

----- E o ponto 3 diz que se mantenha o percurso ciclável na Avenida Visconde Valmor promovendo alterações de geometria, também está aqui, isto está tudo em curso. -----

----- Portanto, estão a Recomendar à Câmara uma coisa que já está efetivamente em curso e a obra está em curso e está a andar a bom ritmo. -----

----- Foi também apresentado nesta Comissão, à margem da Petição, uma Proposta que, enquanto munícipe apresentei ao orçamento participativo, em que sugiro a reposição das 2 faixas de rodagem que a Avenida Visconde Valmor tinha. Dessa forma pensamos nós, os Peticionários, conseguiremos dar a resposta a todos os problemas de tráfego que se verificam na zona nesta altura e, principalmente, nas alturas de atividade escolar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Eu peço desculpa, oh Senhores Deputados há muito barulho aí na mesa da Câmara também, há muito barulho, está a perturbar o nosso orador e, portanto, pedia silêncio da vossa parte.” -----

----- **O Munícipe Senhor José Toga Soares**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Noto com agrado que esta Comissão solicita à Câmara que promova, antecipadamente, a divulgação das intervenções e a auscultação pública em fase de projeto, através dos meios adequados. -----

----- E gostaria de me debruçar também sobre o ponto 7 desta Recomendação que diz que após a conclusão das obras em curso na Rua Arco do Cego, da reposição de sentido da Filipa de Vilhena, se proceda à reavaliação da solução implementada e, sobre este último ponto, compete-me dizer o seguinte: A Rua Dona Filipa de Vilhena não tem, nunca teve, nem nunca irá ter, perfil para ser uma via estruturante, conforme consta neste relatório, palavras ditas pelo Senhor Vereador Sá Fernandes que, lamentavelmente, não está aqui, tenho pena. -----

----- É uma rua que sempre teve sentido único, seja Norte-Sul como era há mais 30 anos até 2011, seja Sul-Norte como nos relataram alguns moradores nos anos 60 do século passado. Não tem largura suficiente para circulação em segurança de 2 viaturas de transportes públicos, 2 autocarros da Carris não conseguem cruzar-se em segurança no seu movimento habitual nessa rua. -----

----- Esta associação sempre foi contra a introdução dos 2 sentidos na Rua Dona Filipa de Vilhena solução que sempre foi apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa, como sendo temporária, enquanto durassem as obras do parque de estacionamento da Rua Alves Redol. -----

----- Noto que o anterior Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Doutor António Costa, manifestou numa sessão pública de Câmara a sua perplexidade quando o confrontamos com esta solução que tinha sido implementada na Rua Dona Filipa de Vilhena. -----

DRAFT

----- Curioso, de facto, é que a alteração na Visconde Valmor surge exatamente ao mesmo tempo em que se reverte um dos quarteirões da Filipa de Vilhena para sentido único, coincidência ou não, fica a questão. -----

----- No que à Petição diz respeito, e pedia a intervenção da Senhora Presidente neste capítulo, noto que o ponto 2 da mesma Petição que solicita a esta casa que discuta todo o plano de mobilidade para a zona envolvente, foi completamente esquecido por Vossas Excelências na Recomendação que hoje irão votar. -----

----- É essencial que se dê a conhecer quais são os planos da Câmara Municipal para as Avenidas Novas no que a mobilidade diz respeito. Os moradores têm o direito de saber antecipadamente, o que está planeado e têm o dever de participar, individualmente, ou através das associações de moradores, na procura de soluções. Não pode a Autarquia ter uma postura imperialista de impor as suas soluções, como sendo as únicas admissíveis a serem executadas. Há opiniões válidas que podem ajudar a enriquecer os projetos e a ajudar as pessoas a que se identifiquem mais com as soluções implementadas. -----

----- Espero que a Assembleia Municipal de Lisboa inclua, na Recomendação a ser votada, a possibilidade de se realizar um amplo debate sobre a matéria onde possam participar todas as forças vivas das Avenidas Novas. Um pouco à imagem do que se fez com o Eixo Central e respeitando assim o ponto 2 da nossa Petição. Muito obrigado Senhora Presidente, Muito obrigado Senhores Deputados.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigada, de qualquer modo, em relação a esta Proposta que acabou de apresentar, se algum Grupo Municipal quiser subscrever e propor à Mesa, nós não podemos pôr à votação Propostas que não sejam provenientes da Câmara ou dos Grupos Municipais, portanto, a mesma ficará aguardando que possa haver iniciativa nesse sentido.-----

----- E vamos dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos.-----

----- Antes disso vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Relator, o Senhor Deputado João Valente Pires.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Peticionários.-----

----- Antes de começar a ler a Petição, digamos, o Relatório que foi feito, gostaria de lembrar o Senhor Peticionário que a análise do Relatório é feita pela Assembleia Municipal e não pelos Senhores Peticionários. Os Senhores Peticionários devem vir aqui apresentar a Petição e não analisar...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Senhor Deputado desculpe que o interrompa mas os Peticionários podem pronunciar-se sobre o documento que agente tem sobre a Petição, isso é natural. Por isso mesmo é que...”-----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, respondeu: -----

-----“Ponto a ponto, não me parece!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

---- “O Senhor Deputado pode estar em desacordo, mas é só para que saibam que a Mesa envia sempre aos Peticionários aquilo que foi aprovado em Comissão para que os Peticionários saibam o que é que se vai aqui passar.-----

----- Peço desculpa, mas tinha que dar esta informação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, continuou:-----

----- “Muito bem. -----

----- A promoção de mobilidade na cidade de Lisboa assenta em diversas formas com uma forte aposta e centralidade no transporte público coletivo, mas também na promoção da segurança dos modos suaves, nomeadamente pedonal e ciclável. -----

----- Esta política de mobilidade deve ser implementada de forma equilibrada e faseada salvaguardando a fluidez e segurança do modo rodoviário. A rede de mobilidade ciclável não tem uma função de lazer, mas sim, um carácter de mobilidade urbana, complementar aos modos de transporte, nomeadamente, ao transporte público exigindo-se, por isso, que seja coerente, contínua, segura e articulada com a rede de bicicletas partilhadas em implementação;-----

---- O percurso ciclável da Avenida Visconde Valmor tem um carácter estruturante no Planalto Central da Cidade de Lisboa, permitindo a ligação entre a zona da Fundação da Calouste Gulbenkian e o Bairro do Arco Cego. -----

----- O troço em contra fluxo entre a Avenida Defensores de Chaves e a Rua Filipa de Vilhena, não só não constitui qualquer problema de segurança, como corresponde a boas práticas internacionais de desenho de redes cicláveis, quando devidamente integrado e implementado; -----

----- No entanto, o projeto implementado na Avenida Visconde Valmor parece criar dificuldades excessivas na acessibilidade aos carros estacionados, pois existem balizadores rodoviários demasiado próximos das viaturas e os lugares de estacionamento parecem necessitar de largura adicional;-----

----- Foi efetuada recentemente uma obra de pavimentação e alteração de sentidos de circulação na Rua Filipa de Vilhena, uma via de 3º nível, pelo PDM, bastante relevante do ponto de vista viário, pois constitui-se como um eixo contínuo entre o Martim Moniz e o Campo Pequeno. -----

----- Esta alteração de sentidos de tráfego, associada ao facto da Rua Visconde Valmor ter apenas uma via e um sentido, agravou o congestionamento rodoviário existente, nomeadamente nos períodos em que existe forte fluxo rodoviário associado ao início e fim das atividades escolares diárias. -----

----- Importa assim, tendo em conta o exposto pelos peticionários, concluir que: -----

----- a) As intervenções realizadas, sem considerar outros ajustamentos, não contribuíram para a melhoria da fluidez rodoviária na zona do Bairro do Arco Cego,

DRAFT

nomeadamente as alterações realizadas na Rua Filipa de Vilhena, tendo em conta o seu carácter estruturante na Rede Rodoviária da Cidade de Lisboa; -----

----- b) As larguras de estacionamento implementadas na Avenida Visconde Valmor, associadas à posição dos balizadores do percurso ciclável não garantem as melhores condições de acessibilidade de e para os carros aí estacionados; -----

----- c) Não houve a devida auscultação dos moradores e associações locais, sobre as diversas intervenções, em momento prévio à sua implementação; -----

----- E neste aspeto, considerando o anteriormente exposto, os Grupos Municipais e os Deputados Independentes da 8ª Comissão Permanente propõe à Assembleia Municipal que, perante os argumentos contidos na Petição nº 6/2017 seja deliberado recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:-----

----- 1. Avalie a possibilidade de retomar os dois sentidos de trânsito na Rua Filipa de Vilhena, entre a Avenida Visconde Valmor e a Avenida António José de Almeida;-----

----- 2. Estude o troço entre o Cruzamento da Rua Filipa de Vilhena e a Rua Brito Aranha, de forma a permitir, não só o retomar os dois sentidos na Rua Filipa de Vilhena, como também a criação de uma ligação à Avenida Elias Garcia, promovendo a existência de três zonas de saída do Bairro do Arco Cego (Rua Filipa de Vilhena, Avenida Visconde Valmor e Avenida Elias Garcia), ao invés da única atualmente existente, pela Avenida Visconde Valmor; -----

----- 3. Mantenha o percurso ciclável na Avenida Visconde Valmor, promovendo as alterações de geometria necessárias para garantir uma largura útil de 3,5 metros da via rodoviária, aumentar a largura dos lugares de estacionamento para um mínimo de 2 metros e melhorar as condições de funcionalidade, através do reposicionamento dos balizadores flexíveis, tendo em consideração a métrica dos lugares de estacionamento, de forma a não prejudicar a acessibilidade às viaturas aí estacionadas. -----

----- 4. Em todas as futuras intervenções no espaço público, articule devidamente todos os serviços, sem exceção, com responsabilidades quer ao nível do projeto, quer ao nível das obras, por forma a evitar situações de redundância...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado peço desculpa continua a haver muito barulho na sala, eu peço desculpa, mas as pessoas estão a falar na sala, a falar umas com as outras, nós não conseguimos, aqui na Mesa, evitar a redundância de ruído e, portanto, pedia que efetivamente mantivessem silêncio. Se alguém tem que conversar, vão conversar lá para fora. -----

----- Senhor Deputado desculpe.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, continuou:-----

----- “5. Promova antecipadamente a devida divulgação das intervenções e a auscultação pública em fase de projeto através dos meios adequados, considerando também as diversas associações e grupos de moradores; -----

----- 6. Que encontre soluções adequadas para a resolução do problema de tomada e largada das crianças das creches existentes na Avenida Visconde de Valmor,

DRAFT

anteriormente feitas em situação de paragem temporária na faixa de rodagem, tendo em consideração que a paragem temporária na faixa de rodagem se revela indesejável por questões de segurança; -----

----- 7. Que após conclusão das obras em curso na Rua do Arco do Cego, da reposição dos dois sentidos na Rua Filipa de Vilhena e durante o período normal de funcionamento dos diversos estabelecimentos escolares e de apoio à infância existentes na área, proceda a uma reavaliação do funcionamento da solução implementada e, caso se mantenham os engarrafamentos e as questões de segurança, implemente as correções adequadas e necessárias. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

---- Está feita a apresentação e a intervenção do Senhor Deputado João Valente Pires e vamos agora a palavra aos restantes inscritos.-----

----- A Mesa só tem mais uma inscrição para esta Petição, se alguém se quer inscrever agradeço que o faça agora, para não pedir depois, fora de tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, caros Vereadores, caros Deputados, caro público. -----

----- Relativamente a esta Petição ‘a Avenida Visconde Valmor não serve para a ciclovias em contramão’, o CDS saúda os subscritores por, mais uma vez, estarem atentos e defenderem as Avenidas Novas, uma zona da cidade tem sido fortemente fustigada pelo experimentalismo socialista. -----

----- Vamos acompanhar as Recomendações da 8ª Comissão dando ênfase ao facto de, mais uma vez, a Câmara ter decidido sem auscultar os moradores e comerciantes na zona. Esta audição é de todo útil e tem sido demonstrada noutras situações, por vários motivos, sendo que o principal é o bom senso que deriva de se poupar tempo e dinheiro dos contribuintes, ao ter em conta as experiências e sabedoria de quem ali fez a sua vida, ou faz a sua vida e está familiarizado com os principais problemas da zona.

----- E como também já foi focado as Recomendações não apelam à discussão do plano mobilidade das Avenidas Novas como é sugerido no ponto 2 da Petição e que, na nossa ótica, seria recomendável. -----

----- Mas este relatório é bastante elucidativo. Sá Fernandes assume que as várias intervenções na zona não foram pensadas num todo, o que provoca a atual situação de congestionamento e desarticulação nas obras do bairro do Arco do Cego, Rua Arco do Cego, Filipa de Vilhena e Visconde Valmor. Também as suas conclusões são claras.---

----- Realçava 2 questões que considero importantes e que revelam a incoerência da Câmara. Em primeiro, a construção de uma ciclovias em contramão na Avenida Visconde Valmor quando o restante troço desta artéria é efetuado em via partilhada. Mas mais, as avenidas adjacentes, a Elias Garcia e a Barbosa de Bocage, mantém a lógica de vias partilhadas com carros e bicicletas. Portanto, é utópico defender que a

DRAFT

ciclovias em contramão é essencial na Visconde Valmor e, com esta incongruência, não encontro os indícios de boas práticas que aqui foram falados.-----

----- Em 2º, porque a Câmara tem, de uma vez por todas, de decidir que plano mobilidade quer para Lisboa e, em particular, nesta zona tão fustigada por constantes alterações e erros sucessivos. -----

----- Diz o Senhor Vereador que a Rua Dona Filipa de Vilhena é uma via estruturante por permitir a ligação entre o Martim Moniz e o Campo Pequeno. Sinceramente, alguém consegue compreender que uma via desta importância nos níveis viários de Lisboa tenha, em todo o seu percurso, 2 sentidos e que, ao chegar ao último quarteirão da Filipa de Vilhena, tem apenas um? Isto é aceitável?-----

----- Lembro-me do último plano de mobilidade que previa que o eixo de ligação entre o Campo Pequeno e o Martim Moniz seria, o que me parece lógico, a Avenida Defensores de Chaves. Em suma, não só é preocupante o estrangulamento de trânsito na zona do Arco Cego, como a solução apresentada pelo Vereador, de eixo principal ser a Filipa de Vilhena.-----

----- Posto isto, seria prudente e aconselhável que a Câmara se entendesse entre Pelouros, apresentasse um plano de mobilidade, de espaço público integrado desta zona da cidade, que tivesse o devido respeito pelos moradores e que garanta o acesso e paragem temporária de pais que sirva, quer os jardins-de-infância da Visconde Valmor, quer os estabelecimentos de ensino do bairro do Arco do Cego. -----

----- Pela parte do CDS iremos acompanhar esse processo em que a ausência de planeamento parece ter dominado esta zona de Lisboa. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cara Presidente, Secretários, caros colegas, caríssimos Peticionários, cidadãos e cidadãs.-----

----- Este é um processo muito interessante é um processo em que, naturalmente, os moradores das Avenidas Novas, e não só, e as respetivas associações de moradores cumprem o seu papel de cidadão e de defesa dos seus interesses.-----

----- Assim, através desta Recomendação que foi feita pela nossa Comissão, isto é um processo de trabalho, a Comissão é um processo de trabalho em que há, aparentemente, interesses diversos mas, depois, todos nos unimos em volta daquilo que há de defesa comum, neste caso, de um troço nas Avenidas Novas.-----

----- Reconhecemos que, de facto, há absoluta necessidade neste caso, como noutros, haver uma profunda divulgação das intervenções e de auscultação pública que tem que ser antecipada, permitindo, de facto, um diálogo com o cidadão. E depois, é evidente que cabe à Câmara, a esta Câmara ou outra qualquer que venha a ser eleita, decidir. Essa é uma outra fase.-----

----- Por outro lado, também tem que haver uma articulação que não houve aqui, como foi reconhecido em sede de Vereação, tem de haver aqui uma profunda articulação de todos os serviços, nem sempre há essa hipótese, mas, de facto, os serviços têm que se articular, porque isto causa desconforto até na perceção do que se vai passar.-----

DRAFT

----- Reconhecemos este carácter de experimentação neste pequeno troço da Visconde Valmor, o próprio Deputado João Valente e eu sugerimos que possa ser feita uma alteração, porque nós sabemos que somos todos, quando existe uma experimentação, nós somos reativos, normalmente, a reação faz-se negativamente, de qualquer modo, foi-nos assegurado, e isso é importante, que depois de instalado tudo o que há para instalar, ainda leva um largo tempo, não está ainda consolidada nem o ponto 1, nem o ponto 2, nem o ponto 3, peço desculpa, não está ainda consolidado e, portanto, que depois disso será feita uma profunda avaliação, eu penso que já aí com todos os intervenientes, com as associações de moradores, com a Junta de Freguesia, certamente, e com a própria Câmara, no sentido de poder haver uma alteração.-----

----- Eu creio, portanto, que este é um processo contínuo de participação cidadã que cabe a todos, à Assembleia Municipal, à Câmara e aos cidadãos e cidadãs e aos fregueses através das suas associações e das Juntas de Freguesia, ter a participação devida na defesa daquilo que todos nós pretendemos, sem dúvida nenhuma, que é uma Lisboa mais habitável, mais feita para que nós possamos todos andar, de bicicleta, de carro, nos meios todos que queiramos mas, sobretudo em segurança e é isso que todos queremos e, portanto, neste processo contínuo, eu agradeço, uma vez mais, a intervenção, lógica, dos moradores. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“É a última intervenção que a Mesa regista nesta parte.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Deputados Municipais.-----

----- Portanto, em 1º lugar saudar realmente os Peticionários por terem trazido a esta Assembleia, um problema real que os afeta, realmente, e que dificulta, portanto, a mobilidade na cidade e naquela zona, em particular.-----

----- Em 1º lugar, eu gostaria de dizer que nós estivemos presentes na Comissão de Mobilidade quando discutimos esta Petição e concordamos com as conclusões e as Recomendações que saíram dessa Comissão, até porque nos parece que elas, realmente, são uma 1ª resposta que para a resolução dos problemas de mobilidade na zona. Aliás, no próprio Parecer da Comissão chama-se a atenção para algumas falhas que, efetivamente, existiram neste processo, por parte da Câmara, e que nós também concordámos.-----

----- Concretamente, achámos que foi lamentável a não auscultação dos moradores, ou pelo menos de todos, isto é uma questão que aparece, de facto, também na Petição. Mas sobretudo achamos lamentável a desarticulação dos Departamentos, ou dos Vereadores, não sei bem, na Câmara, em todo este processo. O Senhor Vereador Sá Fernandes, quando esteve presente na Comissão, declarou que essa desarticulação era sobretudo em termos de *timings* de resposta, pronto, mas de qualquer forma há efetivamente aqui uma desarticulação dos serviços que, no fundo, acaba por gerar um

DRAFT

bocado todo este mal-estar e que é, realmente, dificultador da mobilidade naquela zona. -----

----- Nós vamos continuar também a acompanhar este processo, de facto, pareceu-nos que estas soluções aqui encontradas, que são realmente viáveis e coerentes, mas iremos continuar, como é óbvio, a acompanhar este processo. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Não temos mais inscritos, temos então à nossa consideração a Recomendação 2/151. Informo que acaba de dar entrada na Mesa, por apresentação do Senhor Deputado Municipal Miguel Santos do PAN, um aditamento a esta Recomendação com o seguinte teor, é um Ponto 8 que teria a seguinte redação: ‘que seja promovido um debate amplo sobre todo o plano de mobilidade para as Avenidas Novas. Debate esse que seja amplo, participado e transmissor de soluções adequadas e valorizadas quer pelos moradores quer pela autarquia’. -----

----- Portanto, este é o teor, penso que tomaram devida nota. Este é o teor que foi apresentado pelo Senhor Deputado Municipal do PAN. -----

----- A Mesa, tratando-se de um aditamento, vamos pôr à votação, em 1º lugar, a Proposta que já cá estava, a Recomendação da Comissão. -----

----- Voto **da Recomendação nº 2/151** da 8ª Comissão Permanente relativa à Petição 6/2017. A Recomendação nº 2/151 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- Vamos agora pôr à votação o aditamento. Senhores Deputados, eu pedia às pessoas presentes que não se pronunciassem, ainda estamos em votações, e às pessoas estão a assistir, independentemente do vosso estado de alma, não podem pronunciar-se, só os Senhores Deputados é que o podem fazer. -----

----- Vamos pôr agora então a votação, o ponto número 8 apresentado pelo PAN que eu acabei de ler. -----

----- Voto do aditamento do Ponto 8 à **Recomendação nº 2/151** proposto pelo PAN. O aditamento do Ponto 8 à Recomendação nº 2/151 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- Está aprovado por unanimidade recolhendo, assim, naturalmente, a sugestão que tinha sido feita pelo Senhor Presidente da Associação de Moradores. -----

----- Senhores Deputados e público presente, lembro que, naturalmente, este amplo debate já não poderá ser feito neste mandato, uma vez que estamos em final de mandato e que esta Recomendação será transmitida a Câmara e os que cá estiverem no próximo mandato, terão que tomar a iniciativa de promover este debate, porque, no final, as Recomendações no final do mandato, depois, não tem sequência. Mas, de qualquer maneira ficou expressa aqui a vontade dos Senhores Deputados e dos Peticionários. -----

DRAFT

----- Vamos prosseguir agora, não sei se já está a Petição 5? Vamos prosseguir agora com a Petição 7/2017.”-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 7/2017 - TRAVAR O ALOJAMENTO LOCAL (A TURISTAS) E SALVAR O QUE RESTA DO ARRENDAMENTO (CRIANDO CONDIÇÕES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO), NOS TERMOS DA MESMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; RELATÓRIO E PARECER DA 2ª E 3ª COMISSÕES PERMANENTES. RECOMENDAÇÃO 3/151 (2ª E 3ª CP). RECOMENDAÇÃO 1/151 (IND). RECOMENDAÇÃO 6/151 (BE).**-----

----- (A Petição nº 7/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 2º e 3º Comissões Permanentes relativo à Petição nº 7/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação nº 3/151 da 2º e 3º Comissões Permanentes relativa à Petição nº 7/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação nº 1/151 do Grupo Municipal dos Independentes relativa à Petição nº 7/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação nº 6/151 do Grupo Municipal do Bloco de esquerda relativa à Petição nº 7/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- Vamos prosseguir agora com a Petição 7/2017, que é sobre o alojamento local e, portanto, eu pedi aos serviços para trazerem a pessoa que vai falar que é o Senhor Rui Martins.-----

----- **O Município Senhor Rui Martins**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -
----- “Boa tarde, antes de mais, esta Petição da qual eu sou o 1º Peticionário, naturalmente, advém de uma questão pessoal. Eu vivo em casas alugadas, em Lisboa, há 16 anos e sempre foi possível, no fim do contrato, procurar e encontrar uma casa que fosse possível arrendar, já não é.-----

----- Neste momento, está a ser difícil, senão impossível, encontrar uma alternativa para continuar a viver em Lisboa. Há de haver uma solução, sempre algures, no processo, mas está a ser muito difícil. E algo mudou e o que mudou foram várias coisas.-----

----- Foi a turistificação de Lisboa e foi também, claro, o alojamento local que é um fenómeno que não existia, há um par de anos atrás, com a escala que existe hoje em dia em Lisboa.-----

DRAFT

----- Ah e já agora, é falso que o alojamento local se aplique apenas nas 4 Freguesias históricas, eu farto-me de ouvir este discurso por parte da Associação dos alojadores locais, como eu gosto de lhe chamar, mas não é verdade. Para vossa informação, existem, hoje em dia, já mais oferta de alojamento local aqui na Freguesia...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “ Oh Senhor Rui Martins desculpe, mas eu estou, eu não sei o que é, os Senhores Deputados devem, realmente, estar a precisar de férias. Está muito barulho na sala, pedia o vosso silêncio. Senhor Rui Martins para podermos ouvi-lo como deve ser.” ----

----- **O Múncipe Senhor Rui Martins**, no uso da palavra fez continuou: -----
----- “Bom, só queria dizer, já lá chego. -----

----- Em relação a esta Petição e esta causa que defende o travão do alojamento local, não a extinção, de forma alguma, nós não queremos extinguir o turismo, isso é ridículo e seria mau, não defendemos isso. O que defendemos é apenas o travão. -----

----- Contudo esta causa é uma causa difícil de mobilizar pessoas, é uma coisa que me faz pensar bastante, estive já em várias causas e foi sempre possível mobilizar para a causa aqui é difícil. E porquê? Porque esta é uma questão que provoca depressão nas pessoas que são afetadas por isto. Quando perdem a casa, ficam deprimidas, quem está deprimido não se manifesta, quem está deprimido não se mobiliza, quem está deprimido não reage. As vítimas preferenciais dos alojadores locais são os Senhorios que convertem a casa de habitação para alojamento local, são os idosos, que recebem cartas em casa cartas sem fundamento legal, receber pressão, recebem telefonemas, visitas. Os idosos ficam deprimidos, mudam de casa, saem sem sequer conhecerem os seus direitos. -----

----- O problema está resolvido a causa deixa de existir, quem fica com o problema resolvido não quer mais saber da causa do alojamento local, da causa do travão a favor do orçamento local. Porque é uma causa muito complicada de travar. -----

----- Por outro lado, existe manifestamente um império nos média das agências de comunicação que trabalham para o alojamento local. É raro aparecer um artigo nos jornais que defenda o travão ou a contenção do alojamento local, pelo contrário, são quase diários artigos, colunas de opinião, de quem defende a desregulação, de quem defende o alojamento local, é David contra Golias, eu infelizmente no sou Golias.-----

----- A escala do problema é também complicada de entender. Quem está a vir para a cidade, para as Freguesias que eu melhor conheço, as Freguesias que rodeiam esta, e esta é a Freguesia do Areeiro, são herdeiros. Não há ninguém a comprar casas aqui que não sejam turistas endinheirados ou reformados ricos. Os investidores estrangeiros, fundos imobiliários, compram casas e que não as ocupam, também estão a comprar casas em Lisboa. A classe média e média alta quase nada, está a sair do centro de Lisboa está a sair das Freguesias de Lisboa. Isto é um problema que também é vosso, porque é esta classe média que vota as pessoas estão aqui sentadas nesta Assembleia Municipal.-----

----- As expulsões são constantes, por carta, por pressão, quando o contrato chega ao termo, ocorre quase sempre uma duplicação do preço, o que nestes casos daqui da Freguesia do Areeiro, aconteceu a quatro famílias daqui, quatro! O contrato acabou,

DRAFT

propuseram uma duplicação do preço da renda, nem mais nem menos. Posso-vos dizer, a casa por cima da minha casa está a arrendar, hoje, pelo 1800 euros, a casa que eu arrendei há 2 anos era por 800 euros, se isto não é especulação, o que é que é então? -----

----- T1, aqui mesmo perto da Almirante Reis, está agora para alugar um T1 por 800 euros, um T2 numa cave, na Augusto Gil, pedem 1100 euros, numa cave? -----

----- A *Airbnb*, isto é uma questão muito polémica. Falam muito de que a oferta do alojamento local, aqui no Areeiro, é irrelevante, que só é grave nas Freguesias históricas, já disse isso, isto não é verdade! Isso é o discurso dos alojadores locais. Também admitem que mais de metade do mercado não está legalizado sequer, portanto, como é que eles podem prever, a nível de percentagens, que vão até à fração, se admitem que metade do mercado é ilegal? Como? Eu sei como é que é. Demagogia! -----

----- Desafios. Não acreditem em mim. Vão hoje ao *Airbnb*, ou a um agregador que exista, há vários, mas há um agregador que diz que, na Freguesia do Areeiro, existem 67 ofertas de alojamento local, de arrendamento nem uma virtual, 67 também. Há 2 anos era 100% de arrendamento, metade do mercado de arrendamento, em 2 anos, evaporou-se, foi para alojamento local. -----

----- O alojamento local não é um fator desse problema? Parece-me que é. -----

----- Prosseguindo, como é que se pode corrigir este problema? A longo prazo há muitas soluções, estão na Petição, não vou maçá-los com elas. A curto prazo há duas vias em que se pode intervir, sim, que a Câmara tem poder de interferência ou direta ou indireta aqui. O IMI, o IMI deve ser aumentado radicalmente para casas vazias, na Avenida de Madrid há um prédio totalmente vazio, para quê? Para especulação. O IMI tem que aumentar, e tem que descer em casas que sejam ocupadas em longa duração, quer por arrendamento, quer por compra. O IRS, é uma Proposta do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para facilitar o IRS, o pagamento do IRS a senhorios que arrendem a longa duração, longa duração não é um ano, porque há contratos de arrendamento a um ano, em que o contrato é um ano. -----

----- E há que pressionar a maior, a 2ª proprietária de casas de Lisboa que é a Santa Casa da Misericórdia, que está a colocar casas que lhe foram doadas para fins sociais no mercado do alojamento local, paradoxo! E está a colocar casas no mercado da compra de luxo como fizeram agora na Casal Ribeiro, a Santa Casa da Misericórdia está a fazer alojamento local! -----

----- É preciso, se calhar, pensar em refundar a EPUL, a EPUL fazia falta hoje para cobrir o outro sector que falta cobrir que, além da vertente fiscal pode ter uma intervenção na vertente da oferta, é mais lento, mas é eficaz. -----

----- Só para terminar, dois pontos. -----

----- A situação é móvel, eu tenho observado muito atentamente o que se está a passar no Areeiro que é uma Freguesia excelente para fazer medições deste tipo de questões, porque não tem devolutos, tendo os devolutos de há 8 ou 10 anos, são os mesmos que estão hoje em dia devolutos, nas zonas históricas em que havia muitos devolutos, concebo isso, mas aqui não! O que é que eu vejo no Areeiro? Vejo que a oferta de

DRAFT

alojamento local se tem mantido numericamente estável desde Março, quando estabilizou, não há mais casas no alojamento local, sinal que há uma oferta excessiva, possivelmente, mas há uma coisa que começou a mudar, e Petição é alojamento local, mas, de facto, o que fala e de ocupação e de viver em Lisboa. -----

----- O que mudou foi que há mais casas hoje em dia, os preços das casas continuaram a subir, agora também sobem as casas de T0 e T1, e com casas com menos de 100 metros, mas já não estou a divergir do arrendamento para o alojamento local, estou a divergir para o arrendamento, para a compra, e quem compra as casas? Ricos, ricos estrangeiros franceses, ingleses, belgas e fundos de investimento que mantêm a casa vazia e isto está a acontecer aqui no Areeiro, aqui nesta Freguesia onde vocês estão. ---
----- Portanto, o padrão está a evoluir, o alojamento local ainda é um problema, ainda tem mercado de oferta, 67 alojamentos locais para 67 arrendamento hoje aqui no Areeiro. -----

----- E isto é uma bolha e para terminar a bolha vai rebentar. Estes preços são insustentáveis. Um aumento de 20% dos preços da habitação, em 3 meses, em Lisboa, não foi acompanhado pelo aumento do rendimento dos portugueses nesses 3 meses que passaram. Portanto, há aqui uma bolha claramente a instalar-se, quando ela rebentar vai afetar toda a gente, afeta Lisboa, afeta os alojadores locais, afeta quem está no mercado do turismo, afeta toda a gente, todos seremos afetados. -----

----- A altura para intervir é agora, não é depois de Outubro, como IMI, IRS e colocando, muito mais rapidamente, mais casas no mercado do arrendamento para aumentar pela oferta e pressionar os preços para baixo. -----

----- É tudo. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agradeço a sua intervenção queria só esclarecer que em matéria de IMI, já assim é. Portanto, as casas vazias em Lisboa pagam um IMI bastante agravado, era só para sua informação, podia não ter essa informação, portanto, essa parte, poderão pagar ainda mais, mas de qualquer maneira já existe esse agravamento nos termos da lei. É só para sua informação. -----

---- E vamos agora ouvir em 1º lugar, Senhora Deputada Relatora prescinde da apresentação do Relatório, temos Senhores Deputados inscritos, a matéria é uma matéria que provoca aqui, sempre, naturalmente, bastantes apreciações da Assembleia Municipal. -----

----- Lembro aos Senhores Deputados que, no final, temos 3 Recomendações para apreciar. Uma Recomendação que apresentada pela 2ª e 3ª Comissão, uma Recomendação apresentada pelos Independentes e uma Recomendação que entrou mais tarde, hoje ao fim da manhã, do Bloco de Esquerda. Portanto, pedia para estarem unidos dos textos das Recomendações para quando chegar a altura de votar. -----

----- De qualquer maneira, estão todos no *site*, todos estes documentos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

DRAFT

----- Dizer que, relativamente a esta Petição, começar por saudar os Peticionários pela oportunidade, mais uma vez, poderemos realçar a falta de habitação para arrendamento de longo prazo, apesar nos afastarmos da maioria das considerações e soluções vertidas na Petição. -----

---- Saudamos também a Deputada relatora Rita Neves, pelo excelente trabalho de síntese e rigor factual dos dados que tínhamos disponibilizados. Um Parecer que o CDS também subscreve que, pela enésima vez, comprova que o turismo não deve ser visto como uma praga, desta vez lançada sobre arrendamento da cidade. O turismo não é um problema em si, apesar de, em algumas circunstâncias, poder trazer novos problemas que cabe ao poder político gerir e resolver. -----

----- Aliás, estabelecer uma relação direta entre a falta de habitação para arrendamento e o alojamento local é manifestamente abusivo como se pode constatar pelos números disponíveis e não contestados. Em números divulgados num documento da Associação de Alojamento Local de Portugal podemos observar que o alojamento local representa somente 2,4 por cento e está concentrada em 6 Freguesias: Santa Maria Maior, Misericórdia, Santo António, Estrela, São Vicente e Arroios. Ainda sobre essas Freguesias, pode ler-se no referido documento, que nas 6 Freguesias, onde o alojamento local está mais concentrado, no censo 2011 que, obviamente está desatualizado, havia 17585 alojamentos habitacionais vagos e 8813 de 2ª habitação, portanto, num total de 26400 alojamentos, obviamente, não estavam afetos a habitação permanente. Portanto, o alojamento local, neste caso, a culpa menos de 7 mil nestas Freguesias. -----

----- Também os dados do INE dos últimos 20 anos revelam que a saída de habitantes do centro histórico é contínua e tende a crescer, pelo que não existe uma relação direta entre o aumento da oferta de camas e esta realidade. Por exemplo, na Freguesia onde nasce a presente Petição, e cuja alerta é dado pelos Peticionários, o alojamento local representa uns ínfimos 0,8%, 103 alojamentos locais em mais de 12500 habitações. ----

----- Destaco ainda o facto de o Parecer, nas conclusões, referir, e bem, que a Câmara tem vindo a desenvolver instrumentos de impacto na oferta da habitação e que é um objetivo do seu programa de mandato, aliás, transversal aos anteriores. A verdade é que esses objetivos, em 10 anos, não viram a luz do dia nem concretização, à exceção do agora lançado Programa de Renda Acessível que, saliento, aparece ao final de 10 anos. Para o CDS esta é uma matéria que nos preocupa, exige ponderação e medidas concretas. -----

----- Contudo, não é numa discussão de uma Petição, nem no final do mandato que se deve tomar lugar a reflexão profunda que o tema exige, pelo que iremos pugnar para que, no próximo mandato desta casa, o 1º debate verse sobre a habitação na cidade de Lisboa e as medidas e instrumentos a propor para atenuar as situações que geram contrastes e desequilíbrios no mercado de arrendamento de curta ou longa duração. Será um debate estratégico para Lisboa e em que o CDS participará de forma ativa e construtiva, apresentando propostas e caminhos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados.-----

----- Gostaríamos, antes de mais, saudar os Peticionários que apresentaram esta iniciativa sobre um problema que é muito atual e que, de facto, necessita de ser endereçados por esta cidade, pela Câmara e também por esta Assembleia Municipal. Saudar também os trabalhos da 3ª Comissão Permanente e também as audições realizadas à Associação Lisbonense de Proprietários, à Associação de Inquilinos Lisbonenses e à Associação de Alojamento Local em Portugal e também pelas medidas concretas apresentadas, quer pelos Peticionários, quer por estas entidades ouvidas.-----

----- É verdade que o alojamento de curta duração, mais conhecido por alojamento local, é um fenómeno que cresceu vertiginosamente em muitas zonas da cidade de Lisboa, ao mesmo tempo que o alojamento de longa duração tem vindo a aumentar drasticamente nos preços.-----

----- Esta é uma mudança que tem causas múltiplas muitas das suas consequências podem ser benéficas mas outras também têm efeitos negativos que são visíveis. Alguns deles como a escassez de arrendamento a custo acessível na cidade de Lisboa e o recuo demográfico nalgumas zonas da cidade são, obviamente, alguns dos efeitos que foram falados pelo pelos Peticionários, mas também por estas entidades que já referi.-----

----- Também considerando que a atividade turística em Lisboa só é sustentável se a cidade for capaz de manter e valorizar a sua entidade única, aliás, não só em termos de população como do seu tecido edificado, sendo que a sua identidade é muitas vezes e, como é óbvio, esta questão é o que o mantém a própria atratividade da cidade de Lisboa.-----

----- E, acima de tudo, gostaríamos também de dizer que concordamos com as Recomendações que estão incluídas no Relatório e no Parecer desta 3ª Comissão permanente.-----

----- No entanto, gostaríamos, entendendo que é possível e desejável acrescentar algumas medidas que têm sido sugeridas por várias entidades e por esta Assembleia Municipal, inclusivamente, pelo Senhor Presidente da Câmara que já esteve aqui nesta Assembleia Municipal e que preferiu a várias afirmações sobre este assunto, que gostaríamos de propor ao plenário que aprovasse para além das Recomendações da 3ª Comissão que achamos, que reiteramos que são muito importantes, algumas deliberações adicionais.-----

----- A 1ª era Recomendar à Câmara que as licenças Municipais para uso habitacional passem a discriminar se se trata de uso permanente ou uso de curta duração em alojamento local, o que implicava promover a alteração do artigo 4º do regulamento do PDM, com vista a clarificar o conceito de uso habitacional que, na atual redação, engloba indistintamente ambos os usos.-----

----- Gostaríamos também de apelar para que seja estabelecido, em sede de Orçamento de Estado, uma discriminação positiva da fiscalidade sobre o arrendamento de longa duração, incentivando, por esta via, o mercado do arrendamento urbano.-----

DRAFT

----- E por fim, gostaríamos também de Recomendar que, tendo o alojamento local um impacto muito diverso nas várias zonas da cidade, inclusivamente do país, propor ao Governo e à Assembleia da República que assumam a iniciativa legislativa de permitir que os Municípios tenham competência para definir, em áreas identificadas e devidamente fundamentadas, limites máximos ao número de fogos destinados ao alojamento local, de forma a garantir este mercado, uma procura de arrendamento de longa duração e garantir a necessidade de sustentabilidade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada Senhora Presidente, caros colegas Deputados Municipais. O 1º comprimento é, naturalmente, pra os Peticionários, o direito à Petição continua a ser algo extremamente importante para esta Assembleia Municipal e continua a sê-lo vendo-se também um gerador, um catalisador de um debate intenso e, naturalmente, neste caso, um debate a com várias fases.-----

----- Eu há pouco prescindi da apresentação do Relatório, julgo que, de facto, não merecia uma grande apresentação, uma vez que ele foi aprovado por unanimidade, mas faço aqui uma breve síntese, também para enquadrar a intervenção do Partido Socialista, dizendo que a parte essencial do nosso Parecer procurou distinguir aquilo que a Petição acabou por, um pouco, confundir. Procurou distinguir alojamento local de arrendamento de longa duração e, enquanto nós conseguimos acompanhar na perfeição o diagnóstico que os Peticionários fazem no que diz respeito ao mercado de arrendamento de longa duração, o mesmo não conseguimos fazer relativamente ao alojamento local. Em rigor não se conseguiu encontrar, nem com base nas audições, nem na matéria escrita e publicada que existe, nenhuma relação direta entre as 2 situações, ou melhor, que uma cause a outra ou que a outra seja causada pela 1ª, o que não significa, naturalmente, que não se compreenda e não se assuma como, aliás, o relatório faz, que existe, de facto, um desequilíbrio profundo no mercado de arrendamento de longa, duração. Mas isso não é necessariamente uma consequência do nascimento, da criação e do crescimento dos alojamentos locais em Lisboa, pois vejamos.-----

----- Uma das questões que se colocou de imediato nas audições foi também tentar compreender como é que o mercado do alojamento local funcionava e qual era a sua representação do tecido social da cidade, uma das coisas que conseguimos, por exemplo, compreender, coisa que não sabíamos anteriormente, é que 45% dos alojamentos locais em Lisboa, são alojamentos locais, mas são uma criação de autoemprego. A importância desta matéria no que diz respeito, no tecido social da cidade, mas a consequência que ela teve fisicamente na recuperação do edificado não pode ser obviada. É importante que se compreenda que, para além do mecanismo de mercado, existem consequências físicas na cidade e que elas também têm vantagens, ou trouxeram para aqui, vantagens que devem ser assumidas.-----

----- Concordamos, e por isso acompanhamos o diagnóstico dos Peticionários, que há um desequilíbrio no mercado de arrendamento em Lisboa, mas que esse desequilíbrio não é uma consequência do alojamento local, isso prova-se porque este equilíbrio é

DRAFT

muito anterior ao surgimento deste fenómeno. É muito anterior ao surgimento deste fenómeno e é, aliás, algo que tem vindo a ser sucessivamente e pelos vários executivos da Câmara, tentado sendo combatido com algumas Proposta de reequilíbrio do mercado de arrendamento na cidade por via de várias medidas que estão plasmadas no relatório, não vos quer maçar com cada um dos nomes em concreto.-----

----- O que é realmente importante é que se compreenda que o mercado de arrendamento de longa duração é algo que faz parte da génese e do carácter da cidade de Lisboa. Em Lisboa sempre houve e sempre haverá um mercado de arrendamento fluido se ele, neste momento, está desequilibrado e comprometido, é aí que temos que agir. -----

----- Eu julgo que os Peticionários também concordarão connosco quando, nesta apreciação, nós dizemos: sim, verdade, está aqui um desequilíbrio e é sobre esse desequilíbrio que nós temos que agir, aliás, o objetivo desta Petição sempre foi, penso eu, criar condições para o alojamento de longa duração ser mais eficiente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra informou: --

----- “Senhora Deputada terminou o seu tempo, pedia para concluir” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS)** no uso da palavra continuou: -

----- Vou já terminar. PNP, continuo então. -----

----- Daí que seja para nós importante que se compreenda que esta matéria exige um aprofundamento sério, um diagnóstico sério visto por um lado e visto por outro lado, esta também foi a razão pela qual em sede de Comissão, como relatora, mas em representação do Partido Socialista, entendi não aceitar incluir no Parecer algumas Recomendações que surgem agora em plenário. Sendo certo que acreditamos que este debate ainda não está terminado, aliás, mal começou e que não temos ainda dados para o rigor necessário desta avaliação, entendemos que já há caminhos minimamente apontáveis. Um deles será, necessariamente, uma revisão em sede fiscal, criando um incentivo ao rendimento de longa duração. Por isso, algumas Propostas que aqui surgem hoje, paralelas às Recomendações que fizemos na Comissão, podem eventualmente ser aceitáveis há outras que são extremamente prematuras, eu quero acautelar-vos, tal como o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS já fez há pouco, estamos em final de mandato e não é recomendável a precipitação, é recomendável o debate, sério e rigoroso.-----

----- Importa compreender também e o Bloco de Esquerda não esteve aqui a apresentar a sua Proposta de Recomendação mas que fará, com certeza, dizer-vos que nós não poderíamos jamais acompanhar uma Recomendação como a do Bloco de Esquerda faz. A razão pela qual não podemos acompanhar é que, na verdade, nós tivemos o cuidado de, nos trabalhos da Comissão, nos cingirmos àquilo que efetivamente podemos Recomendar à Câmara Municipal. Aqui, isto é uma Assembleia Municipal, o Bloco de Esquerda pode, tem o direito e nós, provavelmente, até poderíamos, acompanhar noutra sede, mas é completamente fora do local, uma oportunidade de Recomendação como aquela que a faz. Há projetos na

DRAFT

Assembleia da República em curso do PS, do CDS, do PCP, no mesmo âmbito, os Senhores não apresentaram lá, por favor façam-no. -----

----- No que diz respeito também ao orador que me antecedeu, nós compreendemos também em Comissão e discutimos esse assunto, aponta já algumas Propostas que são enquadráveis, perfeitamente, no espírito das nossas Recomendações da Comissão, mas há uma com a qual, de facto, não podemos jamais concordar, uma alteração, ainda que simplificada, que nunca podia ser, ao PDM, é absolutamente inaceitável no quadro do final do mandato e, aliás, eu diria um pouco precipitada, tendo em conta que ainda não temos a matéria completamente abordada, agradeço-vos a vossa atenção. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Quanto à petição que pretende ‘travar o alojamento local e salvar o que resta do arrendamento’, Os Verdes começam por saudar os seus 660 peticionários que trazem a esta Assembleia mais um alerta sobre o problema da habitação. -----

----- É inegável que Lisboa enfrenta hoje um sério e preocupante problema de habitação que, aliado a uma lei das rendas que em nada cumpre e assegura o direito constitucional à habitação, é agravado pela pressão turística, o que tem resultado na expulsão dos residentes das suas casas e da própria cidade. Situação que, no entendimento de Os Verdes, é inaceitável. Hoje em dia, viver em Lisboa tornou-se um privilégio de poucos. -----

----- Os Verdes, tal como temos defendido, não encaram o turismo como inimigo, pois consideramo-lo positivo e necessário. Mas, a par de uma política de habitação nacional, é imprescindível uma efetiva política pública municipal de habitação, a preços acessíveis, e que sejam criados instrumentos que promovam o arrendamento habitacional que possa coexistir, de forma sustentável e equilibrada, com o alojamento local de curta duração. -----

----- A continuar assim, Lisboa corre o risco de perder a sua identidade, que é o que a torna desejável para o próprio turismo. -----

----- Já há muito tempo que Os Verdes vêm alertando para o esvaziamento de Lisboa, em particular do centro histórico, pois este executivo, seguindo a linha dos anteriores, deixou a cidade à mercê dos interesses imobiliários e até contribuiu para a subida dos preços das casas. Lisboa continua a perder pessoas e habitação e a Câmara nada fez para contrariar esta tendência. Continua a agir pelo impulso do mercado. -----

----- Há programas cuja intenção é boa, mas são pontuais e residuais, e não respondem de forma satisfatória às necessidades. Podemos dar o exemplo do Programa da Renda Acessível que atribuiu, até ao dia de hoje, nada mais nada menos que zero casas. -----

----- O papel da Câmara não pode ser só licenciar e deixar o desenvolvimento da cidade nas mãos dos interesses imobiliários. -----

----- Enquanto não tivermos uma verdadeira política que dê resposta às necessidades das pessoas, o problema vai manter-se. -----

DRAFT

----- A Câmara tem casas e em vez de vendê-las para alimentar a especulação imobiliária, sem pensar nas pessoas e sem ter em conta as suas necessidades, deve colocá-las no mercado, a preços controlados, abaixo dos preços do mercado, o que ajudaria a garantir o direito à habitação e a exercer um fator de contenção sobre os valores praticados. -----

----- Os Verdes acompanham, assim, as preocupações dos peticionários, sendo preciso continuar a debater e a estudar este assunto e, acima de tudo, é preciso criar condições para dinamizar o arrendamento habitacional, a bem da população de Lisboa e da própria cidade, que se quer para todos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- Saudamos os Peticionários por trazerem este assunto à discussão, um problema crescente na cidade de Lisboa sobre o qual tardam medidas decisivas. -----

----- Acompanhamos a Recomendação apresentada pelos 2ª e 3ª Comissões, mas entendemos acrescentar uma Recomendação própria que vá pouco mais longe, onde definimos que a Câmara abra rapidamente o processo de alteração do regime jurídico do alojamento local, terminando a atual situação de total desregulação do alojamento local sem qualquer diferenciação entre o que é realmente alojamento local e que é turismo habitacional. -----

----- Divergimos um pouco de algumas das leituras aqui feitas, porque entendemos que sim, Lisboa é o foco de um gigantesco processo de especulação imobiliária e sim, o turismo é um dos fatores que impulsiona esse movimento especulatório, com a afetação massiva de imóveis destinados a habitação própria para a atividade turística, sem qualquer licenciamento, sendo natural que não apareça nas estatísticas, e lamento que continuemos a vir a esta Assembleia dizer que isto é um assunto que carece de debate aprofundado quando, há pelo menos 2 anos, que vimos aqui debater este assunto instantemente. -----

----- Não se trata aqui diabolizar o turismo e os turistas, mas sim de entender que o problema existe e ainda não foram aplicadas medidas que compensem e garantam o mercado acessível para o nível de rendimentos de qualquer trabalhador português. -----

----- Por último, nós já discutimos, por exemplo, conseguimos iniciativas conjuntas, também com a Presidente da Assembleia Municipal na Assembleia da República, para reverter os despejos e conseguimos alguns consensos na revisão do regime jurídico de arrendamento. -----

----- Quem tem divergências profundas é o próprio Partido Socialista entre o Grupo Parlamentar na Assembleia da República e próprio Governo que apresentaram um Projeto-Lei que caiu em chamas, porque o próprio Governo não concorda com ele. Por isso, em 1º lugar, o Partido Socialista que meta ordem na casa, apresentem um projeto-lei consequente e nós lá estaremos para o discutir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, membros da Mesa, Senhores Vereadores Senhores Deputados. -----

----- Em 1º lugar, naturalmente, uma saudação, enfim, uma saudação importante aos Peticionários que, a propósito de um conflito entre o alojamento local e o alojamento de longa duração, mostraram que o rei vai nu em matéria de habitação na cidade. -----

----- É verdade que o direito constitucional à habitação em Lisboa, vem sendo posto em causa há mais de uma década e que as últimas grandes ações para promover a habitação em Lisboa já são esquecidas. -----

----- É verdade que, nestes últimos 10 anos, a estratégia especulativa de desenvolvimento da cidade que alguns disseram, vejam como fica bonita e especulando conseguimos melhorar a cidade. O próprio Presidente Fernando Medina diz, naturalmente, que este desenvolvimento especulativo tem contra pontos, tem pontos negativos, importa agora irmos travar a componente negativa deste desenvolvimento centrado na especulação. Não diminuiu, é verdade, não é um problema da diminuição da oferta, mas não tanto também o aumento da procura, a cidade continua a diminuir de população e aquelas soluções paradigmáticas lançadas: ‘agora é tempo de comprar casa própria!’, foi substituído pelo *slogan* ‘agora é tempo de arrendar!’ e agora é tempo de dizer nem uma coisa nem outra. -----

----- Nós estamos mal na cidade e é preciso tomar medidas de fundo. É verdade que quando a casa está arrombada alguns dirão é o alojamento local que está tirando o alojamento de longa duração. Outros, mas o alojamento de longa duração perdeu a qualidade de acessibilidade tornando-se inacessível pelos seus preço. -----

----- Onde não há solução à vista e a curto prazo. É verdade que lança-se a ideia, bem pensada, da renda acessível, para o próximo, para os próximos tempos. É uma questão crítica, é uma questão política importante: o direito constitucional à habitação só é possível fazer com um investimento público significativo. Tudo o resto: empurra para lá! Tira isto mais! É alojamento local! -----

----- Não há solução na situação que estamos e na estratégia especulativa que temos na cidade, por isso, é preciso mudar de estratégia e é preciso mudar e avançar com a política de habitação. Dirão alguns ‘até já temos agora um representante ministerial para a habitação’ sim! Só falta ter mesmo é uma política de habitação nova e alternativa que contrarie toda a especulação que tem sido a alma do negócio da cidade.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente. Eu, antes de comentar. -----

----- Bem, primeiro, saudar os Peticionários, naturalmente. -----

----- Mas, antes de comentar as declarações das forças políticas e das Recomendações às quais, algumas delas, me associo francamente. Há uma coisa que eu gostava de dizer, nós estamos na penúltima sessão da Assembleia Municipal de Lisboa deste mandato, durante 4 anos, eu colaborei com todo o empenho com todas as Comissões e com todos os Senhores e as Senhoras Deputadas desta Assembleia. Confesso que me custa profundamente que, numa matéria desta natureza, desta importância, desta vez,

DRAFT

a Câmara Municipal de Lisboa não tenha sido chamada a ser ouvida neste processo em sede de Comissão. Eu lamento, quem me conhece e sabe a forma como eu trabalho com a Assembleia e o respeito que eu tenho pelas pessoas que estão eleitas neste plenário, confesso que, nesta matéria, sendo o alojamento local que se cruza com a questão do direito à habitação, que a Câmara não tenha sido chamada à Comissão onde eu vou sempre com todo o prazer e com todo o espírito de construção coletiva de soluções para a cidade. -----

----- Dito isto, caríssimos e caríssimas, dizer-vos que, em relação às questões aqui levantadas e algumas das Recomendações que são feitas por diversas forças políticas, eu me associo a algumas, naturalmente, com algumas reservas em relação a outras. ----

----- Para não vos tirar tempo, evidentemente, que a questão do alojamento local contribui para a questão da dificuldade no acesso à habitação, mas não é só, aliás, como como aquilo que foi apresentado pelos Peticionários aqui revela. -----

----- Nós perdemos, e o Deputado Silva Santos falou nisso, nós perdemos aquilo que era a estabilidade dos contratos de longa duração na habitação. E isto é uma questão fundamental neste processo.-----

----- Dir-me-ão os Senhores e as Senhoras Deputadas e eu estou de acordo, é preciso maior investimento na habitação, investimento público em matéria de habitação? É! É preciso maior e mais forte política de habitação? Sim! Mas também a nível nacional, não se combate a dificuldade no acesso à habitação só com medidas e políticas Municipais não é possível. É evidente que, ao longo destes anos e vamos falar mais de 10 anos, estamos a falar nos últimos 20 anos, houve um desinvestimento absolutamente estrondoso desinvestimento naquilo que é a política de habitação e habitação do ponto de vista da administração Central, as autarquias têm respondido, muitas vezes, quase como um David contra Goliath contra um processo de especulação global, um processo de desinvestimento da parte da Administração Central e têm respondido formas diversas e com escalas diversas a questão da habitação.-----

----- É evidente que há aqui questões, nomeadamente, na recuperação da estabilidade dos contratos de habitação naquilo que é o mercado habitação não público, é necessário que haja medidas em termos fiscais, de discriminação positiva fiscal, para quem faça, para proprietários que façam habitação de longa duração, e aqui eu ponho uma vírgula, habitação de longa duração com valores acessíveis. É preciso que haja essa discriminação positiva e esse incentivo, se quiserem, é preciso também que se clarifique o que é o alojamento local e o que são unidades hoteleiras de pequenas, de diferentes dimensões, e a importância que o alojamento local, ou o turismo habitacional, e a diferença que há entre uma coisa e outra, são do ponto de vista do complemento de, muitas vezes complementos equilíbrio de Finanças das próprias famílias, quando, de facto essa ação, no fundo, pequenas unidades hoteleiras e que não correspondem àquilo que é o alojamento local, como um alojamento na sua casa ou como um alojamento local, uma unidade e não a concentração de várias. -----

----- Mas volto a dizer, é evidente que é necessário maior investimento e uma política de habitação nacional com repercussão naquilo que é a ação dos Municípios.-----

DRAFT

----- E caras e caros Deputados, estamos em final de mandato, isto é uma discussão candente, temos vindo a fazê-la, e eu para rematar diria: aquilo que nós estamos a fazer e que nós vamos hoje aprovar em reunião de Assembleia é a 2ª operação da renda acessível é um instrumento intervenção pública. É um instrumento de intervenção pública aquilo que nós temos vindo a fazer, fazendo a concentração da reabilitação de património disperso no centro histórico da cidade e alocando-o ao programa de renda convencionada, que está já em funcionamento, mas é necessário olharmos também para aquilo que já está edificado, para aquilo que é propriedade na cidade e promovermos de forma a que aquilo que já está edificado, que já está reabilitado ou em fase de reabilitação, seja posto ao serviço daquilo que é a construção coletiva do direito à habitação. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Vereadora, beneficiou de tempo cedido pelo PAN. Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos membros da Mesa, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros colegas. -----

----- Em 1º lugar, Senhora Vereadora, eu intervenho na sequência da sua intervenção e quero-lhe dizer que, quer o Presidente da 3ª Comissão, quer todos os membros, posso falar em nome de todos da 3ª Comissão, têm imensa consideração pela Senhora Vereadora e têm a maior, além de, na maior parte deles, grande amizade, também, o maior dos respetos, portanto, isso está fora de consideração, é em geral de todos nós. -

----- A aquilo que levou, de facto, e pode ser lamentável, mas aquilo que levou a não considerar a audição da Senhora Vereadora foi, exatamente, a exiguidade de tempo, a pressão que tivemos, imensas Petições, imensas Propostas, mesmo sobre a hora que nos obrigaram a reunir quase todos os dias, quase todos os dias, e não foi, e é essa a razão, a única e exclusiva razão. -----

----- De qualquer forma como, aliás, foi dito pela Senhora Deputada a Rita Neves, este assunto não está minimamente acabado, a discussão está a começar, e nós, ou quem quer cá estiver, em relação ao próximo mandato, terá necessidade, mesmo necessidade, de abordar este tema muito mais vezes, muito mais profundamente e, se calhar, durante muito tempo. -----

----- Mas eu congratulo-me, para já, daquilo que aqui percebi das suas palavras agora, de que era fundamental que a Câmara dedicasse, daquilo que é o seu património, que não está ocupado pela cidade, dedicasse a problemas de direito à habitação, foi aquilo que eu percebi e, de facto, a Câmara, para além das rendas acessíveis, para além dessas medidas, possui um património vastíssimo, muitos dele está, se calhar, em ruínas ou está desocupado e era fundamental que a Câmara utilizasse esse património, que o recuperasse, e que viesse a utilizar para colmatar as muitas falhas do acesso à habitação, especialmente, algumas classes mais de classe média, que existem. Isso, se é essa a sua política, eu congratulo-me com isso Senhora Vereadora.” -----

DRAFT

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhores Deputados, creio que não há mais ninguém inscrito.-----

----- Estamos em condições, neste caso, de passar à votação. Temos 3 documentos para votar, foi-me pedida a votação por pontos da Recomendação dos Deputados Independentes.-----

----- Vamos começar pela Recomendação da 2ª e 3ª Comissão, a Recomendação 3/151. Vamos pôr à votação a Recomendação das 2 Comissões, 2ª e 3ª.-----

----- Voto **da Recomendação nº 3/151** das 2ª e 3ª Comissões Permanentes relativa à Petição 7/2017. A Recomendação nº 3/151 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- Vamos pôr agora à votação a Recomendação que entrou em 2º lugar, que é a Recomendação dos Deputados Independentes. A Recomendação 1/151 por pontos, eles não estão numerados, mas é o 1º parágrafo sobre a questão do uso habitacional. Vamos pôr à votação o 1º parágrafo da parte deliberativa.-----

----- Voto do **1º parágrafo da parte deliberativa da Recomendação nº 1/151** apresentada pelos Deputados Independentes relativa à Petição 7/2017. O 1º parágrafo da parte deliberativa da Recomendação nº 1/151 foi **rejeitado**, votos contra PS, MPT, PNPN, abstenções PSD, CDP-PP, PAN, votos a favor do PCP, BE, PEV e 6IND.-----

----- Vamos pôr à consideração os pontos 2 e 3, querem também separados ou os parágrafos 2 e 3 podem ser em conjunto agora? Separados.-----

----- Vamos pôr à votação o 2º parágrafo, apoiar a urgência, tal, tal, a descriminação positiva na fiscalidade. Vamos pôr à votação este parágrafo.-----

----- Voto do **2º parágrafo da parte deliberativa da Recomendação nº 1/151** apresentada pelos Deputados Independentes relativa à Petição 7/2017. O 2º parágrafo da parte deliberativa da Recomendação nº 1/151 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções BE, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- E vamos passar à votação do 3º ponto, do 3º parágrafo.-----

----- Voto do **3º parágrafo da parte deliberativa da Recomendação nº 1/151** apresentada pelos Deputados Independentes relativa à Petição 7/2017. O 3º parágrafo da parte deliberativa da Recomendação nº 1/151 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções PSD, CDS-PP, MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- Vamos por agora à votação a Recomendação, a ultima, a 6/15,1 apresentada pelo Bloco de Esquerda. Ninguém pediu votação separada, vamos pôr à votação.-----

----- Voto da **Recomendação nº 6/151** apresentada pelos Deputados Independentes relativa à Petição 7/2017. A Recomendação nº 6/151 foi **rejeitada**, votos contra PS, PNPN, abstenções CDP-PP, MPT, votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV, PAN e 6IND.-----

DRAFT

----- Foi aprovada? Sim? Não? Os votos contra parecem ser mais que os favoráveis, por isso é que estava ali a confirmar os números, com a Mesa das votações. -----

----- Peço desculpa, então vou repetir a votação, para confirmarmos os números, façam favor vamos repetir a votação, desculpem lá, alguém estava distraído, ou talvez eu. -----

----- Quem é que vota contra? O Partido Socialista vota contra, o PNPV vota contra e não há mais votos contra. Quem é que se abstém? O CDS-PP abstém-se e o MPT abstém-se. Votos favoráveis são os restantes. Os votos contra são 37, há 2 abstenções, não há votos suficientes para fazer a maioria. Se eu bem entendo, as contas são estas, portanto, então, vamos prosseguir, não foi aprovada esta Recomendação. -----

----- Vamos prosseguir então, se não se importam, Senhores Deputados, terminámos a apreciação desta Petição. -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 5/2017 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO ARVOREDO, NOS TERMOS DA MESMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; RELATÓRIO E PARECER DA 4ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES.**-----

----- (A **Petição nº 5/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 4ª e 5ª Comissões Permanentes** relativo à **Petição nº 5/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Informam-me os serviços que a Senhora Ana Paula Martins Araújo que é a subscritora da Petição número 5 já está presente, mas não pretende intervir na discussão. -----

----- Portanto, eu lembro que a Petição nº5/2017 foi uma Petição que foi apresentada à Assembleia Municipal para nós aprovarmos o Regulamento Municipal do Arvoredos, cujo entretanto foi aprovado.-----

----- Peço desculpa. Esta Recomendação foi distribuída a todos os Senhores Deputados por *mail*, foi distribuída aos Senhores líderes de bancada por papel e foi distribuída e foi posta no *site*.-----

----- Eu peço desculpa se os líderes de bancada não comunicam, é difícil. -----

----- O Senhor Deputado quer repetir a votação? Oh Senhor Deputado, eu peço desculpa, mas isso não me parece muito curial.-----

----- Ponho à consideração dos Senhores Deputados, opõem-se a que haja uma repetição da votação? Não se opõem a que haja uma repetição da votação? E então alguém se opõe? Ela foi chumbada, agora o Senhor Deputado diz que não viu a Recomendação, devia ter alertado isso antes da votação, evidentemente, mas eu não quero que alguém fique com os seus direitos prejudicados.-----

----- A questão é simples se o Senhor Deputado entende. É uma posição do Senhor Deputado ou é uma posição da bancada? Da bancada. Se a bancada do PSD entende que... não sei o quê! Que precisa de repetir a votação, que quer corrigir o seu voto é

DRAFT

isso? O registo do voto que ficou, foi o registo de voto do PSD, foi o registo, olha por acaso, era a favor, era a favor. -----

----- Oh Senhor Deputado ainda por cima nem sequer vai alterar a votação. Nem sequer vai alterar a votação, mas seja como for, façam uma declaração de voto e digam que a vossa intenção. É a maneira mais correta, já aconteceu isso noutros casos em que vieram chamar a atenção que tinham feito uma votação errada, e eu disse: façam uma declaração de voto no sentido de voto, pronto, a dizer isso que está a dizer.

----- Faz favor o microfone ao Senhor Deputado para fazer uma Declaração de Voto.”-

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Senhora Presidente, nós, no âmbito da votação, a Senhora Presidente assumiu, por não termos os braços no ar, a votação favorável.-----

----- No entanto, por aqui uma descoordenação no que diz respeito ao acesso à informação do próprio documento. -----

----- O sentido de voto nesta Recomendação, do Partido Social Democrata, é contra.”--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Fica registado em Ata. Muito obrigado, Senhor Deputado. Não altera a votação em qualquer caso, não altera o resultado da votação em qualquer caso.-----

----- A questão que vos estava a colocar agora era da Petição 5, a Senhora está presente, a Senhora Dona Ana Paula Martins Araújo, não pretende usar da palavra. ---

----- Eu estava a explicar que é uma Petição para aprovarmos o Regulamento Municipal do Arvoredos que, entretanto, foi aprovado e foi dado conhecimento aos Peticionários. -----

----- Pelo que irei dar a palavra à Relatora que é a Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro. E vamos ouvir os Senhores Deputados que se inscreverem em todo o caso, temos aqui uma apreciação, não há nenhuma deliberação para tomar, mas há uma apreciação. -----

----- Oh Senhores Deputados eu pedia silêncio, não podem imaginar a ressonância que fazem estes ‘à partes’ todos aqui na Mesa, torna-se muito difícil.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, caros membros da Mesa, colegas Deputados. -----

----- Temos em apreciação uma Petição que, talvez pela 1ª vez em 4 anos, tenhamos respondido positivamente aqui na Assembleia Municipal antes de ouvir os Peticionários e, portanto, no momento em que os ouvimos já estava efetivamente resolvido ou respondida a pretensão dos Peticionários, e que se prendia com a aprovação do Regulamento do Arvoredos, que estava aqui na Assembleia em apreciação há bastante tempo, por carecer, de facto, de uma análise aprofundada de pareceres jurídicos, vários e que nos levaram e tomaram bastante tempo. -----

----- O Regulamento do Arvoredos foi aprovado aqui na Assembleia Municipal mas terá que aqui voltar a no próximo mandato e teremos que continuar a trabalhar sobre

DRAFT

ele uma vez que há um entendimento da Câmara de que ele terá que voltar a uma reunião de Câmara e, portanto, cá estaremos e daremos nota disso também aos Peticionários para fazer esse trabalho no próximo mandato. -----

----- Em relação a esta Petição e a este Relatório, é um Relatório simples, uma vez que, de facto, não havia aqui Recomendações a fazer por já estar o trabalho de análise e de Proposta de Alteração do próprio Regulamento feito, em sede da 4ª Comissão Municipal de Ambiente e Qualidade de Vida e da Comissão de Descentralização, da 5ª Comissão. -----

----- Mas eu gostaria de aproveitar este momento e não havendo aqui Recomendações a fazer, para agradecer mais uma vez esta iniciativa dos Peticionários que, mais uma vez, impelem nesta Assembleia Municipal um ritmo e uma dinâmica de uma cidadania diligente e interessada e que, de facto nos trouxe aqui um problema que, é verdade, estava nas nossas mãos há demasiado tempo, e que os Senhores Peticionários fizeram questão de o saber fazer, dando-se ao trabalho, de facto, de se dirigirem a esta Assembleia através do direito de Petição. -----

----- Aqui estaremos novamente, então, em Outubro para voltar a discutir esta matéria e esperamos, nesse momento, contar também com as contribuições e com a presença dos Peticionários que hoje aqui estão e sobre cuja Petição hoje nos estamos a pronunciar. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Há aqui um esclarecimento que é importante ser feito. Este Regulamento foi aprovado pela Assembleia Municipal e vai ser publicado em Boletim Municipal e nos conformes, nos termos da lei. Se no próximo mandato, a Câmara entender que deve alterá-lo, fará uma Proposta de Alteração que virá aqui, mas não vai mandar outra vez aquilo que já foi aprovado, pode alterá-lo, evidentemente, quer seja esta Câmara ou outra que venha a ser eleita, podem alterar tudo o que está em vigor pode ser alterado, não é o mesmo, seguramente, será uma nova Proposta, se for caso disso, quem cá estiver dará conta do recado, na medida do possível, foi o que nós tentamos fazer. Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, imprensa, público em geral e neste caso Peticionários, a quem eu envio fortes saudações, porque este é um exemplo de como uma cidadania ativa pode transformar algumas inércias que são sempre negativas, não tenho dúvida que a vossa posição foi extremamente positiva para o desfecho final que foi a aprovação do regulamento e só espero que esta Petição, como as outras, possam servir de exemplo para a população que, às vezes, é um pouco mais esquecida da intervenção e da participação e que mais Petições como estas, em todas as áreas, onde é necessário, às vezes avivar a memória a quem dirige a cidade e aos Deputados, que mais Petições venham. Serão sempre bem-vindas! Muito obrigado.” -----

DRAFT

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

---- A propósito desta petição que solicita a aprovação do Regulamento do Arvoredo, Os Verdes querem naturalmente começar por saudar os peticionários, que nos trouxeram a sua preocupação pelo facto de este regulamento ter demorado uma eternidade a ser aprovado. -----

----- Compreendemos perfeitamente e partilhamos esta preocupação, principalmente quando houve intervenções em árvores da cidade que suscitaram apreensão e revolta por parte da população. -----

----- Aliás, não só reconhecemos a importância da existência de um Regulamento, como até o propusemos em 2015, nesta Assembleia. -----

----- Entretanto, o Regulamento foi aprovado, é verdade. Mas não deixa de ser lamentável todo este atraso, que acabou por originar esta Petição, além de estarmos perante outros problemas. -----

----- Diz o parecer da 4ª e 5ª Comissões que o atraso se deveu a dúvidas que surgiram e à necessidade de aprofundar o assunto. Ora, a bem da verdade, o atraso deveu-se à contestação por parte dos presidentes de Junta, inclusive do PS, como resultado da trapalhada da reorganização administrativa. -----

----- Neste momento, temos um Regulamento do arvoredo aprovado, mas não é o Regulamento que podia e devia ter sido, uma vez que foi alterado para atenuar a objeção das Juntas de Freguesia, e que acaba por legitimar, infelizmente, 25 visões distintas sobre o arvoredo na cidade, que pode resultar numa verdadeira manta de retalhos, e por não encarar os espaços verdes e as árvores de alinhamento de via como um todo, como Os Verdes defendem.-----

----- Além disso, em termos práticos, não haverá regulamento nenhum em vigor, na melhor das hipóteses, antes do final de 2017. -----

Acresce a tudo isto o facto de a versão alterada do Regulamento estar a ser contestada pela Plataforma em Defesa das Árvores que diz, e muito bem, que este processo se resume a muita parra e pouca uva. -----

----- O próprio Senhor Vereador assume que ajustar a transferência de competências para as juntas não é pacífico.-----

----- Perante isto, saudamos a iniciativa dos peticionários, partilhamos as suas preocupações, razão pela qual insistimos várias vezes na aprovação do Regulamento do Arvoredo (não a versão alterada, como é óbvio), mas não podemos deixar de lamentar a proposta final que foi aprovada, pois não cumpre o objetivo principal que deveria ser regulamentar de forma coerente e integrada a gestão e manutenção do arvoredo, com vista a um desenvolvimento harmonioso dos espaços verdes e das árvores de alinhamento em Lisboa. -----

----- O que se passou com o Regulamento do Arvoredo foi uma fantochada e os cidadãos e o arvoredo da cidade merecem ser tratados com mais seriedade e respeito. Obrigada.” -----

DRAFT

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada eu lamento mas acho que esta Assembleia também merece ser tratada com respeito e o trabalho da Assembleia ser classificados de fantochada porque a Senhora Deputada discorda dele, desculpe, mas foi um bocadinho para lá daquilo que é, enfim, a cordial forma de nos cumprimentarmos todos uns aos outros e de falarmos uns dos outros. Creio que não podemos chamar de fantochada um trabalho da Assembleia Municipal. Vamos prosseguir.-----

----- Mais ninguém inscrito, então sendo assim, terminamos este ponto e vamos passar a apreciação da última Petição: Por um bairro respeitado.”-----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 11/2017 - “POR UM BAIRRO RESPEITADO”, NOS TERMOS DA MESMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; RELATÓRIO E PARECER DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDAÇÃO 5/151 (8ª CP).**-----

----- (A **Petição nº 11/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissão Permanente** relativo à **Petição nº 11/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 5/151 da 8ª Comissão Permanente** relativa à **Petição nº 11/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).---

----- (A **Apresentação PowerPoint da Muniçipe Inês Carvalho, primeira subscritora da Petição nº 11/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar à apreciação da última Petição: Por um bairro respeitado.-----

----- É uma Petição apresentada por 343 cidadãos, o Senhor Amândio de Aguiar Paulino e a Senhora Inês Carvalho são os que vem apresentar a Petição já vem a caminho e vamos aguardar.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Inês Carvalho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos os presentes. Eu gostaria de começar por cumprimentar a Mesa, o Executivo e todo o plenário.-----

----- Nós trazemos a este plenário, mais uma vez, algumas questões que dizem respeito a esta Petição que vem pedir, sobretudo, uma política de mobilidade para a segurança, uma política de mobilidade inclusiva e uma política de mobilidade dinamizadora dos bairros.-----

----- Vamos começar por algumas imagens que mostram aquilo a que o bairro da Encarnação está a sofrer.-----

----- Nós temos, no Bairro da Encarnação, muitos equipamentos envolventes que geram a pressão no estacionamento e na qualidade do espaço público, nomeadamente o Aeroporto de Lisboa, temos alguns equipamentos de saúde e temos muitas

DRAFT

infraestruturas para o aluguer de automóveis, viaturas, que servem o Aeroporto Internacional de Lisboa. -----

----- Nós vimos pedir, nesta Petição, de facto, algumas correções que são prementes, nomeadamente, o impedir do estacionamento sobre passeios e espaços verdes, requalificar a paisagem urbana, defender a segurança para visitantes e residentes do bairro, fiscalizar a utilização abusiva do espaço público, reverter a marcação do estacionamento que, numa das artérias é feito sobre o passeio público e, também, proteger os cidadãos dos conflitos interpessoais que são constantes. -----

----- Vamos passar algumas imagens que refletem aquilo a que o bairro da Encarnação está sujeito diariamente. Nalgumas situações temos o Bairro da Encarnação pejado de automóveis sem qualquer respeito pelo espaço público ou pelos transeuntes. Estas imagens são reveladoras e acontecem por sistema e diariamente. -----

----- Nós temos automóveis não só ligeiros, mas também pesados, que ocupam plenamente o passeio sem quaisquer contemplanções. -----

----- Temos também de perigosidade constante nas mudanças de direção, cruzamentos que põe em causa segurança de todo o sistema viário e de toda a circulação. -----

----- Temos também constantemente os peões a serem forçados a circular nas estradas porque os passeios estão completamente ocupados por viaturas, isto no regime diário, porque no noturno não acontece isto. -----

----- O espaço público é completamente vandalizado e danificado, porque o estacionamento está a legalizado sobre o passeio. -----

----- Temos uma rotina diária muito forte muito intensa de, enfim, funcionários e tudo o que são viajantes e tudo mais que ocupam este espaço público, e que não, enfim, não dinamizam de todo o bairro. -----

----- Temos questões de segurança muito importantes e muito graves a acontecer diariamente, automóveis estacionados sobre passadeiras e mudanças de direção. Estas questões são muito graves e temos também aquilo que é um comportamento que é sempre o de passa-palavra que, no Bairro da Encarnação é onde se pode estacionar gratuitamente quando se vai viajar durante 2 semanas, 3 semanas ou meses. -----

----- Temos constantemente automóveis estacionados em contramão em situação completamente irregular em contraordenação e a pôr constantemente em causa a segurança das pessoas e dos veículos. -----

----- O transporte público também é afetado, como não podia deixar de ser, nós temos autocarros que, junto ao Centro de Saúde, estão impedidos de circular porque, por várias vezes, têm que aguardar muitas horas até que os seus condutores, até que os seus proprietários, os venham remover. -----

----- Nas ruas interiores o problema não é e não é melhor ou seja, é pior, porque nós temos os automóveis de certas empresas que utilizam este espaço público como o seu próprio armazém ou infraestruturas de, enfim, de estacionamento. -----

----- O Bairro da Encarnação tem um espaço público muito de degradado, também, por causa deste estacionamento descontrolado. -----

----- Na Rua da Portela existe um problema diário, também, tal como na Rua dos Eucaliptos que é o facto de as viaturas serem, enfim, serem estacionadas como as

DRAFT

frotas destas empresas de aluguer, deixam estes automóveis durante vários dias, durante, às vezes, muitas horas, até que consigam controlar o seu fluxo de serviço. É claro que isto, mais uma vez, causa graves problemas de segurança para a toda a gente. -----

----- Nós temos num parque, o parque urbano, o parque hortícola dos Olivais, foi um investimento que foi feito pela Câmara Municipal de Lisboa mas que não é minimamente respeitado, porque temos viaturas estacionadas com muita frequência.---

----- A paisagem urbana, claro, sofre muito com todas estas questões e até há bem pouco tempo, nós tínhamos uma paisagem à entrada do Bairro, na Alameda da Encarnação, que se encontrava neste estado e, com algum esforço, foi possível recolocar um pilarete, após alguma insistência para que isso acontecesse, de forma a controlar esta paisagem, no entanto, os danos mantiveram-se, os danos existem, estão lá e continuam neste estado.-----

----- Aquela paragem de autocarro foi partida porque um carro fez uma manobra descuidada e assim ficou durante algum tempo estes sumidouros estão quebrados, porque estacionam sobre o passeio e as pessoas veem-se forçadas a lidar diariamente com estes problemas sem que haja uma resposta efetiva, neste momento, que os venha a resolver. -----

----- O espaço público não é respeitado no Bairro da Encarnação, não tem sido, e nós gostaríamos de reverter esta situação tão urgente quanto possível. É claro que comportamento gera comportamento, como já referimos e, portanto, o desrespeito pelo Bairro da Encarnação é latente, é manifesto, ou seja, nós temos resíduos e muita degradação ao longo do Bairro.-----

----- Isto acontece na Alameda da Encarnação à entrada do Bairro, uma das entradas mais emblemáticas.-----

----- À noite a situação muda drasticamente, os problemas de segurança já não são tão evidentes e nós temos a acalmia do bairro o bairro sossega finalmente e, portanto, voltamos ao descanso.-----

----- É claro que nós pretendemos uma política de mobilidade que seja inclusiva, referimos à pouco e, portanto, o estacionamento é um causador de muitos problemas do bairro, a degradação do espaço público, etc., mas é importante é que o Bairro venha a incluir toda a gente e que se dinamize e eu creio que o que está aqui em causa é a dinamização efetiva do Bairro e não a sua degradação que é o que vimos a assistir.

----- Para concluir, eu gostaria de referir algumas questões relativamente ao relatório da 8ª Comissão Permanente que refere que o estacionamento abusivo é um fator sobretudo interno. Ora, isto não é verdade, no nosso entender, porque basta visitar o à noite, tal como estas imagens o mostram e, portanto, o estacionamento abusivo não é um fator interno. -----

----- Queremos também ainda dar algumas notas e, por isso, eu vou dar a palavra ao meu companheiro que vos vai dizer mais algumas coisas.”-----

----- **O Município Senhor Amândio de Aguiar Paulino**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

DRAFT

----- “Boa tarde. Muito obrigado Senhora Presidente pela atenção que deu este caso, por ter, de imediato, acionado os mecanismos para que esta Petição fosse observada. --
----- Obrigado também aos Relatores e à Recomendação que fazem com a qual concordamos em absoluto, no entanto, é fundamental que se diga o seguinte.-----
----- Todos sabemos, e quando eu digo todos sabemos, todos sabemos, Câmara Municipal, moradores, Junta de Freguesia. Por parte do poder local não existe, repito, não existe, nem existiu, está a ser feito, vai ser apresentado, já foi prometido há muitos anos, um determinado plano.-----
----- Para os problemas que nós apresentamos que são os problemas relacionados com determinadas ruas, nomeadamente, Alameda, Rua da portela, Rua dos Eucaliptos, Alameda da Encarnação e as artérias principais, não existe por parte do poder local nenhum plano. Isto foi dito, portanto, foi-nos dito há muito pouco tempo. Ora, se não existe nenhum plano, a nossa Petição aponta no sentido da solução de problemas emergentes. -----
----- As eleições são em Outubro de 2017, faltam cerca de 3 meses, as razões da Petição não desaparecem até essa data.-----
----- Eu lamento porque a vida continua, estamos a falar de segurança, estamos a falar de atentados graves e conflitos interpessoais brutais, isto vai acabar mal, isto vai acabar mal, Senhores presentes nesta Assembleia, isto não vai acabar bem. -----
----- A não procura imediata, a não procura imediata, imediata é amanhã! Dos responsáveis que estão aqui todos e todos têm conhecimento disto, eu vou reforçar, a não procura imediata de soluções e aguardar eleições para o gravíssimo problema para a velocidade, estamos a falar de velocidades praticadas brutais. Invasão da Aerocoope que transita com autocarros pesados pelo meio das vias onde é proibido, o estacionamento, todos estes problemas gravíssimos, obrigarão os moradores a atos de desobediência civil. Nós teremos de ter desobediência civil. Porquê? Eh pá, eu lamento ter que dizer, isto digo que é verdade, eu sinto isto e nós sentimos isso, e estão ali os 2 jovens que vieram aqui falar, estão aqui outros presentes, muita juventude, obediência civil já chega! A que tivemos e a que fizemos nos últimos anos, quando aceitamos pagar como carneiros, eu também me incluo, pagar e salvar bancos que o cidadão comum não andou nem ajudou a roubar...”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----
----- “Terminou o seu tempo eu agradecia que concluísse.”-----
----- **O Município Senhor Amândio de Aguiar Paulino**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Vou só concluir.-----
----- Impõe-se, a não ser que, de imediato, se comece a tomar medidas que venham minimizar acidentes graves e/ou acidentes com mortos e graves conflitos entre moradores e invasores do Bairro. A redução imediata de velocidades com a instalação imediata de lombas redutoras de velocidade de acordo com representantes da Câmara Municipal de Lisboa será de fácil e imediata implementação. -----
----- Vou acabar Senhora Presidente. -----

DRAFT

----- Implementação de um sistema eficaz de gestão de estacionamento, garantindo sempre o estacionamento para residentes. Todos, mais uma vez, mas todos sabem, e concordam, desde Polícia Municipal, quer a Câmara...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Eu pedia-lhe desculpa, mas não podemos estar a tratar as pessoas de maneira diferente, portanto, pedia que concluísse mesmo.”-----

----- **O Múncipe Senhor Amândio de Aguiar Paulino**, no uso da palavra continuou:

----- “Qual a solução para este problema, mas não existe coragem. Não existe coragem...”-----

----- Fez-me perder Senhora Presidente.-----

----- Mas não existe coragem por uma questão meramente política para resolução do problema.-----

----- Só um pequeno apelo e acabo. Parem imediatamente com as corridas da 2ª circular, das quintas-feiras, toda a gente sabe, a polícia também.-----

----- E um pequeno à parte desta Petição, resolvam de imediato, estou mesmo a acabar, o estacionamento do cemitério dos Olivais, uma verdadeira vergonha, se não respeitam os vivos, respeitem os mortos.-----

----- Agora uma Petição aqui para este estabelecimento, 10 segundos! Eu agradeço quando for à casa de banho aqui deste estabelecimento a bem da poupança de água quando um simples cidadão faz a sua necessidade, que disparem seis...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Oh meu caro cidadão também não é o tema da sua Petição. Esse é um problema que está a ser resolvido, agradeço o alerta.-----

----- Antes de darmos a palavra a quem quer que seja, neste momento há o Senhor Relator, exatamente, Senhora Segunda Secretária se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhora Segunda Secretária, ao fim de 4 anos ainda não consegue acertar no meu nome, tendo nós começado o mandato, sendo eu vítima de graves quase ofensas por ter trocado o nome a um Senhor Deputado aqui na Assembleia. Mas eu não levo a mal, Miguel ou Manuel, não há problema, os serviços depois põem aqui o meu nome em baixo e não há qualquer problema Senhora Deputada.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, os Peticionários vieram junto desta Assembleia Municipal num espírito aberto de cidadania, que deve ser felicitado e que nós fazemos e apelamos ao espírito dos seus direitos, nomeadamente, ao de qualidade de vida.-----

----- É legítimo que cada cidadão aspire a ter um bairro melhor e que exija esse bairro melhor do poder público. Nós autarcas compete-nos legislar pela coisa pública, satisfazer as necessidades das populações assegurando, sempre, o melhor para o bem comum.-----

DRAFT

----- Neste sentido, importa reconhecer que são legítimas as pretensões dos Peticionários, nomeadamente a terem um bairro melhor com melhores condições, melhores acessibilidades e mais equipamentos. -----

----- Mas também devemos olhar de forma integrada a cidade no caso na Freguesia dos Olivais, aquilo que também foi feito nos últimos anos. O investimento, quer em equipamentos, quer em infraestruturas, em escolas, em jardins. Os Peticionários confirmaram, na nossa audição, na 8ª Comissão, que quer na Junta de Freguesia, quer a Câmara Municipal, têm já Propostas para organizar e melhorar o estacionamento, quer pela via de criação de novos lugares, quer pela via de organização e fiscalização dos lugares de estacionamento já existentes no local. -----

----- É, portanto, evidente que importa esta Assembleia, nomeadamente, quem for eleito o próximo mandato, que acompanha esta situação e garanta que as soluções que estão hoje em discussão sejam realmente implementadas, não sendo, no entanto, necessário qualquer Recomendação efetiva e concreta imediata ao executivo Municipal.-----

----- A Petição ‘Para um bairro respeitado’ foi entregue na sede Municipal e abordava 3 assuntos: o estacionamento abusivo, como vimos, o excesso de velocidade em artérias limítrofes e o ruído em 2 ruas concretas, a Rua da Portela e a Rua dos Eucaliptos. E apresentava, para cada uma delas, algumas soluções. -----

----- No caso do estacionamento abusivo, a Recolocação de pilarete vandalizado junto à paragem de autocarros, como vimos ainda há pouco. O reforço da fiscalização do estacionamento sobre passeios, com medida dissuasora de estacionamento abusivo. E a implementação do sistema eficaz de gestão estacionamento, garantindo estacionamento permanente aos residentes e, ao invés de construir mais estacionamento que fosse fiscalizado o estacionamento já existente. -----

----- Relativamente ao excesso de velocidade nas artérias limítrofes os Peticionários sugeriram a colocação de lombas redução de velocidade ao longo da Rua da Portela e de Rua dos Eucaliptos, como vimos nestas últimas imagens, o que também coloca algumas questões, tendo em conta que a repavimentação que tem vindo a ser feita ao longo dos anos, demonstra claramente que a colocação de lombas sobre o pavimento existente vai levar a que as lombas fica mais altas que os próprios passeio que se encontram no local e, portanto, não é pura e simplesmente recolocar lombas, porque isso levaria a que as lombas ficassem mais altas que os próprios passeios. -----

----- Solicitaram ainda na sua Petição um talude em solo natural junto aos parques urbanos e circuitos de manutenção existentes por causa do ruído e operações de fiscalização dos eventos de concentração de motociclos, como também ouvimos. -----

----- Esta Petição manifesta-se ‘por um Bairro respeitado’ e ouvimos aqui os Peticionários dizer que existem problemas de higiene urbana, de estacionamento, mostraram-nos aqui essas imagens, manifestaram o seu especial desagrado pelos carros estacionados em cima dos passeios, há aqui uma pressão grande do aeroporto, dos funcionários do aeroporto, das empresas que operam no aeroporto, daqueles que procuram aquele espaço que não tem qualquer tipo de fiscalização, porque há uma falta de organização de estacionamento e de fiscalização.-----

DRAFT

----- Se por um lado podemos reconhecer que esta situação do aeroporto é efetivamente um fator de pressão, estacionamento nas zonas envolventes, nomeadamente aquelas que não são tarifadas, também há e, de facto, é a opinião da Comissão, que também há no Bairro da Encarnação, um problema de estacionamento interno que se deve, e nós comentámos isto na Comissão, ao facto de o Bairro ter sido construído como bairro social, na altura, um bairro de construção social e, portanto, com ruas estreitas, porque as pessoas era suposto não terem carros e, hoje em dia, as pessoas têm mais que um carro. Aliás, um dos Peticionários confessou-nos, na altura, que o que acontecia é que estacionava o seu carro e tinha que colocar caixotes do lixo em cima do passeio à porta de sua casa para garantir o estacionamento de um familiar e, portanto, aliás, como vimos aqui nas imagens, de dia, o problema do estacionamento dentro, no interior do Bairro, nós podemos verificar que ele existe, durante a noite, não tivemos imagens para verificar como é que é o problema do estacionamento dentro do bairro. -----

----- Há que reconhecer que foi feito algum investimento por parte da Freguesia, da Junta e da Câmara Municipal durante estes últimos anos: melhoria de equipamentos sociais, parques urbanos, parques infantis, equipamentos desportivos, entre outros, escolas. -----

----- No que se refere à questão do estacionamento, tal como no resto da cidade, as soluções não são efémeras e não podem, nem devem, ser instantâneas, isto é, não podem ser implementadas sem haver estudos, nem serem discutidas com a população, tal como, aliás, foi também reconhecido pelos Peticionários. -----

----- Tanto a Junta de Freguesia como a Câmara Municipal estão já a trabalhar novas soluções para proteger os moradores e para garantir a organização do estacionamento, para quem visita e para e para quem reside na Freguesia. -----

----- Nesse sentido, a 8ª Comissão propõe ao plenário da Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal de Lisboa que: em colaboração com a Junta de Freguesia, faça um estudo alargado do Bairro da Encarnação e Olivais e procedam à sua requalificação e revitalização, com vista à melhoria do espaço público, da acessibilidade e da qualidade de vida destes moradores. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. Dizer, em 1º lugar, sobre esta Petição, sobre o Bairro de Encarnação e Olivais, o CDS saúda os Peticionários e reconhece a legitimidade dos problemas vertidos na mesma. -----

----- Ao longo dos tempos, temos acompanhado a degradada situação e, por vezes, fizemos Recomendações sobre a mobilidade na Freguesia dos Olivais. Nos últimos 3 anos levantámos várias vezes a problemática do estacionamento e circulação nesta Freguesia. -----

----- Primeiro, foram os lugares demarcados, metade em cima dos passeios. Depois, o estacionamento em ruas onde o passeio público praticamente desapareceu, como é o caso das ruas da Portela e dos Eucaliptos. O estacionamento junto ao cemitério, daqueles que querem apanhar o metro para ir trabalhar para o centro da cidade, e

DRAFT

ainda o estacionamento de pesados e atrelados, que é proibido no bairro, mesmo em frente à esquadra da PSP. -----

----- Não é demais lembrar também o estacionamento e circulação de viaturas pesadas dentro do bairro, viaturas de aluguer e turismo que estacionam também dentro do bairro, ao estacionamento de quem trabalha no Parque das Nações, nos serviços que operam e que trabalham no aeroporto de Lisboa. -----

----- Nesta medida, importa envolver que a ANA quer a EMEL na construção de soluções de estacionamento que protejam os moradores do Bairro da Encarnação. -----

----- É uma situação tensa e causadora de insegurança que obriga a uma intervenção eficaz e rápida de forma a que o Estado de Direito não seja colocado em causa. -----

----- Ressalva-se o ordenamento de alguns lugares de Freguesia e da intervenção, embora insuficiente, de melhoramento de espaços ajardinados. Também o estado a que chegaram muitos dos espaços verdes e a pouca manutenção do espaço público e higiene, agravam ainda mais a falta de qualidade de vida destes moradores, a que acresce o facto de alguns espaços verdes, previstos no Plano Diretor Municipal serem, de momento, campos de terra batida. Em 3 anos, assistimos sempre à promessa de que seria feito, como aqui o CDS defendeu inúmeras vezes e solicitou, um plano de mobilidade. -----

----- Na última sessão de perguntas, o Senhor Vereador Manuel Salgado afirmou que estaria em curso um plano de intervenção para a circulação e estacionamento na zona central dos Olivais, projeto esse já entregue à Junta para decisão. Então e o bairro da Encarnação? Não fazendo parte da zona central não foi incluído? São dúvidas a que agradecemos respostas por parte da Câmara. -----

----- Embora a Recomendação produzida não acrescente mais soluções para esta problemática até porque esta questão do plano já foi aqui divulgada pela Senhor Vereador Manuel Salgado, não vemos a exequibilidade em curto prazo, esperemos que sirva de uma posição de força para que os eleitos, no próximo mandato, priorizem a apresentação de uma solução. -----

----- Após anos de alertas é lamentável que estejamos no final de mandato e que não se encontrem soluções à vista. Da parte do CDS continuaremos a acompanhar este processo e estamos sempre disponíveis para ouvir os moradores e a ajudar a encontrar soluções e consensos a bem todos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Não temos mais ninguém inscrito pelo que estamos em condições de passar à votação da Recomendação 5/151 que é a Recomendação apresentada pela 8ª Comissão, que o Senhor Deputado Manuel Lage já apresentou. Vamos pôr à vossa consideração. -----

----- **Voto da Recomendação nº 5/151** da 8ª Comissão Permanente relativa à Petição 11/2017. A Recomendação nº 5/151 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

DRAFT

----- Vamos passar ao Ponto seguinte da nossa ordem de Trabalhos, agradecendo aos Senhores Peticionários que aqui estiveram e que fizeram a Petição.” -----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DO PONTO 5 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 477/CM/2017 - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA ‘OPERAÇÃO RENDA ACESSÍVEL DA RUA GOMES FREIRE’, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO, COM FINANCIAMENTO, CONCEÇÃO, PROJETO, CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, E RESPECTIVA AFETAÇÃO DE PATRIMÓNIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEAS D) E P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL, BEM COMO DOS ARTIGOS 16.º, N.º 1, ALÍNEA B), E 130.º E SEQUINTE E DO ARTIGO 38.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); 1,5 X GRELHA BASE – 51 MINUTOS; PARECER DA 1ª E 3ª COMISSÕES PERMANENTES**-----

----- (A Proposta nº 477/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª e 3ª Comissões Permanentes relativo à Proposta 477/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- Vamos passar o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos.-----

----- Trata-se do Ponto 5 da Proposta 477/CM/2017 ‘Operação Renda Acessível para a Rua Gomes Freire’. Pergunto à Senhora Vereadora sequer apresentar Proposta? Se faz favor.-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente. A Proposta, o que está hoje para deliberação na Assembleia Municipal. Nós, em momento anterior, aprovámos aquilo que é o programa chapéu e também aqui em Assembleia Municipal e, evidentemente, cada uma das operações da Renda Acessível virá para discussão e aprovação do órgão competente da Assembleia Municipal.-----

----- Em relação a esta operação em concreto, eu gostaria de destacar que é uma mais operação do Programa de Arrendamento Acessível. Ainda há bocadinho falamos nesta matéria.-----

----- Nesta operação prevê-se a construção de vários edifícios destinados ao arrendamento acessível, são 68 fogos, destinados ao arrendamento acessível em zona centro da cidade de Lisboa.-----

----- Nesta operação, nós privilegiados as tipologias de maior dimensão, portanto, são tipologias T2, T3 e T4, sendo que o somatório dos T3 e dos T4 são superiores, a percentagem é superior aos T2. Nesta operação prevê-se um equipamento de apoio à infância, uma creche que integrará a rede pública de creches do Município de Lisboa,

DRAFT

aliás, como está previsto nas outras operações, a única que não tinha, como se lembrarão da 1ª discussão, foi a da Rua de São Lázaro, mas a Gomes Freire é ligeiramente acima para quem conhece a Rua Gomes Freire, é ligeiramente acima da operação de São Lázaro. -----

----- Estamos a falar de arrendamentos como este destinado ao mesmo segmento da operação anterior. Prevê-se também nesta operação que, para além do equipamento público de apoio à infância, da creche, haja também um espaço de fruição pública, isto é, um espaço verde, um jardim.-----

----- Em tudo o resto é uma operação semelhante à anterior que discutimos aqui e estou, naturalmente, disponível para qualquer dúvida que as forças políticas entendam colocar. -----

----- Gostaria também de dizer que nas próximas operações que viram já numa outra fase da nossa vida democrática, mas será, as próximas serão Benfica, Lumiar, Parque das Nações e Belém. Muito obrigada Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. Vamos então dar a palavra, em 1º lugar, ao Relator que é o Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, caros membros da Mesa, caros Vereadores, caros colegas Deputados.-----

----- Relativamente ao Parecer conjunto da 1ª da 3ª Comissão Permanente relativa a esta Proposta 477/CM/2017, ela refere-se à autorização para a celebração deste contrato, no âmbito da operação de Renda Acessível da Rua Gomes Freire e, especificamente, não só é posto à consideração desta Assembleia a alteração do contrato de concessão em si, como a afetação do património identificado na própria Proposta.-----

----- Esta Proposta foi remetida, como disse, para a 1ª e 3ª a Comissão permanentes e refere-se precisamente ao Programa da Renda Acessível que foi aprovado anteriormente através da deliberação 169 da Assembleia Municipal de Lisboa aprovada aqui neste órgão, em maio de 2017, com o objetivo de colocar no mercado de arrendamento, habitação a preços acessíveis, destinados às famílias de rendimentos intermédios, atraindo e fixando a população no concelho.-----

----- Para porque persecução deste programa de forma sustentável é necessário o Município afetar bens imóveis, o seu domínio privado, nomeadamente edifícios, devolutos ou terrenos urbanizáveis e sendo o Município proprietário 2 imóveis sítos na rua Gomes Freire, identificados nesta Proposta e que se encontram em condições de ser afetos a este programa, foi esta a Proposta apresentada pela Câmara e que foi analisado em Comissão com vista a serem aqui construídos 70 fogos para arrendamento acessível com uma creche e um jardim público a incorporado.-----

----- É também feito neste Parecer a análise do caderno de encargos e tal como referiu a Senhora Vereadora Paula Marques que, aliás, gostaríamos também de dizer por

DRAFT

parte destas Comissões, não foi chamada a dar esclarecimentos sobre as mesmas, dado que tínhamos ouvido, não só uma apresentação sobre o Programa de Renda Acessível anteriormente, portanto, tinham sido já prestados esclarecimentos como esta operação, foi também, houve uma operação anterior a esta, na Rua de São Lázaro, na qual foram também prestados esclarecimentos e, portanto, a Comissão não achou necessário pedir os esclarecimentos em causa, dado que o mecanismo em si, o Programa de Renda Acessível, como do tipo de mecanismo de concessão já tinha sido analisado posteriormente e, portanto, o presente Parecer considerou-se em condições de ser debatido e votado neste plenário. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, caros colegas. -----

----- “Esta Proposta da renda acessível, ligada à renda acessível, é uma Proposta que vai, portanto, iniciar, de uma forma mais consistente, aquilo que é o plano que a Câmara pretende desenvolver de poder possibilitar habitação a custos razoáveis para a classe média. -----

----- É, como sabem, isto foi, durante muitos anos, um dos objetivos da EPUL que, durante muitos anos, promoveu, portanto, casas para a classe média a preços razoáveis, portanto, a preços e também com esta medida entrou como reguladora do mercado, isto pode ser, pode ser, se se correr bem, pode ser um caminho nesse sentido e ao ser a ser um caminho nesse sentido, é necessário que, de facto, que existam capacidade de procura de empreendedores para poderem, dentro das circunstâncias em que esta é que esta oferta é feita, de concurso é feito, e lembro que o caderno de encargos é extremamente exigente em relação aos concessionários, que espero que haja, portanto, a procura suficiente para, não só em relação a este caso, mas em relação aos futuros, venham a considerar-se a hipótese de construir muitas habitações para a classe média. -----

----- Isto não retira àquilo que há bocado dissemos, e que a Senhora Vereadora também referiu até antes de mim, a necessidade de a Câmara oferecer, ela própria, criar condições de oferta de habitação para a classe média, e não só, mas também para a classe média, através daquilo que é a reabilitação e a utilização de muitos prédios aqui têm espalhados pela cidade e que normalmente a Câmara os põe em hasta pública para obter receita e mais importante do que obter receita é, de facto, utilizar esse património disperso no sentido de ele vir a ser utilizado em habitação para as classes médias e outras menos protegidas, isto de acordo com as tipologias e de acordo com o tipo de construção que essas habitações vierem a ter. -----

----- Em relação a esta Proposta, na Comissão foi proposto pelo PSD, no sentido de que há uma diminuição acentuada do estacionamento que é oferecido na zona, porque o parque de estacionamento vai ser ocupado com construções, e fica apenas, penso que 79 lugares, são aqueles que são exigidos em relação ao número de fogos que vão ser que vão ser construídos e uma das Recomendações que o PSD indicou, mas que

DRAFT

houve consenso para que essa Recomendação fosse aqui apresentada e não colocada no próprio Parecer é isso que eu agora tomo a liberdade de aqui fazer. -----
----- Era que fosse possibilitada a possibilidade de construção de estacionamento alternativo, nas zonas relativamente próximas, não sei como, mas isso é um problema que tem que estudar, para que as pessoas não se sintam prejudicadas pela diminuição da oferta de estacionamento local. É essa Recomendação que o PSD faz à Câmara, à Senhora Vereadora e, naturalmente, ao resto da Vereação, no sentido de considerar, já que com esta medida que nós aceitamos, há no entanto, um prejuízo evidente para os moradores que atualmente utilizam o parque de estacionamento que está nesse local que ofereça alternativas para, de facto, compensar essa perda. -----
----- Era isto que eu vos queria dizer. Muito obrigado.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, Senhora Vereadora, colegas Deputados e Deputadas. -----
----- Relativamente à Proposta 467/CM/2017 para a celebração do contrato de concessão da operação da renda acessível da Rua Gomes Freire, o Bloco de Esquerda reitera a sua posição que já tivemos aquando da discussão do projeto geral do PRA no dia 30 de maio deste mesmo ano e, aquando da votação da Proposta número 180. -----
----- Reconhecendo que a habitação é um dos problemas essenciais da nossa cidade reconhecemos que o Programa da Renda Acessível enquanto ideal, de facto, é muito importante, é meritório, no entanto, a resposta que é dada em regime de parceria público-privada, porque é o que este programa de facto e na realidade é, é a resposta errada, na nossa perspetiva, para a resolução deste problema. -----
----- E já agora, já o dissemos e voltamos a repetir, é possível e seria possível encontrar uma solução totalmente pública para um programa deste género. -----
----- Mas sobre esta Proposta em concreto nós também chamamos à atenção, nomeadamente para a cláusula de 41.1 alínea d), onde fica claro que existe um favorecimento, se não formos no favorecimento pelo menos um prejuízo para o Município, relativamente ao privado que entrará, ou não, depende, neste programa. Porque, tratando-se de um contrato sem risco para o concessionário, assente na perspetiva do arrendamento de 90% do edificado, ou seja, uma renda garantida e dependerão também outras alterações do reequilíbrio financeiro, em função de um caso de base que não se conhece e que, também, a considerar financiamento externo por parte do concessionário e que este pode ser volátil. Se o concessionário tiver, por exemplo, juros de financiamento a aumentar, o risco passará quase integralmente para o Município, portanto, há poucas garantias para o Município e retira qualquer tipo de responsabilidade dos privados e por essa via é um favorecimento do privado neste contrato de concessão e relativamente a isto temos muitas dúvidas também. -----
----- No entanto, continuamos a insistir na posição política de que um programa de renda acessível é absolutamente essencial para a cidade, mas esse programa tem que ser absolutamente público. Já propusemos também, na altura, através da Declaração de Voto, como é que este programa é financiado e já agora, todos sabemos, é possível também porque o financiamento para a reabilitação urbana não entraria para os limites

DRAFT

de endividamento, portanto, essa não é sequer a maior preocupação e, na verdade, as questões que se mantiveram e que já colocámos aquando, em maio, aquando da votação do programa, do PRA no geral, mantemos as questões legais, as questões da opção política e financiamento e, no fundo, a questão da visão que queremos para a cidade. Porque o problema da habitação, sendo o principal, um dos mais sérios problemas na nossa cidade a resposta tem que ser pública. Não há, na verdade, com este programa, qualquer garantia de que se consiga efetivamente controlar os custos abusivos das rendas do privado porque, na verdade, não se está a tomar como uma necessidade pública este mesmo controlo, bem pelo contrário, está a dar-se mais benesses do que as seria necessário para os privados e, portanto, o Bloco de Esquerda votará também contra esta Proposta e entregaremos Declaração de Voto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde.-----

----- A na única razão da nossa vinda aqui é para reagir a esta declaração do Bloco de Esquerda que nos aparece absolutamente despropositada. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem, neste momento, uma política forte para a habitação em Lisboa, o Programa da Renda Acessível é um desses instrumentos, a Câmara Municipal de Lisboa, para além deste programa, tem outros e é de louvar que este programa esteja em marcha e que, em breve, e durante os próximos anos, irá dele resultarem uma série de habitações que irão colocar no mercado de arrendamento habitação a preços acessíveis.-----

----- Naturalmente e, como disse o Bloco de Esquerda, esta é uma solução e nós consideramos que é a solução certa, esta solução tem também investimento público, esta solução não é uma solução privada, tal e qual como a estão a tentar fazer passar, tem uma figura própria, que é um contrato de concessão e achamos que é bastante positivo que, de facto, se esteja a proporcionar e se esteja a dar este passo. -----

----- E gostaríamos de estar aqui esta declaração e esta reação às declarações do Bloco de Esquerda que, apesar de estarem e da Câmara Municipal de Lisboa estar, neste momento, a dar passos positivos nesse sentido, continuamos a ouvir uma voz discordante, quer a Câmara faça ou não o seu trabalho e neste caso está a fazer bem o seu trabalho e não compreendemos a declaração do Bloco de Esquerda. Obrigado.” ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados terminámos estas intervenções, não sei se a Senhora Vereadora quer usar da palavra? Se faz favor tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente muito obrigada. -----

----- Antes de reagir a algumas das intervenções, naturalmente, que foram feitas e, depois, sem prejuízo de passar palavra ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, há uma questão que eu gostava de pedir que ficasse registado em Ata. -----

DRAFT

----- Há um erro material, há uma parte de uma frase da Proposta que não está completa e que, embora tenha sido aprovado no nosso programa geral quando aprovámos aqui e por sugestão do PAN, não está completa na Proposta que hoje vem a discussão e eu gostava de solicitar a sua correção e tem a ver, única e exclusivamente, com o que está no caderno de encargos da operação na rua Gomes Freire, na parte relativa à memória descritiva do projeto de estabilidade, isto é, idêntico àquilo que aprovamos na operação de São Lázaro.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Vereadora diga-nos exatamente aonde para nós podermos, aqui na Mesa, identificar. Ou faz-se depois chegar à Mesa.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, eu gostava só que ficasse em Ata e faço chegar à Mesa de imediato que é: ‘avaliando a necessidade e propondo em conformidade as medidas reforço de resistência sísmica a implementar no edifício sujeito a obras de reabilitação’ .-----

----- Portanto, isto não estava, a frase não está completa na Proposta que está hoje em apreciação e eu queria pedir publicamente desculpa aos Senhores Deputados e, em particular ao PAN, por isto não estar.-----

----- Em relação às questões levantadas sobre o programa. Eu vou voltar a repetir, naturalmente, que este programa, em relação aos valores de arrendamento, eu vou só repescar, quando falamos em valores razoáveis, falamos em valores acessíveis, efetivamente, para aquele que é o segmento que estamos a falar e, portanto, gostava de lembrar a quem está a discutir e a votar esta Proposta que os valores desta Proposta em questão são, que estão a concurso são, em relação à tipologia 2, 300 a 450 euros, em relação à tipologia 3, 450 a 550 euros e em relação à tipologia e 4, 450 a 650. São rendas acessíveis, estamos claros sobre aquilo que é o conceito de Renda Acessível. -----

----- Em relação à questão do estacionamento. Eu gostava de esclarecer os Senhores e as Senhoras Deputadas que o parque de estacionamento que estamos a falar tem uma ocupação média de 50%, não é um parque de estacionamento destinado a residentes, é um parque de estacionamento de rotatividade. É evidente que a construção, a presença de novas famílias neste local vai trazer um acréscimo de, naturalmente, de carga aqui. -

----- Mas o Programa de Renda Acessível, prevê que haja estacionamento para os novos residentes e, portanto, para os novos residentes, não Senhor Deputado, o Programa de Renda Acessível, esta operação, prevê um lugar de estacionamento para cada um dos fogos a construir ou a reabilitar no programa. -----

----- Em relação àquilo que é hoje existente, volto a dizer, a ocupação deste parque que não é um parque com estacionamento para residentes é um parque de rotatividade, tem 50% de utilização, 50% de utilização.-----

----- Eu, francamente, se os Senhores e as Senhoras Deputadas me perguntarem entre prioridades entre um programa e uma operação e prover habitação acessível do nível que nós estamos a falar, com um equipamento público destinada a infância, uma

DRAFT

creche, e a ocupação a 50% por parte de um parque de estacionamento, eu sou-vos muito clara, eu não tenho dúvida nenhuma qual é, para mim, a prioridade e para mim é a habitação e não é, francamente, um estacionamento de rotatividade.-----

----- Em relação á questão do modelo. Sem prejuízo do apoio do Senhor Vereador João Paulo Saraiva sobre esta matéria. Eu gostava de lembrar e quem leu os documentos com cuidado, naturalmente, e que fez a análise, que este é um contrato de concessão de obra pública, é um investimento e um programa de política pública, tem uma definição clara dos seus princípios e, no seu caderno de encargos, aliás, foi referido que era um caderno de encargos muito exigente, é bem claro quanto àquilo que é a defesa do interesse público e de quais são as regras a que os candidatos e futuros concessionários estão obrigados.-----

----- Gostava só de clarificar que quando se falam, quando o Bloco de Esquerda fala na questão do, não há reequilíbrio financeiro, não há compensação financeira, não há compensação, Senhora Deputada, não há compensação financeira a ser paga em espécie ao concessionário. Se uma série de condições, com uma série de cláusulas de salvaguarda do interesse público, não forem cumpridas, nomeadamente, uma coisa que todos e todas temos vindo a aceitar como um facto absolutamente consumado, que é a imensa procura, portanto, nós temos que ser coerentes, ou, de facto, identificamos que há uma imensa procura na questão da habitação ou então entendemos que não há e, portanto, há o risco de a ocupação não ser feita e portanto, ocupação do ponto de vista das rendas acessíveis não ser feita, temos que ser coerentes com isso.-----

----- O que pode haver é um prolongamento de concessão e isto faz toda a diferença, e isto faz toda a diferença, e isto faz toda a diferença.-----

----- Por último, em relação à questão, volto a dizer, à questão do interesse público e a questão de ser um programa de iniciativa pública.-----

----- Eu acho que, enquanto, na minha intervenção sobre a questão da Petição que estivemos aqui a discutir. Eu falei assim em passagem naquilo que é a dificuldade de enfrentar uma questão na globalização e chama-se, de facto, a globalização traz-nos coisas muito boas, mas também traz coisas bastante difíceis gerir, nomeadamente, aquilo que é um processo de especulação global. Mas também nos traz outras coisas traz-nos a possibilidade de, como outros Municípios que têm situações idênticas às nossas, partilharmos dificuldades, partilharmos experiências e partilhámos boas práticas. Há um Município, para mim, e não é, é público e, portanto, com quem temos trabalhado, que é Barcelona e que, para mim é, de facto, um exemplo de trabalho e de partilha comum e, de facto, é bom vermos que outros Municípios, nomeadamente o Município de Barcelona, olha para a questão, lha para a questão do direito à habitação e do prover habitação para vários segmentos como uma necessidade de investimento público, mas também pensando como é que faz a canalização do investimento privado, para aquilo que é a concretização do direito à habitação.-----

----- E é, de facto, para mim, um exemplo, olhar para Barcelona e ver que a edil de Barcelona, procura também investimento privado para investir numa empresa para construir e gerir um parque habitacional, direccionada à classe média. Para nós é

DRAFT

importante partilhar com outros Municípios, com outras visões e procurar, naturalmente, aquilo que são frentes comuns de atuação. -----

----- Muito obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. Pergunto se há mais alguma intervenção? Não temos intervenção. -----

----- Estou só aqui tomar devida nota da alteração que a Senhora Vereadora falou. -----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva queria usar da palavra? Não há mais rondas e o tempo também já é escasso, mas o Senhor Vereador, se quiser inscrever-se tem que nos assinalar.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Serei muito rápido, Senhora Presidente só para as sublinhar 2 coisas que foram ditas pela minha colega Paula Marques e dar uma informação. -----

----- Primeiro começando com a informação, neste momento, como sabemos todos, qualquer operação mesmo de habitação, conta para o endividamento Municipal e, portanto, é uma matéria que, enquanto não for mudada e aí, obviamente, poderá haver papel de todas as forças políticas aqui representadas na Assembleia da República, que é um poder que não nos assiste a nós. Será desta maneira e nós respeitaremos escrupulosamente os nossos limites de endividamento, como todos sabem aqui. -----

----- O Bloco de Esquerda, bem antes de ir ao Bloco de Esquerda. -----

----- Custos abusivos como já foi dito, há uma contradição entre aquilo que é o único fator de risco que fica do lado do Município e aquilo que é a realidade assumida por todos nesta sala e sentida pela cidade de uma forma geral, que tem a ver com o único risco para o Município, seria um absurdo, que era não haver interessados a utilizar a habitação Municipal e, portanto, é esse o único risco que o Município tem neste processo. -----

----- Se alguém tiver alguma coisa para contraditar sobre esta matéria, diga onde é que isso está, que eu explicarei qual é a lei em que nos baseamos, como todos também a conhecem, penso eu, e aquilo que está proposto, que é exatamente e rigorosamente o que eu estou a dizer. -----

----- Quanto ao Bloco de Esquerda sobre esta matéria confesso que me sinto, como alguém dizia ontem e bem na televisão portuguesa, um defensor desde muito jovem da convergência a que se tem conseguido na Assembleia da República com este Governo e com esta configuração da Assembleia da República que resultou das últimas eleições, fico um pouco triste quando percebo que o Bloco de Esquerda, sobre uma matéria que nos parecia nós completamente consensual, que é encontrar soluções para o problema da habitação na cidade de Lisboa, soluções, soluções eficazes em tempo e em quantidade, coisa que até hoje mais ninguém propôs nem a esta Câmara e que muitas outros Municípios, neste momento, como, aliás, a Vereadora Paula Marques falou há pouco de Barcelona, mas podemos falar de outros Municípios

DRAFT

portugueses que têm vindo ter connosco para perceber como é que nós estamos a fazer. -----

----- E, portanto, certamente, estamos a fazer e vão ter prova disso, podemos discordar politicamente, mas eu acho que não discordamos politicamente, isso é que me, de alguma forma me deixa triste, porque eu acho que concordamos politicamente, porque, no final, feitas as contas, no final deste processo, para além de, durante os próximos 30 anos, podermos estar a dar à cidade de Lisboa, condições únicas do ponto de vista da quantidade e da qualidade da habitação pública, no final desses 30 anos, em que o concessionário vai explorar todo este processo, mas que, em momento nenhum será colocada em causa a qualidade e a quantidade de habitações a preços controlados para a cidade de Lisboa. -----

----- Mas no final desses 30 anos, dizia eu, o Município de Lisboa vai ficar, a preços correntes de hoje, com um ativo habitacional superior ao que tem hoje em mais de 600 milhões de euros. -----

----- E isso é também muito importante na avaliação que estamos a fazer, com a colaboração de privados, com privados a ganhar certamente dinheiro, com certeza, ainda assim a ganhar dinheiro dentro de limites que nós estabelecemos e, portanto, parece-nos completamente equilibrado este processo, não estamos a falar de nenhuma, PPP, estamos a falar de concessão de obra pública e estamos, desta forma, uma forma mais eficaz que nós encontramos e se tiverem outra, coloquem-na em cima da mesa, a contrariar a abordagem especulativa que hoje grassa nesta e muitas cidades da Europa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados pergunto se mais alguém quer usar da palavra? Não vejo mais ninguém para usar da palavra, então vamos pôr à vossa consideração a Proposta 477/CM/2017. -----

----- O que nós temos que votar é apenas o ponto número 5 que é o que é da competência da Assembleia Municipal, o resto não é. -----

----- Lembrar, em todo o caso que, independentemente disso, há 2 correções a fazer na Proposta. Uma é nos considerados do número 1, onde se fala da deliberação 169 é a 168. Foram duas deliberações tomadas no mesmo dia, mas o número que está aqui indicado não é o correspondente ao que aqui se diz, portanto, pedia para se retificar a Proposta nesse sentido. -----

----- A 2ª retificação, é na página 127 do caderno de encargos, quando se fala da memória descritiva do projeto de estabilidade, acrescentar, aditar o que já foi feito em caderno de encargos anterior sobre matéria semelhante, a seguinte expressão: ‘avaliando a necessidade e propondo em conformidade as medidas de reforço de referência sísmica a implementar no edifício sujeito a obras de reabilitação. -----

----- Com estas retificações a Câmara vai pôr à vossa consideração, o Ponto 5º da parte deliberativa da Proposta 477/CM/2017. -----

DRAFT

----- Voto da Proposta nº 477/CM/2017 – ‘Operação Renda Acessível da Rua Gomes Freire’. A Proposta 477/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra BE, abstenções PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT votos a favor do PS, PAN, PNP, 6IND. -----

----- O PSD quer fazer uma declaração de voto. O CDS apresentará uma declaração de voto por escrito. Pergunto ao Senhor Deputado Luis Newton de é para fazer declaração de voto agora ou se é para enviar posteriormente. Por escrito? Muito bem. -

----- (O CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **O Grupo Municipal do BE** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Considerando que: -----

----- (i) As condições gerais previstas no programa Renda acessível foram já objeto de voto contra pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, pelas razões constantes da Declaração de Voto junto a tal deliberação (relativa à Proposta n.º 180/CM/2017), que se dão por integralmente reproduzidas. -----

----- Da inadequada e desnecessária opção pelo envolvimento de privados nesta operação -----

----- (ii) É de sublinhar que, quanto ao financiamento do Município de Lisboa para a eventual promoção direta desta operação ou, em alternativa, a sua promoção através de entidade do sector empresarial local não colhem, visto que se trata de uma operação cujo endividamento eventualmente necessário para a sua concretização pode ficar excepcionado dos limites legais de endividamento em visto que:-----

----- a) As obras em causa podem ser classificadas como operações de reabilitação urbana, caso em que, nos termos do artigo 76.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 21 de Outubro, não relevam para os limites de endividamento do Município, execute o Município esta medida diretamente, quer indiretamente através de entidade do sector empresarial local; -----

----- b) Caso o Município opte por realizar o Programa Renda Acessível por intermédio de entidade do sector empresarial local, os empréstimos e endividamento apenas serão considerados em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, nos termos do artigo 54.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e do artigo 41.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

----- (iii) O montante de investimento para a realização desta operação em concreto (€ 9 441 633) é passível de ser financiada pela receita anual da Taxa Municipal Turística, que é indevidamente e ilegalmente objeto de consignação ao Fundo Turístico Municipal, cuja utilização é, na prática, decidida pela Associação de Turismo de Lisboa, uma entidade privada que representa o sector turístico. -----

----- (iv) Assim, é inequívoco que a maioria PS nos órgãos do Município de Lisboa pretende, a toda a força, entregar a privados a exploração da Cidade e o desenvolvimento de políticas públicas de habitação.-----

----- Da (i)legalidade e (de)mérito das Cláusulas do Caderno de Encargos. -----

DRAFT

- (v) *As cláusulas constantes do Caderno de Encargos de Concurso Público de Concessão de Obra Pública na “Operação Renda acessível – Rua Gomes Freire “vêm confirmar a ilegalidade e o demérito da Proposta n.º 477/CM/2017 e da Proposta n.º 182/CM/2017.* -----
- (vi) *Desde logo, preveem a entrega ao concessionário de parte dos imóveis a reabilitar (Cláusula 16.ª e 17.ª, n.º 7 a 10), o que encerra em si mesmo uma alienação de património municipal, quando se deveria paulatinamente optar pela municipalização de solos, de resto como temos defendido nesta Assembleia Municipal, considerando o carácter irreproduzível dos solos e a importância de o Município reforçar o seu papel como proprietário fundiário da Cidade, preservando para gerações futuras essa possibilidade.* -----
- (vii) *Por outro lado, o artigo 425.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, que prevê a possibilidade de entrega ao concedente de bens do concessionário afetos à concessão (que necessariamente não são os bens que integram o estabelecimento da concessão, pois esses são do concedente e reverterem gratuitamente para o concedente no termo da concessão, nos termos do artigo 425.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos), o que coloca a questão de saber se haverá partes da construção que não integram a concessão, e se tal é legalmente admissível.* -----
- (viii) *A nosso ver, toda a construção ou imóveis reabilitados integram a concessão, devendo as frações ou imóveis não destinados ao Programa Renda Acessível ter de ser reconduzidos ao conceito de zonas de exploração comercial, previstos no artigo 428.º do Código dos Contratos Públicos, e assim ser os mesmos entregues ao concedente nos mesmos termos em que são os bens afetos à concessão (artigo 428.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos).* -----
- (ix) *Aliás, são as próprias cláusulas do caderno de Encargos proposto que definem que os imóveis cuja propriedade será transmitida ao concessionário “integram a concessão para efeitos de resolução” (Cláusula 17.ª, n.º 9).* -----
- (x) *De resto, mesmo que este “esquema” de remuneração do concessionário seja admissível, o mesmo constitui um adiantamento da remuneração da totalidade da concessão.* -----
- (xi) *Com efeito, apesar de a transmissão de propriedade dos imóveis (aqueles que são transmitidos pelo concedente a título pleno ao concessionário) só poder ser feita em favor de terceiros pelo concessionário após a conclusão total da construção/reabilitação dos edifícios destinados a arrendamento habitacional acessível, conforme previsto na Cláusula 17.ª, n.º 9, são postas em causa as garantias de boa gestão da concessão.* -----
- (xii) *Com efeito, pode dar-se o caso de, falindo o concessionário, ficar o Município de Lisboa com a concessão sem recuperar a remuneração paga ao concessionário através da entrega de imóveis, remuneração essa que era devida para todo o período da concessão.* -----
- (xiii) *Por outro lado, a possibilidade de oneração imóveis afetos à concessão em favor de entidades financiadoras do concessionário, através de garantias reais (Cláusula 17.ª, n.º 3 e n.º 10, e porque tais imóveis são propriedade do Município de*

DRAFT

Lisboa, implica a prestação de uma garantia real pelo Município em favor do concessionário, que apesar de permitida pelo artigo 419.º, n.º 3 e n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, implica uma maior assunção do risco pelo Município enquanto concedente. -----

----- (xiv) A Cláusula 41.º, respeitante à reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato, a mesma apresenta-se como uma cláusula que elimina o risco do concessionário, visto que impõe a reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato quando: ‘por facto não imputável ao Concessionário, por período superior a um ano de exploração não existir uma ocupação média efetiva dos alojamentos destinados a arrendamento acessível em percentagem superior a 90% da totalidade dessas unidades de alojamento e não tenha sido possível, supletivamente, o seu arrendamento diretamente junto do mercado’ - Cláusula 41.ª, n.º 1, alínea a), situação que, pela sua amplitude, colide com uma significativa e efetiva transferência do risco para o concessionário, conforme prescreve o artigo 413.º do Código dos Contratos Públicos, fazendo vigorar uma rentabilidade garantida do concessionário. -

----- As Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda, declaram votar contra a Proposta n.º 477/CM/2017, pelas razões de legalidade e mérito supra enunciadas, mais requerendo que a presente declaração de voto acompanhe as eventuais deliberações em caso de eventual apreciação em sede do Tribunal de Contas. -----

----- Lisboa, 27 de Julho de 2017, as Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda.” -----

*----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----*

----- “Nos termos previstos no Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa em vigor, o Grupo Municipal do PPD/PSD apresenta Declaração relativa ao seu Voto de Abstenção no Ponto 5 da Parte Deliberativa da Proposta n.º 477/2017, Contrato de Concessão de Renda Acessível na Rua Gomes Freire, apreciada em Plenário da Assembleia Municipal em 27 de Julho de 2017. -----

----- 1. O Grupo Municipal do PPD/PSD tem sublinhado ao longo deste Mandato Autárquico, a evidente inversão de prioridades adotada por esta Câmara Municipal, resultando em elevado prejuízo para o tecido social de uma cidade que continua a expulsar as suas sucessivas gerações. -----

----- 2. A Câmara lançou-se em operações de fachada em vez de reforçar a ação e coesão social e a reabilitação do seu enorme património imobiliário, com alucinado apetite em garantir cada vez mais e mais receitas, não lhe bastando já o fabuloso encaixe que fez com os terrenos do Aeroporto nem o enorme aumento da taxas sobre os lisboetas que veio a concretizar, aproveitando a sua ocasional maioria na Assembleia Municipal. -----

----- 3. Com fins marcadamente eleitoralistas e ideológicos, deixou a Câmara desde 2007 de disponibilizar novas construções destinadas ao arrendamento às populações de mais baixos recursos e também de recursos intermédios, populações essas tão flageladas que foram, devido às loucuras socialistas que faliram o país. -----

DRAFT

----- 4. Esta Proposta, apresentada na conclusão do Mandato, vem em sequência da Rua de S. Lázaro que ainda não produziu quaisquer frutos nem é possível que os produza a curto ou a médio prazo, mas agora esta com a agravante de acabar com um Parque de Estacionamento muito conveniente e necessário para moradores e visitantes e descaracterizar um precioso património imobiliário da cidade. -----

----- A Vereação diz que assim procede em emulação ao que fez Barcelona, o que não deixa de ser irónico e que o Parque de Estacionamento é mal utilizado e que se vai construir uma creche, como se esse exemplo espanhol fosse equivalente e adequado para a cidade capital de Portugal, Lisboa possa desperdiçar áreas de estacionamento e esse equipamento não deva ser construído noutra qualquer local. -----

----- O Grupo Municipal do PPD/PSD tem aliás muito fundadas dúvidas quanto ao interesse que poderão ter terceiros em tais complexas concessões a largo termo e quanto à racionalidade da decisão de externalização desta operação urbanística, mas considera imperiosa a necessidade de a cidade dispor de mais casas com renda menos gravosa, pelo que tomou a opção consequente de apresentar Voto de abstenção no Ponto 5 da Parte Deliberativa da Proposta n.º 477/2017.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Senhores Deputados terminámos este ponto da nossa Ordem de Trabalhos, vamos passar à Proposta 316/CM/2017.” -----

----- **PONTO 7 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 316/CM/2017 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARTE DA ANTIGA AZINHAGA DO FERRÃO, BEM COMO A ALIENAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS AO ESTADO PORTUGUÊS, NO ÂMBITO DO ACORDO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E O MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O LANÇAMENTO DO HOSPITAL DE TODOS OS SANTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEAS I) E Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; 1,5 X GRELHA BASE – 51 MINUTOS; PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO (1ª CP).**-----

----- (A Proposta nº 316/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XVII e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 316/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo XVIII e dela faz parte integrante). -----

----- (A Proposta de Alteração da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 316/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIX e dela faz parte integrante). -----

----- (A Proposta de Deliberação da 1ª Comissão Permanente relativa à Proposta 316/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XX e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

DRAFT

----- “A Proposta 316/CM/2017, trata-se da desafetação do domínio público para o domínio privado de parte da antiga Azinhaga do Ferrão e alienação de parcelas Municipais ao Estado português, no âmbito do acordo celebrado entre o Município, os ministério da Saúde para o lançamento do Hospital de Todos os Santos. -----

----- Eu chamo aqui a atenção que nós deveríamos passar a utilizar a expressão Hospital de Lisboa Oriental, em vez de Hospital de Todos os Santos, porque há aí uma polémica, um contencioso em tribunal com a história da utilização deste nome e seria útil, no que se refere ao que está para trás, não podemos alterar os nomes, mas que, enquanto contencioso não se resolve, passássemos a usar a expressão que nos é permitida do ponto de vista do tribunal. -----

----- Posto isto pergunto ao Senhor Vereador se quer fazer a apresentação da Proposta. Senhor Vereador se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, muito boa tarde, Senhora Presidente e Senhores Deputados. -----

----- Muito rapidamente, o objetivo desta Proposta é o de alienar mais uma parcela para juntar ao conjunto das 2 parcelas que, em 2009, foram alienadas pelo Ministério da Saúde para construir o hospital, então dos Santos, hoje HLO. -----

----- A razão que leva a apresentação desta Proposta é que nos estudos que foram feitos para implantação do hospital e, em particular, para as circulações ou os diversos tipos de circulações, sejam as circulações de veículos de emergência, seja a circulação de veículos de utentes do hospital e, principalmente, para as circulações pedonais, concluiu-se que, efetivamente, o terreno que tinha sido que alienado pelo Município era insuficiente e, principalmente, era insuficiente numa perspetiva de futuro, de acautelar necessidades futuras de expansão do hospital que, tudo indica, terá uma longa vida, pelo menos a comprar que o Hospital de Santa Maria que, neste momento, já tem mais de 100 anos de existência. -----

----- É esta a razão da apresentação desta Proposta e sei que há um conjunto de Recomendações feitas pela Comissão, feitas pelas Comissões que apreciaram a Proposta, mas faria referência a essas correções à Proposta numa 2ª intervenção. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, o Relator desta Proposta fui eu própria, vou apresentar sumariamente aquilo que resultou do trabalho da Comissão.” -----

----- (Neste momento a Senhora Presidente deixou a Mesa que será, a partir deste momento, assumida pelo Senhor Presidente em exercício, Rui Paulo Figueiredo). -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Helena Roseta (IND)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, eu não vou aqui repetir o que está no Relatório, tiveram ocasião de o ver. Dizer-vos apenas que, em termos de conclusões, o Parecer aprovado pela 1ª Comissão remete para 2 circunstâncias: em 1º lugar, a necessidade de se

DRAFT

fazerem algumas alterações à Proposta que veio da Câmara e já vou passar a ser quais e, em 2º lugar, propor à Assembleia que tome uma posição política sobre a forma que envolve este processo todo, como não tem sido tido em conta a posição da Assembleia Municipal junto do Ministério da Saúde, relativamente à rede hospitalar e, portanto, essa matéria foi aqui discutir a 2 dias, o que a Comissão aprovou foi antes dessa discussão, mas vai no mesmo sentido.-----

----- Portanto, são 2 Propostas, não é nenhuma Recomendação, é uma Proposta de Alteração e uma Proposta de Deliberação. Corrijo-me, nessa Proposta de Deliberação, há uma pequena Recomendação que tem a ver com uma das Propostas de alteração, já vou dizer o que é. -----

----- Portanto, as Propostas de alteração são as seguintes:-----

----- No ponto 4 das 'Condições de Acordo' há aqui um erro de palavra, é simples, onde está 'modulação do terreno' deve estar 'modelação do terreno'. Isto é uma coisa simples, um erro material. -----

----- Nas 'Condições do Acordo' no ponto 5º, que diz que este acordo é feito, portanto, remete para umas regras estão incluídas no Acordo Estratégico aprovado em 2008, pela Assembleia Municipal, na altura, acontece que este Acordo Estratégico foi aprovado num pressuposto diferente daquilo que é hoje o pressuposto da construção deste hospital. -----

----- Foi num pressuposto em que era mais pequeno, as parcelas eram aquelas 2 parcelas iniciais e não agora esta parcela e, portanto, nós entendemos que não devemos estar a remeter para um acordo que está relativamente ultrapassado relativamente à configuração do novo hospital e, por isso, na Proposta de Deliberação, no último Ponto, Recomendamos à Câmara que faça a revisão e atualização deste Acordo Estratégico.-----

----- O Acordo Estratégico visa basicamente definir quais são as responsabilidades da Câmara e quais são as responsabilidades da Administração Central em matéria de várias coisas, tais como acessos e trabalhos complementares, mas tem que ser atualizado se a Proposta que hoje temos aqui à consideração for aprovada.-----

----- O acordo estratégico terá que ser atualizado e aprovado pelos órgãos próprios. ----

----- E, portanto, entendemos que deve-se eliminar este ponto 5º aqui porque remete para uma coisa que, em nosso entender, está desatualizada. -----

----- Finalmente, há um Ponto 4º da Proposta que prevê autorizar que, por despacho do Senhor Vereador com competências delegadas, ou subdelegadas, possa ser aprovado um acréscimo de área alienar até um máximo de 10%, aplicando os mesmos critérios na justificação de valor. Nós propomos que isto seja eliminado. Sei que isto já tem sido utilizado noutras Propostas anteriores mas, nesta matéria, entendemos que deve ficar, exatamente, muito claro quais são as parcelas e não haver aqui nenhuma forma, a não ser por nova Proposta, nova deliberação, nenhuma forma de, por via mais ou menos burocrática, alterarmos aquilo que a Assembleia vier a provar, se aprovar, e espero que o aprove, nesta questão. -----

----- Quanto às deliberações que eu proponho, aquilo que eu proponho é que a Assembleia Municipal delibere, naturalmente, tendo em conta que, quando pedimos

DRAFT

informação ao Governo sobre, que hospital é este o para o qual nos estão a pedir mais terreno, como é que ele vai ser, como é que ele vai funcionar, a resposta que recebemos da ARS-LVT foi insuficiente e, nessa medida, aquilo que a Comissão propõe ao plenário é que delibere manifestar ao Governo e aos grupos parlamentares 3 coisas:-----

----- A urgência no lançamento do processo de construção do novo hospital.-----

----- A discordância quanto às Propostas sobre o futuro do Centro Hospitalar, Lisboa Central apresentadas pela ARS porque reiteramos que não é aceitável que sejam desmantelados equipamentos hospitalares no centro da cidade com prejuízo da identidade histórica de zonas e edifícios icónicos de Lisboa e da acessibilidade da sua população aos cuidados de saúde.-----

----- E, finalmente, de um protesto pela forma como estão a ser tomadas decisões sobre um tema tão importante, sem qualquer planeamento conhecido da cidade, sem debate público e sem ter em conta a opinião dos representantes eleitos.-----

----- Foi isto que foi aprovado pela 1ª Comissão é isto que está à vossa consideração, caso aprovem a Proposta, é o que será posto à vossa consideração.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Vamos continuar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Apreciamos a Proposta 316/CM/2017 – ‘Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parte da antiga Azinhaga do Ferrão e alienação de parcelas de terrenos municipais ao Estado Português para o lançamento do Hospital, então, de Todos os Santos’.-----

----- E queremos desde já manifestar a nossa concordância integral com o parecer e as propostas de alterações, conclusões e propostas de deliberação, a que se chegou na 1.ª Comissão e que se submete a esta Assembleia Municipal.-----

----- Com efeito, é fundamental que o governo lance urgentemente o processo urgentemente de construção do novo Hospital de Lisboa Oriental, de forma a que este não gere um equipamento cujas dimensões impliquem uma concentração excessiva da atividade hospitalar na Cidade, permitindo a continuidade do funcionamento de vários equipamentos hospitalares cujo encerramento vem sendo anunciado e permitindo assim quer uma distribuição equilibrada de tais equipamentos pela Cidade, designadamente na zona central de Lisboa, permitindo, também, a manutenção de hospitais especializados.-----

----- A nosso ver um tema tão importante para os Cidadãos de Lisboa, como são os cuidados de saúde, deve ser assumido em diálogo, auscultação e debate público, para um melhor planeamento da Cidade de Lisboa e da sua rede hospitalar da cidade, para uma melhor decisão, tendo em conta a opinião dos representantes eleitos pelos Lisboaetas e os Cidadãos, a quem devemos em primeiro lugar prestar contas.-----

DRAFT

----- Pelo que manifestamos a nossa profunda discordância quanto às propostas sobre o futuro do Centro Hospitalar Lisboa Central da ARS que, a irem para a frente, não permitem a acessibilidade da população residente aos cuidados de saúde. -----

----- Lamentamos, ainda, que esta Assembleia tenha rejeitado a necessidade de exigência ao governo de reverter a venda de edifícios onde se situam os diversos hospitais cujo encerramento é projetado, designadamente os Hospitais de São José, Santa Marta, Santo António dos Capuchos, Miguel Bombarda e Maternidade Alfredo da Costa. Rechaçando desta forma a pressão especulativa de interesses imobiliários. ---

----- Por último, concordamos com a eliminação do ponto 5 das “Condições de acordo”, que remete para o Acordo Estratégico aprovado em 2008 pela Deliberação 90/AM/2008 e com a eliminação do ponto 4 da parte deliberativa da proposta, que prevê autorizar que, por Despacho do Vereador Manuel Salgado “com competências delegadas ou subdelegadas para o ato, possa ser aprovado um acréscimo de área à alienar, até um máximo de 10%, aplicando os mesmos critérios previstos na Justificação de Valor, que faz parte da presente proposta, para cálculo do valor da área acrescida”. Pois traduz bem da visão que tem sobre o planeamento da Cidade e o (des)respeito que manifesta sobre este órgão – Assembleia Municipal de Lisboa e o seu papel na vida da Cidade e em prol dos Cidadãos. Muito obrigado.” -----

----- (Neste momento a Senhora Presidente regressou à Mesa, a partir deste momento, volta a assumir a presidência da Sessão). -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Relativamente à proposta que agora discutimos, que visa desafetar terrenos para a construção do novo Hospital de Lisboa Oriental, Os Verdes reafirmam a sua opinião sobre este assunto, indo ao encontro do que defendemos na terça-feira no debate de atualidade, porque não abdicamos de defender o direito à saúde e de estar ao lado das populações. -----

----- Recordamos que a Conferência de Representantes decidiu que esta proposta apenas seria agendada quando se recebesse a resposta do Ministério da Saúde com esclarecimentos sobre o novo hospital e o futuro da rede hospitalar de Lisboa, especialmente dos hospitais da Colina de Santana. -----

----- A verdade é que entretanto chegou uma resposta que não diz quase nada. Mas o pouco que diz é grave, porque reafirma que os hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central são para encerrar, e põe em causa as deliberações desta Assembleia, a opinião dos utentes e dos profissionais de saúde e ignora por completo as necessidades da cidade a nível da prestação dos cuidados de saúde. -----

----- Em primeiro lugar, consideramos que o novo Hospital de Lisboa Oriental é uma necessidade para a cidade, há muito adiada. É um equipamento indispensável, que deve ter gestão pública e que deve ser dotado de todas as condições necessárias. -----

----- Até aqui, tudo bem e ninguém põe em causa o que a Câmara deve fazer para viabilizar a construção deste hospital. -----

DRAFT

----- O problema surge quando o encerramento dos hospitais do centro histórico nos é apresentado como a condição para Lisboa ter um novo hospital na zona oriental. -----

----- E Os Verdes não aceitam pactuar com esta chantagem, tal como esta Assembleia também não deverá aceitar, mas ficou bem clara a posição de cada força política nas votações no final do debate de atualidade, assim como ficou bem evidente com que interesses estão comprometidos os diferentes partidos com assento nesta Assembleia. -

----- Basicamente dizem-nos que temos que escolher entre o novo hospital ou os hospitais do centro da cidade. E não é admissível que nos obriguem a escolher, principalmente quando nada, do ponto de vista de saúde, nos diz que temos que fazer essa escolha, que traria prejuízos graves: menos capacidade de resposta, a população do centro ficaria sem acesso à saúde, desmantelamento de equipas, despedimento de milhares de trabalhadores e a descaracterização da identidade do centro histórico da cidade. -----

----- E contrariamente à opinião de alguns, há alternativas. E essas alternativas passam por haver uma articulação entre as unidades hospitalares já existentes e a construir, pelo reforço da capacidade de resposta pública ajustada às necessidades e particularidades da população de Lisboa, porque é isso que a cidade e as pessoas precisam. -----

----- Resumindo, é urgente o lançamento do processo de construção do novo hospital, tal como é igualmente urgente garantir que os hospitais do centro não encerram. -----

----- Isto, só não vê quem não quer! E por isso mesmo é importante que a Assembleia reforce a sua profunda discordância relativamente ao desmantelamento dos hospitais da zona central, pelo que concordamos com as recomendações propostas. -----

----- Por isso, reforçamos a posição de Os Verdes: novo hospital, sim! Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central, também! Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Naturalmente e em 1º lugar e não sendo isto por hábito, mas sendo excecional, dirigir-me à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal felicitando-a pelo excelente relatório que fez e por manifestar que o PCP está plenamente de acordo, não só com as Propostas, como com o conteúdo de análise feito pela Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- Quanto à questão muito concreta da alienação das parcelas, nós já tínhamos votado em Câmara, penso que serão importantes para a construção do novo hospital. --

----- Agora quanto ao novo hospital, o que eu quero chamar a atenção de todos os Senhores Deputados é que pouco é contado e às vezes é contado de uma maneira e é contado de outra. -----

----- Isto em matéria de saúde, nem os que são da casa, às vezes, conseguem ver tudo o que lá está e quando alguns dizem que o novo hospital iria servir, em 1ª linha, um conjunto de população de Lisboa e do concelho de Loures, isso está escrito na memória funcional do hospital. Na 1ª linha é uma população que poderá rondar entre os 200 a 250 mil habitantes, é um hospital 1ª linha semelhante ao de Loures. -----

DRAFT

----- Quanto à 2ª linha que lhe querem atribuir e que seria com o encerramento dos outros, que é feito hoje pelo hospital central, era a 2ª linha em relação ao hospital de Santarém e Vila Franca.-----

----- E em 3ª linha em algumas áreas, a quase a metade de Portugal, Alentejo e grande parte do Algarve e ainda áreas da zona centro.-----

----- Portanto, querem meter numa betesga, que ainda dizem que tem 885 camas, na verdade só tem 705. Mas poderá ter numa emergência, uma expansão que é transformar os quartos particulares, que vai ter muitos, em enfermarias.-----

----- Vejam que com 705 camas, vão substituir o que hoje temos em 1300 camas. Esqueceram-se de falar das camas para as crianças, vai ser então Lisboa a única grande cidade em portuguesa, ao contrário de Coimbra e do Porto, que não vai ter um hospital pediátrico.-----

----- É verdade que a alienação destes terrenos são importantes quando o hospital que vai, é verdade que não está a ser contado tudo, é verdade que os decisores também têm balançado de umas coisas para outras e agora dizem uma coisa, ora dizem que um terreno não chega, ora dizem que dos 3 mil lugares de estacionamento, a maior parte deles terá que ser feita em subterrâneo, ora, enfim, o que nós pensamos é que vale a pena estudar, aprofundar e o Município de tomar uma atitude mais firme de não comprar gato por lebre, de exigir que a explicação seja fundamentada e particularmente que venha a Assembleia Municipal.-----

----- Porque fazer acordos debaixo do pano e depois vir à Assembleia Municipal aqui está para confirmar, isso não!-----

----- Pensamos como a Senhora Presidente que, na verdade, estamos metidos numa situação que os vindouros sempre nos dirão, se nós, no ano de 2017, na Assembleia Municipal, cuidamos bem ou não do futuro dos serviços da carta hospitalar da cidade de Lisboa. Se vamos, inclusive, aceitar que o novo Hospital, seja ele de 1ª linha como nós defendemos, seja ele de 2ª e 3ª linha, como eles dizem que irá substituir todos os outros hospitais. Esse, ele ainda vai ser feito um lugar para mais um negócio, de uma PPP e é que é uma outra situação que está por trás, está por baixo!-----

----- Quem está a fazer os projetos, quem está a fazer os planos, quem está a negociar é o negociante que não quer só negociar a obra, diz e também a gestão, e também a gestão.-----

----- E vejam, não tivemos boa experiência no Amadora-Sintra, ninguém se gaba de boa experiência em Braga, ninguém se gaba de boa experiência em Cascais. Será que ainda voltamos ao erro antigo?-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção, mas peço a todos que não subvalorizem a vossa participação neste processo decisório, dizendo, eles lá sabem, o ministério faz tudo, ele decerto que fará bem! Pois olhe que não! Vai fazer mal! Muito obrigado.-

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Oh Senhores Deputados é capaz de haver Senhores Deputados lá fora. Eu creio que estamos perigosamente do limite do quórum, portanto pedia aos serviços que

DRAFT

assinalassem aos Senhores Deputados que podem estar a lanchar que podem vir para a sala para não termos aqui falhas de quórum.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, imprensa, público em geral. -----

----- Esta Proposta 316, para sermos crus é, na realidade, não a Proposta para complementar juridicamente a construção do Hospital Oriental, que nós apoiamos, mas sim, a luz verde para destruir os Hospitais de Lisboa Central. -----

----- E visto desta perspetiva só pode haver um voto possível, na nossa ótica que é um voto contra. -----

----- Enquanto não estiver resolvida esta questão, enquanto o Ministério da Saúde não tiver apresentado dados concretos de uma reestruturação dos Hospitais de Lisboa Central e as pessoas têm uma garantia que vão estar protegidas, tudo o que se possa fazer para avançar o Hospital de Lisboa Oriental é, na realidade, apenas essa luz verde que falei. -----

----- Neste sentido apoiaremos a Proposta de Deliberação que a Senhora Presidente apresenta. -----

----- Quanto à Proposta 316/CM/2017 terá, certamente, o nosso voto contra. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção que é considerada como **Declaração de Voto**: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vereador, só temos cá um Vereador, ótimo, Senhora Vereadora, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----

----- Temos um Vereador que sabe muito de urbanismo, atenção, não é nenhum sero. Não é nenhum zero em urbanismo. -----

----- Senhora Presidente, eu revejo-me perfeitamente naquilo e no esforço que a Senhora Presidente tem vindo a fazer no sentido de clarificar o mais possível a situação que os Hospitais da Zona Central de Lisboa irão ter no futuro quando for construído o novo Hospital Oriental. -----

----- O esforço que tem feito e a forma como o tem feito é de louvar e é digna desta Assembleia. -----

----- Mas tem que ter consequências, porque senão tiver consequências, é um esforço, é bonito, ficamos contentes, mas depois o resultado é o mesmo e eu acho que quanto mais necessidade tiver Ministério da Saúde, a nestes lotes, nestas cedências mais força e nós teremos. Sim, mas nós temos que usar isso como força e não dizer assim, vamos ceder, mas depois, vamos fazer uma Recomendação ou pedir que seja clarificado isto ou aquilo. Primeiro tem de ser clarificado! Porque se não for clarificado primeiro, não vale de nada! -----

----- Estas Recomendações aqui existentes no relatório da 1ª Comissão, subscrito pela Senhora Presidente, como Deputada Municipal, são claras e são exigentes. Agora, alguma coisa tem que acontecer, não podemos aprovar apenas dizendo que

DRAFT

Recomendamos que seja considerada a hipótese de não destruição dos hospitais da forma como se pretende.-----

----- Aliás, nós tivemos um PAT, mas que não foi PAT, foi PIV, foi ‘plano para inglês ver’ porque de PAT não teve nada, por enquanto, teve PIV, ‘plano para inglês ver’. ----

----- Este PIV tem que ter também algumas consequências. Eu recorde-me perfeitamente daquilo que foi aqui referido durante o debate temático sobre a colina de Santana, aquilo que mais nos preocupava era, naturalmente, os hospitais e a sua reformulação e a sua adequação a interesses das pessoas que residem naquela zona e no centro da cidade, mas também era uma coisa muito importante, eram as pessoas. ---

----- As pessoas que lá vivem na zona de Santana, da colina de Santana, porque é das zonas mais degradadas de Lisboa, onde há maior abandono de casas foi aqui dito, há um relatório feito pela Câmara, muito bem feito pela Câmara, onde isso é perfeitamente claro. O que é que se fez? Que reabilitações fez? Que melhorias nos transportes públicos fizeram? Que é que melhorou para colina de Santana nestes anos todos?-----

----- E aquilo foram as nossas Recomendações, foi a nossa discussão. Porque nós podemos fazer tudo, eixos centrais, segundas circulares, mas as pessoas, as pessoas devem ser o alvo da nossa atenção! Infelizmente, infelizmente, nem sempre é! Por isso eu louvo-me pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de Deputada, ter elaborado este relatório.-----

----- E este relatório é exigente como também a carta que escreveu para o Ministério da Saúde, também é sintomática e é sintomática a forma da resposta e quem dá a resposta! É uma desconsideração desta Assembleia, porque a Senhora Presidente quando fala na qualidade de Presidente fala em nome de todos nós, independentemente de alguns terem votado alguma coisa contra e, muitas vezes, alguns até discutirem com a Senhora Presidente, como é o meu caso, mas isso não impede que ela não nos represente. -----

---- Portanto, se há este desrespeito, se há esta falta de consideração, se há esta não resposta, só pode haver uma solução: isto só avança se... Senão não avança!-----

----- Como disse, aliás, o PAN. Não vale a pena. Vamos já ceder? Vamos dar tudo? Se isto é uma arma que nós temos, vamos usá-la! É tudo Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente. Eu não vou alongar muito mais este debate até porque corroboro aquilo que foi a intervenção do Deputado Vítor Gonçalves. -----

----- Nós temos aqui uma arma na mão, que é decisiva e, portanto, não podemos deixar de parte esse nosso poder e, portanto, das duas uma, ou esta Proposta é adiada e temos um compromisso escrito, efetivo e claro, por parte do Ministério da Saúde e do Governo, ou então, se calhar, nem devíamos estar a votar esta Proposta, porque tendo em conta a resposta que recebemos do Ministério da Saúde, à pressão, e bem, que a Senhora Presidente, em nosso nome, fez. Aquela é uma resposta vaga e que não nos traz qualquer segurança e, portanto, penso que qualquer decisão que seja tomada hoje, colocando por alto que há talvez uma Recomendação, uma Recomendação vai poder

DRAFT

ajudar á no futuro, vai poder sobre esta situação. Eu, sinceramente, não acredito. Temos visto este processo da colina de Santana e muito pouco foi feito.-----

----- Eu queria também dizer em relação ao Hospital Dona Estefânia, nós levantámos esta questão várias vezes, e não me vou alongar muito por também já manifestámos aqui a nossa posição na passada terça-feira. Mas convém lembrar porque é que nasceu o Hospital da Bemposta, hoje Hospital Dona Estefânia e, portanto, já sabemos que o Governo pretende colocar ali o Centro de Saúde de Arroios e um espaço dedicado à criança. Não sabemos que tipo de espaço dedicado à criança. Portanto, isso era uma matéria que convinha que o Ministério da Saúde e o Governo nos esclarecessem. Nós defendemos que deve ser um espaço que deve acolher entidades que dão apoio a crianças e jovens em risco e deve ter também, se calhar uma unidade de cuidados continuados e paliativos.-----

----- Relativamente ao novo hospital e naquilo que toca à área pediátrica. Para nós é essencial que haja um edifício autónomo, o Governo já nos disse várias coisas. Já disse que sim, já disse que não, já disse que é possível, já disse que falta terreno, que não falta terreno, agora há falha sísmica, agora já não há falha sísmica. Portanto, nunca temos uma resposta conclusiva por parte, nem da Câmara, nem por parte do Governo e, portanto, temos aqui uma oportunidade única de tomar uma decisão firme contra esta, não contra desta esta decisão, penso que somos todos favoráveis à construção do Hospital Oriental de Lisboa, mas temos de ter aqui uma posição firme que traga garantias, não só para quem vive na colina de Santana, não só para defender aquilo e para salvaguardar aquilo que é o património edificado que existe nos atuais Hospitais da colina de Santana, mas que, efetivamente, nos traga alguma segurança naquela decisão que hoje vamos tomar. Sedo tomada com os dados que temos neste momento, não será certamente segura, nem beneficiará, certamente, os lisboetas e a saúde de todos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto ao Senhor Vereador Manuel Salgado se quer usar da palavra? O Senhor Vereador prescinde.-----

----- Senhores Deputados estamos em condições pôr à votação a Proposta 316/CM/2017.-----

----- Eu chamo a vossa atenção que há propostas de alteração apresentadas pela 1ª Comissão que têm que ser votadas antes de votar a Proposta, porque caso depois se vote a proposta terá que ser com estas alterações que estão aqui incluídas.-----

----- Eu vou pôr à votação as propostas de alteração, elas são 3.-----

----- Não sei se alguém quer que sejam votadas separadamente, ou se as podemos pôr à votação em conjunto?-----

----- Não? Estou a ver sinais de cabeça, não percebo. Há 3 Propostas de alteração da 1ª Comissão, é para votar em conjunto as 3. Muito bem, vamos pôr à votação as Propostas... Peço desculpa.-----

----- Antes ainda de pôr à votação, chamar a vossa atenção a Proposta de Alteração à Proposta de 316/CM/2017 que foi apresentada na 1ª Comissão, na sequência do

DRAFT

Parecer, tem um erro na referência do anexo, cá em baixo, a última coisa que a proposta refere um anexo, a data de publicação do Boletim Municipal é a 20 de Novembro de 2008 e não 28 de Novembro de 2008.-----

----- Estamos em condições de votar? O Senhor Deputado quer fazer uma interpelação à Mesa? Então se faz favor, tem microfone. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Eu só pergunto à Senhora Presidente, qual será o resultado prático, que é isso com que nós estamos preocupados, que resultados práticos? Porque de intenções, infelizmente, está o inferno cheio.-----

----- A sua profunda discordância quanto às Propostas sobre o futuro do Centro Hospitalar...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu e fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhor Deputado não é isso que estamos a votar o que estamos a votar são as propostas de alteração, não é a Proposta de Deliberação. O Senhor Deputado veja lá os documentos, porque não é isso que estamos a votar.-----

----- O Parecer da 1ª Comissão tem 3 conclusões: uma é uma Proposta de Alteração à Proposta; depois tem as conclusões a dizer que está em condições de ser apreciada e depois tem essa Proposta de Deliberação que é uma tomada de posição política. A tomada de posição política só vou pôr à votação se tomarmos alguma posição sobre a Proposta em concreto.-----

----- Portanto o que eu estou, neste momento, a pôr à votação são as alterações à Proposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Então eu peço a suspensão dos trabalhos por 5 minutos se faz favor em nome do PSD.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu e fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, com certeza, tem os 5 minutos. -----

----- Eu pedia para não saírem da sala para não ficarmos sem quórum e para isto poder chegar até ao fim.”-----

----- Senhores Deputados os 5 minutos mais breve possíveis. -----

----- Eu só pedia aos Senhores Deputados, peço para não saírem da sala. -----

----- Senhores Deputados eu pedia, eu volto a insistir para não saírem da sala, porque podemos ficar sem quórum e teremos que interromper a sessão por uma falta de quórum, peço desculpa, mas façam esse ‘sacrifíciozinho’.”-----

----- Eu pedia aos Senhores Deputados do PSD que tentassem acelerar os 5 minutos. Já só falta um minuto para podermos retomar os nossos trabalhos.-----

----- Senhores Deputados, tenho uma indicação gestual, língua gestual é muito bom. Tenho indicação gestual que podemos prosseguir os nossos trabalhos. -----

DRAFT

----- Para que não haja dúvidas sobre o que é que vamos votar eu vou ler cada uma, em vez de ser tudo junto, vamos ver cada uma das coisas tranquilamente, e vou pôr alínea a alínea, que é mais fácil para toda a gente perceber o que é que estamos a votar.-----

----- Eu estou a pôr à vossa consideração 3 propostas de alteração à Proposta da Câmara que foram aprovadas no Parecer da 1ª Comissão.-----

----- A 1ª é simples. A expressão ‘modulação’, indicada no ponto 4, das ‘Condições de Acordo’ deve ser substituída pela palavra correta: ‘modelação’. Esta é pacífica, mas eu tenho que a pôr à votação.-----

----- **Voto da alínea a) da Proposta de Alteração à Proposta nº 316/CM/2017.** A alínea a) da Proposta de Alteração à Proposta nº 316/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNPN, 6IND.-----

----- Eu pedia, se calhar, ao Senhor 1º Secretário que viesse aqui para o seu lugar, já agora. Muito bem.-----

----- A 2ª Proposta de Alteração de tem o seguinte teor: ‘deve ser eliminado o ponto 5 das ‘Condições de acordo’, que remete para o Acordo Estratégico aprovado em 2008 pela Deliberação 90/AM/2008, publicada no Boletim Municipal nº 770, de 20.11.2008, uma vez que esta deliberação foi tomada com base numa configuração diferente da área a afetar ao novo Hospital, carecendo de ser atualizada perante as novas condições’. Está claro?-----

----- Então vamos pôr à votação este 2º ponto.-----

----- **Voto da alínea b) da Proposta de Alteração à Proposta nº 316/CM/2017.** A alínea b) da Proposta de Alteração à Proposta nº 316/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNPN, 6IND.-----

----- Vamos pôr agora a vossa votação a 3ª alteração que é: ‘deve ser eliminado o ponto 4 da parte deliberativa da proposta, que prevê autorizar que, por Despacho do Senhor Vereador com competências delegadas ou subdelegadas para o ato, possa ser aprovado um acréscimo de área à alienar, até um máximo de 10%, aplicando os mesmos critérios previstos na Justificação de Valor, que faz parte da presente proposta, para cálculo do valor da área acrescida.’ A proposta é de eliminar este Ponto. Vamos pôr à votação.-----

----- **Voto da alínea c) da Proposta de Alteração à Proposta nº 316/CM/2017.** A alínea c) da Proposta de Alteração à Proposta nº 316/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNPN, 6IND.-----

----- “Senhores Deputados numa votação que não é unânime, a aclamação não pode ser considerada, pode ser uma manifestação de expressão, mas continuamos em votações e eu peço o vosso silêncio.-----

----- Senhores Deputados vamos agora votar a Proposta original da Câmara, mas já com estas alterações ou seja se ela for aprovada, têm que ser introduzidas estas

DRAFT

alterações. Portanto, eu vou pôr à votação a Proposta 316/CM/2017 com estas alterações introduzidas pelas votações que acabámos fazer. -----

----- Voto **da Proposta nº 316/CM/2017** – ‘Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parte da antiga Azinhaga do Ferrão, bem como a alienação de parcelas de terreno municipais ao Estado Português, no âmbito do Acordo celebrado entre o Município de Lisboa e o Ministério da Saúde para o lançamento do Hospital de Todos os Santos’. A Proposta 316/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra PSD, PAN, abstenções CDS-PP, MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP, 6IND. -----

----- Agora sim, Senhor Deputado, quer fazer a declaração de voto? Mas no fim das votações, se não se importa. Quer fazer agora? Vamos para a estação a parte política do Parecer que era a Proposta de Deliberação para ser remetida ao Governo e aos Grupos Parlamentares e uma parte de uma Recomendação à Câmara para atualizar o Acordo estratégico. -----

----- Portanto, são 2 alíneas: uma 1ª alínea, uma manifestação de posição perante o Governo e os Grupos Parlamentares. Eu vou lê-la: ‘Que a Assembleia delibere manifestar ao Governo e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República: a urgência do lançamento do processo de construção do novo Hospital de Lisboa Oriental; a sua profunda discordância quanto às propostas sobre o futuro do Centro Hospitalar Lisboa Central apresentadas pela ARS-LVT, reiterando não ser aceitável que sejam desmantelados equipamentos hospitalares no centro da cidade com prejuízo da identidade histórica de zonas e edifícios icónicos de Lisboa e da acessibilidade da população residente aos cuidados de saúde;’ e, finalmente, ‘o seu veemente protesto pela forma como estão a ser tomadas decisões sobre um tema tão importante e sensível para a cidade de Lisboa sem qualquer planeamento conhecido da rede hospitalar da cidade, sem debate público e sem ter em conta a opinião dos representantes eleitos pelos lisboetas e dos cidadãos’. -----

----- Senhores Deputados estamos em condições de votar? Ainda há aqui mais um esclarecimento interno ali da bancada do PSD. -----

----- Estamos em condições de votar. Vou separar também as alíneas. Vamos votar a alínea que diz respeito à posição perante o Governo 1º e, depois, a alínea que diz respeito à atualização do Acordo Estratégico 2008. -----

----- Oh Senhor Deputado Luís Newton, peço desculpa, agora temos que votar. Já tiveram a interrupção, agora temos que votar. -----

----- Vamos pôr à vossa consideração a alínea a) desta Proposta de Deliberação. -----

----- Voto **da alínea a) da Proposta de Deliberação relativa à Proposta nº 316/CM/2017**. A alínea a) da Proposta de Deliberação relativa à Proposta nº 316/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra PSD, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Agora vamos pôr à votação a alínea b) desta Proposta de Deliberação que tem a ver com uma Recomendação à Câmara para rever e atualizar o Acordo Estratégico de colaboração de 2008. Vamos pôr à votação. -----

DRAFT

----- Voto da alínea b) da Proposta de Deliberação relativa à Proposta nº 316/CM/2017. A alínea b) da Proposta de Deliberação relativa à Proposta nº 316/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Senhores Deputados, vão poder criticar-me, mas sucedeu aqui uma questão que eu entendi não dever dar-vos conhecimento, porque estávamos em pleno processo decisório e não compete à Mesa influenciar o processo decisório, nem para um lado nem para o outro. -----

----- Mas a circunstância que aqui se passou foi a seguinte: enquanto estavam um dos Senhores Deputados a falar sobre esta matéria, eu recebi uma chamada telefónica do Senhor Ministro da Saúde, que eu nem sabia que tinha aquele número de telefone, direta, para me dizer um conjunto de coisas e eu perguntei: mas isso é para transmitir a Assembleia ou é só para mim?-----

----- Eu estou-vos de transmitir rigorosamente as coisas que se passaram porque acho que é meu dever de transmitir. O Senhor Ministro disse que eu podia usar, mas eu entendi não usar antes da votação. Estou a usar agora em que as coisas já estão deliberadas e as posições estão tomadas. -----

----- O que o Senhor Ministro disse foi o seguinte: que assumia o compromisso de que nada será feito sem o acordo à Assembleia Municipal; que as 875 camas do novo hospital resultam do seu desenho funcional, mas que não serão encerradas camas em Lisboa e que não haverá menos cuidados de saúde em Lisboa, mas mais. -----

----- Eu disse ao Senhor Ministro - desculpe Senhor Deputado, ainda não terminei - eu disse ao Senhor Ministro que, em 1º lugar, estamos em final de mandato e, em 2º lugar, essa informação que o Senhor Ministro me está a dar tem que me dar por escrito e que irá lá receber as deliberações que nós estamos a tomar. -----

----- O Senhor Ministro mandará isso por escrito à Assembleia Municipal e eu, ou quem cá estiver, dará conhecimento à Assembleia da resposta escrita do Senhor Ministro da Saúde, porque entendi que não havia outra coisa a fazer. -----

----- O Senhor Ministro não é parte neste processo, aqui, neste momento, não é Vereador, nem é Deputado e, portanto, não poderia, naturalmente, estar por interposta pessoa a transmitir a sua opinião e, portanto, em todo o caso, por uma questão de, naturalmente, transparência destas coisas todas, o telefonema foi feito, os Senhores sabem qual é o teor do telefonema, não o gravei, nem o posso gravar, nem faço, nem tenho hábito para isso, não o vou passar a escrito, transmiti-o agora aqui e fica na Ata aquilo que eu transmiti e, portanto, aguardamos que o Senhor Ministro que já recebeu carta, pelos vistos, ou pelo menos as notícias nos jornais, porque senão, provavelmente, não teria feito este telefonema, portanto, já está alertado para a posição da Assembleia Municipal, vai receber ainda mais esta posição de hoje, e o Senhor Ministro depois verá o que entenderá dizer. -----

----- Alguma coisa que chegue, naturalmente, farei chegar a todos os Senhores Deputados por via de *mail* mesmo que não tenhamos Sessão a decorrer, farei chegar a todos os Senhores Deputados aquilo que vier.-----

DRAFT

----- Seja como for, entendi que esta informação só devia ser dada depois de as votações terem sido efetuadas, não sei se procedi bem se mal, mas tive aqui o acordo dos membros da Mesa e entendemos que esta era a maneira mais correta de fazer.-----

----- Há vários pedidos de palavra. A Senhora Deputada Margarida Saavedra.-----

----- O Senhor Deputado Diogo Moura diz que é para apresentar uma Declaração de Voto.-----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra pede a palavra para? Ok, para uma interpelação à Mesa. Sim Senhor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, eu quero fazer notar que estamos com algum formalismo. Nós estamos aqui numa Assembleia Municipal é uma reunião formal e faço notar que, formalmente, o Senhor Ministro não se dignou sequer responder à Senhora Presidente da Assembleia e, a menos que ultimamente se considere um telefonema particular parte de qualquer processo administrativo válido. -

----- Senhora Presidente, eu tenho a dizer-lhe que são conversas, agradeço a sua posição de nos informar, mas é uma conversa telefónica, com certeza particular, que agradeço muito saber o conteúdo, mas esta Assembleia não a pode sequer levar em consideração. O que esta Assembleia tem que levar em consideração é que o Senhor Ministro nem sequer se dignou responder pessoalmente o documento formal desta Assembleia. Portanto, eu quero reiterar isto. Quis fazer boa figura, mas oh Senhora Presidente, o Senhor Ministro, à nossa custa, não faz boa figura a não ser que use os mecanismos formais previstos para o efeito. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Mas foi exatamente esse o sentido daquilo que eu disse o Senhor Ministro, portanto, foi exatamente o que a Senhora Deputada está a dizer que eu disse o Senhor Ministro, que o Senhor Ministro, se quiser, responde por escrito. Foi exatamente isso que eu disse. Em todo o caso, por uma questão, Senhores Deputados de informação, isto não é nenhum processo administrativo, é uma questão de informação. Entendi que devia dar conhecimento, eu nunca tinha recebido um telefonema do Senhor Ministro da Saúde e, portanto, entendi que vos devia dar conhecimento, que por casualidade foi mesmo neste preciso momento que ele chegou.-----

----- O Senhor Deputado do MPT também pede a palavra para uma interpelação.-----

----- O Senhor Deputado Vítor Gonçalves pede a palavra para? Para uma interpelação também? Uma Declaração de Voto. Sim Senhor. Que é para fazer agora ou para fazer no final por escrito? Agora?-----

----- E o Senhor Deputado do MPT? Uma Declaração de voto? A fazer agora. Então já tinha pedido primeiro, o Senhor Deputado do MPT tem a palavra.”-----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

DRAFT

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. O MPT absteve-se nesta votação, porque acha inqualificável como Ministério da Saúde na pessoa do seu Ministro tratou esta Assembleia e a Senhora Presidente, Helena Roseta, em relação a não dar resposta. ---
----- E para terminar, só agora quando sentiu que este processo estava muito molhado, houve aqui houve aqui um telefonema salgado que resolveu a situação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Deputado, as graças são permitidas, as insinuações não! Vamos prosseguir. -----

----- Peço desculpa, é um comentário da Mesa. -----

----- O Senhor Deputado Vítor Gonçalves tem a palavra para a Declaração de Voto.-----

----- O Grupo a Municipal do Partido Ecologista, Os Verdes também irá apresentar uma Declaração de Voto por escrito.” -----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Também acho que o Senhor Vereador Salgado não fala comigo, mas fala que o Ministro.-----

----- O PSD votou contra porque considera insuficientes, considera insuficientes, as cláusulas que são colocadas, porque são intenções, intenções pias e que, no fundo, se não houver um claro compromisso do Ministério, espero que venha a existir, mas até à votação, não existia qualquer referência de qualquer intenção do Senhor Ministro relativamente a esta matéria. É evidente que nós não podemos, dizendo aquilo que dissemos em relação às considerações e à Proposta, quer do Parecer, quer da parte genérica política, quer da parte concreta, porque aquilo não vai resultar em nada. ---

----- Portanto, a arma que nós tínhamos era obrigar a que essa resposta fosse dada antes da aprovação, depois da aprovação, meus caros colegas, não sabemos o que é que vai acontecer e, portanto, estamos condicionados.-----

----- Aquilo que nós tememos que venha a acontecer em relação ao núcleo dos Hospitais Centrais e isso é que é muito grave.” -----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes apresenta a seguinte declaração de voto:-----

----- Os Verdes votaram a favor da Proposta nº 316/2017 por considerarem que o novo Hospital de Lisboa Oriental é um equipamento indispensável para a parte oriental da cidade, defendendo que deve ser garantida a sua gestão pública e que deve ser dotado de todas as condições necessárias ao seu bom funcionamento. -----

----- Os Verdes rejeitam que a entrada em funcionamento possa legitimar o encerramento dos hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central. -----

----- Não existe qualquer estudo conhecido que do ponto de vista da saúde justifique tal intenção, que representaria graves danos irreversíveis para a cidade e o país: menos capacidade de resposta (uma vez que o novo hospital terá muito menos camas do as atualmente existentes nos hospitais do centro – 875 em vez de 1300), a

DRAFT

população do centro ficaria sem acesso a cuidados de saúde hospitalares, o desmantelamento de equipas, o despedimento de milhares de trabalhadores e a descaracterização da identidade do centro histórico da cidade. Seria, portanto, um brutal ataque ao direito à saúde e contrariaria a opinião dos utentes e dos profissionais de saúde. -----

----- Desta forma, Os Verdes reafirmam a sua posição em defesa da construção do novo hospital assim como a defesa dos hospitais do centro da cidade e a defesa do direito à saúde, o que será possível com articulação entre as unidades hospitalares já existentes e a construir, pelo reforço da capacidade de resposta pública ajustada às necessidades e particularidades da população de Lisboa, porque é isso que a cidade e as pessoas precisam. -----

----- Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, Cláudia Madeira, J. L. Sobreda Antunes. -----

----- (O CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **PONTO 8 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 437/CM/2017 - ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE E ZONA ENVOLVENTE (PUALZE), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ACTUAL, E DO N.º 7 DO ARTIGO 123.º DO RJGT (DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL); 1,5 X GRELHA BASE – 51 MINUTOS; PARECER DA 3.ª COMISSÃO PERMANENTE** -----

----- (A Proposta n.º 437/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXI e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 3.ª Comissão Permanente relativa à Proposta 437CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXII e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados terminámos este ponto a nossa Ordem de Trabalhos. Vamos passar agora a Proposta 437/CM/2017, é uma alteração simplificada do plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e zona envolvente. -----

----- Pergunto ao Senhor Vereador Manuel Salgado se quer apresentar a Proposta? Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Penso que não se justifica grande apresentação da Proposta na medida em que o relatório da Comissão é claro e traduz rigorosamente aquilo que se passou na Câmara e os pressupostos que estão subjacentes a esta Proposta. -----

----- A única questão que eu gostava de enfatizar é que, do conjunto de 8 edifícios que consideramos que estavam em condições de mudar de uso, na realidade eles já mudaram. -----

DRAFT

----- Entre alguns dos edifícios são sedes de empresas que eram empresas públicas e que deixaram de ser empresas públicas e que estão identificados como equipamentos o que, na realidade, hoje já não são.-----

----- Outros são equipamentos que já não o são, como por exemplo, o quartel dos bombeiros do largo do regedor.-----

----- Outros ainda são edifícios como quartel dos bombeiros dos voluntários que têm que ser, que os próprios voluntários pretendem desativar para construírem um novo quartel no terreno que já lhes foi cedido pela Câmara.-----

----- Portanto, acho que estava bem justificado, no entanto, após a discussão havida em Câmara, foi decidido restringir a aplicação desta alteração simplificada a um único edifício, o edifício do Regimento de Sapadores Bombeiros no Largo do Jardim do Regedor. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Dar a palavra ao Senhor Deputado Relator, André Couto. Prescinda? Muito bem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, restantes membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas, funcionárias.-----

----- O Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) foi aprovado em Assembleia Municipal no dia 7 de Julho de 2009 e encontra-se, atualmente, em processo de alteração ou revisão, na sequência da aprovação, em 26 de Fevereiro de 2014, em reunião da Câmara da Proposta nº 72/2014.-----

----- No artigo 34º do regulamento do PUALZE estão identificados as áreas de equipamentos que ‘correspondem aos prédios afetos ou a afetar à instalação de equipamentos, infraestruturas de interesse coletivo e serviços públicos’ que serão o uso dominante, embora seja admitido a coexistência com outros usos que lhes estejam associados funcionalmente ou que constituam atividades complementares, numa área onde se inserem inúmeros equipamentos culturais.-----

----- Solicitamos então dois breves esclarecimentos.-----

----- Em primeiro lugar, a presente proposta nº 437/2017 pretende efetuar uma alteração simplificada do PUALZE com vista a reafectar o uso do imóvel localizado na Travessa do Forno (nºs 1-5) e Largo do Regedor (nºs 1-4), onde se localizava o antigo Quartel dos Bombeiros Municipais que foi desativado e hoje provisoriamente instalado num imóvel situado na Praça da Alegria (nºs 27-30), até à edificação do novo Quartel no Martim Moniz-----

----- Já agora, Senhor Vereador, para quando está prevista a conclusão da construção do novo Quartel do Regimento Sapadores Bombeiros no Martim Moniz?-----

----- Em segundo lugar, convém frisar que inicialmente a Câmara ponderou proceder à requalificação de 10 imóveis qualificados como áreas de equipamentos no Planta de Zonamento do PUALZE. Porém, teve que reponderar o número de imóveis sujeitos ao

DRAFT

presente processo de alteração simplificada do PUALZE, na sequência da apreciação da CCDR-LVT, decidindo apenas considerar o imóvel sito na Travessa do Forno e Largo do Regedor. -----

----- Importa assim que o executivo camarário clarifique também a razão que está por detrás desta decisão da Câmara. Será que deu entrada nos serviços de urbanismo algum Pedido de Informação Prévia para o imóvel em causa? Afinal, qual o novo uso que o atual proprietário pretende dar a este imóvel?-----

-----Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras Vereadores, Senhores Vereadores, caros colegas. -----

----- Esta alteração simplificada do PUALZE, que é o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente que foi aprovado nos anos 90, princípios dos anos 90, e agora há necessidade de fazer uma alteração simplificada e porquê? Porque há mudança de usos. Portanto, há edifícios que estavam destinados a equipamentos e que deixaram, ou deixarão, de estar a destinados a esse fim e, portanto, a lei prevê, o RJIGT prevê que possam mudar de uso, obedecendo, naturalmente, a regras, não pode mudar de uso de qualquer maneira, obedecendo a regras, nomeadamente, em relação ao respeito pela zona envolvente, aquilo que está à volta desses edifícios. -----

----- A Câmara pensou em fazer, aliás, o Senhor Vereador, portanto, que eu muito admiro como grande conhecedor destas matérias, não foi claro na explicação, a Câmara entendeu havia 10 edifícios que estariam nestas condições. Depois, os serviços da Câmara repararam que há um dos 10 que não deveria ser considerado para já pelo que ainda estaria a ser utilizado. -----

----- E havia, como é obrigatório, portanto, de acordo com o RJIGT que obriga para a CCDR, para a CCDR se pronunciar. A CCDR analisa, é isto que o Senhor Vereador não disse, analisa toda esta questão e chega à conclusão que, ao contrário do que a Câmara dizia, e penso que, na maior parte, com alguma razão, porque a utilização que está a ser feita ainda por esses edifícios, em termos de equipamento, é uma utilização muito ligeira, ou que está em vias de deixar de ser, mas entendeu que, em absoluto, só um desses equipamentos estava verdadeiramente desocupado e, portanto, podia ser considerado nesta alteração do plano simplificado.-----

----- É isso que nós agora iremos votar, só lamentamos que não seja o conjunto, porque, de facto, são equipamentos que vão ser desocupados, que vão ser deixados de ser utilizados, poderia haver aqui alguma pressão da própria Câmara, no sentido de que fosse estes 9 ou 10, que a Câmara deseja serem desocupados, para a atualização. --

----- Eu lembro, por exemplo, este que vai ser, que ainda hoje a Senhora Presidente na qualidade de Deputada que participou na 3ª Comissão, lembrou, e bem, que um destes, este edifício que é o quartel dos Bombeiros do Largo do Regedor, este edifício já tem um PIP, já foi vendido e já tem um PIP aprovado. Portanto, o que é estranhíssimo porque ainda não estava sequer autorizado à mudança de uso. -----

DRAFT

----- Portanto, no fundo, talvez se justifique esta brevidade em relação a provar só este edifício, é a única explicação que eu vejo, na medida em que, no fundo, é clarificar a situação já está quase consumada, ou seja, a venda daquele edifício a um particular, que não pode fazer nada, porque, entretanto não mudou o uso do edifício de que tomou posse. -----

----- Era isso que eu vos queria dizer em complemento da muito esclarecida informação do Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Não temos mais inscritos. -----

----- O Senhor Vereador quer esclarecer alguma coisa adicional? Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. Queria esclarecer que, relativamente à pergunta sobre o quartel de Bombeiros do Martim Moniz, está previsto que fique concluído até ao final deste ano. Está em obra, está bastante avançado, pensamos que, até ao final do ano, ficará. -----

----- Relativamente ao quartel do Martim Moniz temos previsto que fique concluído até ao final deste ano. É uma obra que está relativamente adiantada, tem toda a estrutura pronta, portanto, a partir do momento em que estiver concluído o destacamento do Regimento que está instalado na Praça da Alegria será transferido para este local, ficando liberto edifício da Praça da Alegria. -----

----- Quanto à 2ª informação, portanto, porque é que se reduziu o número de edifícios, porque se entendeu, em Câmara, que estando a ser preparada uma alteração de fundo, do PUALZE, em que todas estas matérias ficarão clarificadas. Alteração essa que se admite que, no 1º semestre do próximo ano de 2018 esteja concluída, havia vantagem em avançar apenas com este, porque este era inequívoco, fazia sentido uma vez que o edifício está vazio, não tem qualquer utilização, o edifício no Largo do Jardim do Regedor, edifício que está vendido, mas que não tem nenhum PIP que aprovado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de votar? Vamos então votar a Proposta 437/CM/2017, vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 437/CM/2017** – ‘Alteração Simplificada do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE)’. A Proposta 000/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra BE, CDS-PP, MPT, abstenções de PCP, PEV, PAN, PNP, votos a favor do PS, PSD, 6IND. -----

----- Portanto, o PSD tanto quanto me apercebi, votou a favor. Certamente, muito bem Senhores Deputados está fechada esta questão.” -----

----- **PONTO 9 – APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ART.º. 23º, DA**

DRAFT

ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DO ARTIGO 116.º E SEQUINTEs, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS: PONTO 9.1 - PROPOSTA 406/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO LUMIAR. PONTO 9.2 - PROPOSTA 407/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES. PONTO 9.3 - PROPOSTA 487/CM/2017 – ADENDA AO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE BENFICA. PONTO 9.4 - PROPOSTA 488/CM/2017 – ADENDA AO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ARROIOS. PONTO 9.5 - PROPOSTA 489/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA ESTRELA. PONTO 9.6 - PROPOSTA 490/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO AREIRO. PONTO 9.7 - PROPOSTA 491/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO LUMIAR. PONTO 9.8 - PROPOSTA 492/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CAMPOLIDE. PONTO 9.9 - PROPOSTA 493/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO LUMIAR. PONTO 9.10 - PROPOSTA 494/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALCÂNTARA. PONTO 9.11 - PROPOSTA 495/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ARROIOS. PONTO 9.12 - PROPOSTA 496/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA MISERICÓRDIA. PONTO 9.13 - PROPOSTA 497/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DOS OLIVAIS; PARECER DA 1ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES. RECOMENDAÇÃO 4/151 (1ª E 5ª CP).-----

----- (A Proposta nº 406/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIII e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta nº 407/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIV e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta nº 487/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXV e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta nº 488/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVI e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta nº 489/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante).-----

DRAFT

----- (A **Proposta nº 490/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 491/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 492/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 493/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 494/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 495/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 496/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXIV** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 497/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes** relativa às **Propostas de Delegação de Competências acima indicadas** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXXVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 4/151** relativa às **Propostas de Delegação de Competências acima indicadas** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXVII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Nós vamos agora apreciar um pacote de Delegação de Competências que, segundo a metodologia que temos vindo a usar foi analisado pela 1ª e 5ª Comissão e, simultaneamente, por um grupo de trabalho dos serviços da Assembleia Municipal que esteve a verificar as conformidades todas dos documentos, produziu um mapa resumo que tem vindo a ser atualizado e, portanto, de acordo com as informações deste mapa resumo, algumas destas Propostas ainda não estão completamente corrigidas de acordo com o que deve ser e, portanto, só poderemos fazer a votação condicionada.-----

----- Eu direi uma a uma como temos que as votar uma a uma, direi uma a uma quais são as que têm vocação condicionada à introdução das correções colocadas no mapa resumo que ficará anexo e esta Ata.-----

----- Pergunto se os Senhores Relatores, creio que a Câmara não quer fazer a apresentação desta Proposta, mas confirmo. Não vejo sinal nesse sentido. Os Senhores Deputados Relatores, Sofia Oliveira Dias, João Magalhães Pereira. O Senhor Deputado Magalhães Pereira quer vir ao microfone? Se faz favor.-----

----- Senhor Deputado, só antes de usar da palavra.-----

----- Informar que o CDS também apresentará uma Proposta por escrito sobre a Proposta 437, é isso? Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

DRAFT

----- Senhora Presidente, acho que a divisão que fez relativamente ao Parecer, dividiu-o em 2 partes: numa parte Recomendações noutra parte, as alterações parece-me muitíssimo bem e eu dispenso-me de as ler, na medida que estão são conhecidas de todos, mas não queria deixar de vir aqui Senhora Presidente, de facto, congratularmo-nos pelo trabalho que foi feito num tempo extremamente reduzido, direi mesmo mais, um tempo que não deveria ser tão reduzido, tanto pelo grupo de trabalho que a Senhora Presidente organizou para se poder analisar ponto a ponto cada uma das Propostas, como também pelos próprios serviços e pelos Deputados desta Assembleia Municipal que se viraram do avesso para conseguir ter isto pronto. E, mesmo assim, depois destas análises todas ainda vimos um erro muito relevante nalgumas das Propostas, especificamente, aquelas que dizem respeito à casa aberta e que a Senhora Presidente colocou no ponto 1 deste relatório. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado, vamos então dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, muito obrigado novo. -----

----- Na presente Ordem de Trabalhos, os Grupos Municipais acabaram de ser agraciados com mais um significativo leque de 13 delegações de competências. No espaço de duas escassas semanas, esta Assembleia agendou para deliberação nada menos do que 52 propostas de delegação de competências da Câmara para as Juntas! As de hoje preveem a afetação de recursos financeiros para a execução de obras, os quais ascendem a um total de cerca de 1 milhão e 122 mil €. Ponderando-se também os valores em causa, será que, de facto, houve algum Grupo Municipal que as tenha conseguido analisar na íntegra, para as poder apreciar de consciência plena?-----

----- Trata-se de nova maratona, mas mais uma vez sem direito a medalha de ouro, pelo menos, para a Câmara. Curiosamente, há exatamente um ano (26/7), esta Assembleia já havia passado por um processo semelhante de votação de um pacote de 2 dúzias de delegações. Mas só no presente mês de Julho o seu número ascendeu a mais do dobro! Será este o método correto de abordagem às necessidades reais dos munícipes e de acompanhamento das propostas de Câmara pelos Grupos Municipais? Neste processo, não nos parece que seja devido qualquer óscar da Academia para a melhor realização de contratos. -----

----- Eis porque, já há um ano, “Os Verdes” haviam indagado - releia-se a ata de 26/7 (p. 127-128) - sobre a viabilidade da constituição de uma equipa que, antecipadamente, supervisionasse e uniformizasse as propostas, as minutas de contratos, os estudos prévios e as cabimentações. -----

----- Foi uma análise trabalhosa? Para os relatores, claro que sim. E a única ajuda que este mês obtivemos foi-nos prestada pelas conferências executadas pelo Grupo de Apoio, que daqui muito agradecemos, constituído a pedido da Mesa da Assembleia Municipal, que elaborou 3 mapas resumo com alertas de correções, para

DRAFT

harmonização de algumas das repetidas incongruências ou omissões processuais contidas nas propostas e nas minutas dos contratos, que a Câmara e seus assessores, devido à sua habitual precipitação, nem souberam acautelar.-----

----- Por já no ano passado termos apelado para que o executivo apenas submetesse a esta Assembleia documentos técnica e formalmente em condições, um ano depois, ‘Os Verdes’ não podem deixar de lastimar que a Câmara, invariavelmente, insista em apresentar propostas com imprecisões técnicas e erros de menor ou maior grau de relevância.-----

----- E ‘Os Verdes’ acham assaz curioso que muitas destas 52 propostas de delegações de competências apenas surjam agora, com algumas Juntas a requererem apressadamente obras, talvez por necessitarem de apresentar resultados visíveis aos seus fregueses. Há mesmo um par de Freguesias que, apenas neste final de Julho, recebem 6 delegações de competências cada! Será que, por subirem a este pódio, também merecem alguma medalha? Ou será que só agora se lembraram que estamos a escassos 2 meses de final de mandato?-----

----- É caso para perguntar o que terá essa Junta feito de relevante durante os 4 anos de mandato. Claro que poderá precisar de colocar ‘outdoor’ a anunciar que vai iniciar obra. Mas se calhar também deveria colocar ao lado uma placa a pedir desculpa aos seus fregueses por só agora a ir realizar.-----

----- Finalmente, ‘Os Verdes’ gostariam de sugerir, e não está cá o Vice-Presidente, para reflexão de uma futura vereação camarária, como obviar a esta catadupa de delegações ‘às pinguinhas’.-----

----- Se no final de cada ano, as Assembleias de Freguesia aprovam os planos e orçamentos para o ano seguinte, não poderia ser bem mais vantajoso serem avaliadas e anualmente apresentadas, na Câmara e a esta Assembleia, contratos de delegação de competências anuais que contemplassem as necessidades de intervenção local? Não seria preferível, e inclusive economicamente mais proveitoso para o erário público, proceder-se à contratualização de delegações ou anuais ou por grandes áreas temáticas?-----

----- ‘Os Verdes’ deixam aqui este raciocínio para uma melhor ponderação, com votos que o período de férias que se avizinha constitua um bom conselheiro, para que se evite a ocorrência de situações semelhantes. Obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada nós Senhor Deputado, pelas sugestões que aqui deixa, que são bastante importantes. Vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente.-----

----- Muito rapidamente apenas concordar com parte da reflexão que deixou aqui o Deputado Sobreda Antunes. Dizer também que o exercício foi feito ainda neste mandato com o pacote de delegação de competências que envolvia cerca de 18 ou 19 milhões, devia ser repensado no futuro mandato e que não tivéssemos sistemáticas e

DRAFT

sequentes, apresentações delegações de competências, portanto, temos aqui uma perspetiva global, de delegação de competência nas Freguesias. -----

----- Vinha aqui principalmente porque estamos no fim do mandato e também fazer um justo reconhecimento, quer à iniciativa da elaboração deste grupo de trabalho e de apoio por parte dos funcionários e também deixar uma palavra de apreço e reconhecimento pelos funcionários da Assembleia Municipal que têm feito este trabalho tão profícuo na ajuda e apoio às Comissões, em particular, a 1ª Comissão. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Também em nome dos funcionários que tem feito este trabalho, também transmito, naturalmente, o agradecimento.-----

----- E vamos por estão à vossa consideração as Propostas. -----

----- Portanto, antes de votar, dizer-vos que eu direi assinalando Proposta a Proposta quais é que estão condicionadas às correções do mapa que foi anexo ao Parecer e quais é que já não têm esse condicionamento.-----

----- Vamos começar com a Proposta 406/2017, que é uma delegação de competências na Freguesia do Lumiar. -----

----- Voto **da Proposta nº 406/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Lumiar’. A Proposta 406/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do MPT estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Vamos passar à Proposta 407/CM/2017, desculpem-me esta, condicionada, a 406/2017 é condicionada às coleções do mapa em anexo atualizado. -----

----- A 407/CM/2017 também tem que ser posta à votação condicionada às correções no mapa anexo atualizado.-----

----- Voto **da Proposta nº 407/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Parque das Nações’. A Proposta 407/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do MPT estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- A Proposta 487/CM/2017 também tem de ser condicionada a correções introduzidas no mapa anexo atualizado.-----

----- Voto **da Proposta nº 487/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Benfica’. A Proposta 487/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do MPT estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Vamos agora passar a Proposta 488/CM/2017, que é uma delegação de competências com a Freguesia de Arroios. Também tem que estar condicionada às correções no mapa anexo atualizado. -----

DRAFT

----- Voto **da Proposta nº 488/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Arroios’. A Proposta 488/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do MPT estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Proposta 489/CM/2017, é a delegação de competências com a Freguesia da Estrela, também condicionada às correções no mapa anexo atualizado.-----

----- Voto **da Proposta nº 489/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia da Estrela’. A Proposta 489/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do MPT estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Vamos passar à Proposta 490/CM/2017. É uma delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Areeiro, também condicionada às correções do mapa anexo atualizado.-----

----- Voto **da Proposta nº 490/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Areeiro’. A Proposta 490/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- 491/CM/2017, que é a delegação de competências entre o município e a Freguesia do Lumiar, creio que esta não está condicionada, só confirmar, está. A 491/CM/2017 também está condicionada a introdução de correções constantes do mapa anexo atualizado. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 491/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Lumiar’. A Proposta 491/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos passar à 492/CM/2017 que é a delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campolide. Também condicionada à introdução das alterações no mapa anexo. -----

----- Voto **da Proposta nº 492/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Campolide’. A Proposta 492/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos passar à 493/CM/2017, delegação de competências na Freguesia do Lumiar também condicionada à introdução das correções no mapa anexo, devidamente atualizado. -----

----- Voto **da Proposta nº 493/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Lumiar’. A Proposta 493/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Senhores Deputados, em relação às 4 Propostas seguintes, houve uma Proposta concreta da 1ª e 5ª Comissões para ser corrigida a alínea B do número 2 da cláusula 4

DRAFT

dos contratos, passando a ter a seguinte redação: ‘segundo a prestação correspondente a 50% do montante total, após conclusão das intervenções e apresentação pela Junta do relatório intermédio de progresso. -----

-----Esta alteração é para as 4 Propostas: 494/CM/2017, 495/CM/2017, 496/CM/2017 e 497/CM/2017. -----

----- Uma vez que se trata de uma alteração, eu vou pôr à votação esta alteração proposta pela 1ª Comissão que está na Recomendação 451//CM/2017, mas na verdade, não é propriamente uma Recomendação é mesmo uma alteração à Proposta.--

----- Vamos pôr à votação esta alteração. -----

----- **Voto de alteração das Propostas nº 494/CM/2017, 495/CM/2017, 496/CM/2017 e 497/CM/2017.** A alteração às Propostas 494/CM/2017, 495/CM/2017, 496/CM/2017 e 497/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Sendo assim, podemos votar a Proposta 494/CM/2017, com esta alteração introduzida, vamos pôr à votação. É uma delegação de competências na Junta de Freguesia de Alcântara. -----

----- **Voto da Proposta nº 494/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Alcântara’. A Proposta 494/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Agora uma delegação de competências com a Freguesia de Arroios também já com a alteração que foi aprovada, vamos pôr à votação. -----

----- **Voto da Proposta nº 495/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Arroios’. A Proposta 495/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Agora a 496/CM/2017, uma delegação de competências na Freguesia da Misericórdia, também com a alteração que acabámos de aprovar, vamos pôr à votação.-----

----- **Voto da Proposta nº 496/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Misericórdia’. A Proposta 496/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Finalmente, a Proposta 497/CM/2017, também com a alteração já provada. Vamos pôr à votação. É uma delegação de competências da Junta de Freguesia dos Olivais. -----

----- **Voto da Proposta nº 497/CM/2017** – ‘Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Olivais’. A Proposta 497/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Senhores Deputados, temos o aditamento da nossa Ordem de Trabalhos. -----

DRAFT

----- Que é o ponto 10 da nossa Ordem de Trabalhos, que é a apresentação do Relatório...-----

----- Peço desculpa, falta votar a Recomendação, têm razão. E, portanto vamos pôr à votação a Recomendação 4/151.-----

----- É só o ponto 3 da Recomendação, uma vez que o ponto 2 já foi cumprido, já fizemos uma votação condicionada de algumas Propostas, vamos pôr à votação o ponto 3 da Recomendação nº 4/151.-----

----- Voto **do Ponto 3 da Recomendação nº4/151** da 1ª e 5ª Comissões Permanentes. O Ponto 3 da Recomendação nº4/151 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- E assim concluímos este pacote de Propostas.-----

----- **PONTO 10 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CONJUNTO DA 5.ª, 3ª E 8ª COMISSÕES PERMANENTES RELATIVO AO PROCESSO DE EMPREITADA DA SEGUNDA CIRCULAR (DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR), NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.**-----

----- (O Relatório Conjunto da 5ª, 3ª e 8ª Comissões Permanentes relativo ao Processo de Empreitada da Segunda Circular fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXIX e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta de Deliberação 001/PAN/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XL e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Entramos agora no último ponto da nossa Ordem de Trabalhos que é a apresentação do Senhor Relator da 5ª, 3ª e 8ª Comissões Permanentes, do Relatório Conjunto as se o relativo ao processo da empreitada da 2ª circular.-----

----- Portanto, pedia ao Senhor relator Miguel Gama, já aí vem para fazer a apresentação e temos, naturalmente, vários Senhores Deputados inscritos.-----

----- Informo que foi distribuída uma Proposta de Deliberação do PAN, peço que verifiquem que estão munidos dessa Proposta, porque teremos que nos pronunciar sobre ela.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Dado o extenso debate que já ocorreu sobre este relatório, das comissões, vou fazer uma breve, resumida apresentação, tentando focar os pontos mais importantes, por forma a deixar claro qual o objetivo a que se propôs e quais as conclusões que atingiu este relatório.-----

----- Como Relator e também dada a controvérsia, afirmo que o relatório foi produzido atendendo a toda a informação disponibilizada e solicitada à Câmara

DRAFT

Municipal de Lisboa. Ele não pretende não tem conceções políticas relata os factos e verifica a sua conformidade com a legislação. -----

----- Coloca-se assim a questão central. Ao que pretende o relatório responder? Pretende avaliar se a questão da não adjudicação da empreitada e da revogação da decisão de contratar, relativa ao processo da 2ª circular, é formalmente adequada. -----

----- Por forma a avaliar esta decisão que se encontra no final de um caminho é importante entendermos a seguinte cronologia dos factos. -----

----- Em maio de 2015 iniciaram-se estudos no sentido de realizar uma intervenção na Segunda Circular. -----

----- Em agosto de 2015 a Câmara Municipal de Lisboa adjudicou à COTEPROL a aquisição do projeto de execução de reabilitação da 2ª circular. A COTEPROL, enquanto coordenadora do projeto, socorreu-se de outras empresas para elaboração dos respetivos projetos de especialidades, entre as quais a CONSULPAV, autora do projeto de pavimentação. -----

----- É de referir que a contratação do projeto teve por requisitos que a solução técnica deveria assegurar, maior segurança, maior fluidez, maior sustentabilidade ambiental, nomeadamente através da redução do ruído circulação. -----

----- Em dezembro de 2015 foi apresentada uma proposta de intervenção que se submeteu a consulta pública em janeiro de 2016. -----

----- Em Fevereiro de 2016, portanto já depois de consulta, foi, por iniciativa da Assembleia Municipal, realizado um debate temático sobre a 2ª circular aberta à intervenção do público e o largamente difundido. -----

----- Em Março de 2016 a Câmara Municipal de Lisboa decidiu contratar e adotar um procedimento com recurso a concurso público internacional para a execução da Empreitada de requalificação da 2ª Circular entre o Nó da Buraca e o Aeroporto. Do procedimento faziam parte as devidas peças concursais, entre os quais o programa de concurso, o caderno de encargos e o projeto. -----

----- Sobre o projeto, não permitia variantes, dado que ele respondia aos requisitos que a Câmara tinha colocado. -----

----- Em maio e junho de 2016, o júri deste procedimento elaborou 1º relatório preliminar o qual continha um projeto de decisão, no sentido da adjudicação da empreitada a um determinado concorrente. -----

----- Em julho 2016 após audiência prévia, ou 1ª audiência prévia, o júri apresentou o relatório final, o qual, atendendo às pronúncias levou às pontuações e respetivas ordenações dos concorrentes e é um projeto de decisão no sentido de adjudicação da empreitada a outro agrupamento. -----

----- Ainda em julho de 2016 na sequência desta nova ordenação de candidatos foi efetuado, de acordo com aquilo que o Código de Contratação impõe, uma nova audiência prévia. Dessa audiência prévia uma das entidades alegou violação do n.º 4 do art. 1.º do CCP. Disposição que consagra os princípios da transparência, da legalidade e da concorrência na contratação pública, ao defender que o projeto de pavimentação foi elaborado pela mesma entidade que comercializa, em exclusividade em território nacional, a solução de pavimentação betuminoso. -----

DRAFT

----- A 26 de agosto de 2016 com base nas pronúncias apresentadas, foi elaborado o Segundo Relatório Final através do qual, tendo por base os fundamentos de facto e de direito invocados na audiência prévia, designadamente pela concorrente Construções Pragosa, o Júri pronunciou-se pela não adjudicação da empreitada, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art. 79.º do CCP, com a conseqüente decisão da revogação da decisão de contratar.-----

----- Após novo período de audiência prévia, o júri do concurso elabora o 3º e último Relatório Final, mantendo a sua decisão de não adjudicação.-----

----- Em Outubro de 2016 foi aprovado pela CML Proposta número 530/CM/2016 de não adjudicação da empreitada e conseqüente revogação da decisão de contratar.-----

----- Resumindo, Ponto nº1: a CML definiu os objetivos e contratou os projetistas.-----

----- Ponto nº 2: a CML elaborou as peças do procedimento devidamente instruídas e lançou o concurso para a empreitada com o projeto que tinha sido definido pelo projetista contratado.-----

----- Ponto nº 3: a Câmara Municipal de Lisboa, no mesmo momento, nomeou o Júri, entidade que passa de forma autónoma a gerir todo o procedimento até à adjudicação.-----

----- Ponto nº 4: a CML tomou a decisão de não adjudicação em função da Proposta do Júri.-----

----- A 3 de novembro de 2016 por subsistirem dúvidas quanto ao que o júri apurou, nomeadamente, o conflito de interesses, foi constituída uma Comissão de Inquérito e Averiguações por despacho do Presidente da Câmara de Lisboa. Esta Comissão foi constituída por um representante da Ordem dos Engenheiros e 2 elementos do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Da análise saíram duas conclusões: primeiro, não ser possível afirmar com absoluta certeza, a existência de um fornecedor exclusivo, pese, no entanto, este produto ser produzido e comercializado em Portugal pela Consulpav sob a marca RarX, estando a marca comercial registada em Portugal a favor da empresa Equipment Corp Limited, empresa que surge em todos os documentos e outros suportes informativos. Associados à Consulpav pelo seu sócio gerente.-----

----- Ponto 2 estar em condições de afirmar que, nos procedimentos concursais sobre os quais se debruçou, houve uma inclusão de especificações discriminatórias pelos esclarecimentos que foram feitos, também, no âmbito do concurso, que potenciou eventual favorecimento de determinados operadores económicos ou produtos em detrimento de outros, violando os referidos princípios da concorrência e da igualdade.-----

----- Concluindo. Face ao apurado, esteve o Júri bem, por aquilo que conseguiu encontrar, ao propor a não adjudicação, e face ao apurado e ao indicado pelo júri, esteve bem CML ao decidir não adjudicar a empreitada. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhores Vereadores, não está cá o Senhor Presidente nem o Senhor vice-Presidente. Senhores Deputados Senhoras e Senhores.-----

DRAFT

----- O Relatório conjunto da 5.^a, 3.^a e 8.^a Comissões Permanentes relativo ao processo de Empreitada da Segunda Circular (decisão de não adjudicação da empreitada e revogação da decisão de contratar) expõe uma mancha nos trabalhos desta Assembleia que até à data foram pautados por um espírito de confronto de ideias, por práticas distintas, mas sempre dentro do cânone democrático.-----

----- Um episódio que contrasta com a proposta de debate apresentada nesta Assembleia pelo CDS e pela Senhora Presidente, num momento em que todos percebemos que esta seria, para o executivo, mais uma empreitada decidida em reunião privada e sem a mínima auscultação e envolvimento dos cidadãos e das entidades que direta ou indiretamente, têm interesse em qualquer alteração na Segunda Circular.-----

----- Faltava que algum partido impedisse o cabal esclarecimento de uma matéria, através do exercício da censura, do silenciamento dos que teriam um conhecimento técnico que ilustraria e enriqueceria este relatório e quiçá, esclareceria as dúvidas que muitos de nós possuíam. Eu disse que faltava mas já não falta.-----

----- O Partido Socialista encarregou-se de manchar esta Assembleia através de um tique autoritário que impediu a audição de técnicos da CML e outros agentes no processo.-----

----- É preciso ter-se muito medo e nenhum pudor para impedir a liberdade de expressão nas comissões encarregadas de esclarecer os imbróglis em que a dupla Medina/Salgado, ou Salgado/Medina se preferirem, se meteu. De que tem tanto medo o Partido Socialista a ponto de instituir a censura prévia?-----

----- Tem medo de assumir a responsabilidade pelos erros ou incompetências. Quando tudo corre bem são os primeiros a aparecer para a fotografia, se corre mal desaparecem todos, do ministro ao presidente da câmara. É esta a cartilha socialista que ultimamente tem sido revelada aos portugueses e aos lisboetas, em particular.-----

----- Como todos sabemos a empreitada da Segunda Circular correu mal. As audições que nos foram negadas teriam ajudado a esclarecer que, por exemplo, em 2016 a CML lançou e assumiu demasiados projetos e obras tendo perdido a capacidade de controlar tecnicamente as soluções preconizadas...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

-----“Senhores Deputados, mais uma vez há muito barulho na sala, portanto, eu sei que estamos cansados, mas temos o dever de escutar o nosso colega com algum silêncio, senão perturba muito os trabalhos. Senhor Deputado se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Como se concluiu da leitura do Relatório da Comissão de Inquérito e Averiguações Relativa à Empreitada n.º7 de Requalificação da 2.^aCircular entre o Nó da Buraca e o Aeroporto a CML não conseguiu controlar as alterações ocorridas no decurso dos Concursos, como foi a passagem da execução do projeto da Coteprol para a Consulpav, sem o devido acompanhamento técnico da dona da obra, a Câmara Municipal de Lisboa.-----

DRAFT

----- A CML deixou de decidir sobre a aplicação do dinheiro público e entregou essa decisão nas mãos de privados – não eleitos – que, naturalmente defenderam os seus interesses. -----

----- A CML podia e devia ter conhecimento do facto que gerou a controvérsia e a anulação do concurso no momento em que elaborou o relatório preliminar, altura em que ao analisar as propostas...

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

-----“Senhor Deputado pedia-lhe para abreviar porque acabou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Mas houve algumas interrupções, pode-me dar mais um segundo?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-

----- “Senhor Deputado, peço-lhe para abreviar, não estou a tirar-lhe a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Eu vou abreviar.-----

----- O relatório em apreciação fere o espírito democrático desta casa, foi negativamente condicionado pela maioria socialista, pelo que o repudiamos na forma e no conteúdo, esperando que tenha sido um episódio isolado e sem repetição. -----

----- A intervenção na Segunda Circular é uma prioridade no que concerne à melhoria do espaço envolvente, a adoção de um pavimento que atenua o ruído provocado para as zonas habitacionais, bem como a necessária intervenção ao nível da iluminação. No entanto o projeto de Medina para a 2ª Circular, a tal visão amazónica é má para Lisboa e para os lisboetas. -----

----- Cá estaremos, no próximo mandato, a tomar decisões acertadas, refletidas e em prol de uma melhor mobilidade e ambiente da nossa Lisboa. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -

----- Eu, das primeiras sessões a que assisti nesta Câmara como Deputado do Bloco de Esquerda lembro-me do Senhor Presidente Fernando Medina apresentar a iniciativa de recuperação da 2ª circular com um grande orgulho, criticando levemente os trabalhos longos desta Assembleia, na apreciação do projeto, lembro-me também do Vereador Manuel Salgado dizer ‘não admito deixar cair o projeto, está fora de questão’ de forma também veemente e tinha razão porque esta obra é mesmo necessária, envolve a segurança e conforto de milhares de pessoas que ali passam diariamente.-----

----- Depois aproximaram-se as eleições, o Senhor Presidente olhou para o calendário e ficou com medo do pandemónio que se ia instalar na 2ª circular. Compreende-se, quer ganhar eleições, mas, em vez de assumir o atraso, convocou uma conferência de imprensa e anunciou uma irregularidade no processo concursal sobre a qual claramente teve medo que se fale nos seguintes 10 meses.-----

DRAFT

----- O Bloco de Esquerda na altura, propôs, de imediato, que se criasse uma Comissão Eventual que permitisse esclarecer todo o processo e fazer transparência, transparência a esta decisão. A maioria do Partido Socialista chumbou a Proposta dizendo que estava tudo esclarecido, mas porque o silêncio era insuportável, decidiu-se uma análise tripartida pela 3ª, a 5ª e a 8ª Comissões, com toda a legitimidade.-----

----- Na primeira destas reuniões, os partidos propuseram ouvir 19 pessoas mas, novamente, a maioria do Partido Socialista impediu a audição do Diretor Municipal de Projetos e Obras, a audição dos 2 Técnicos responsáveis pelas 2 fases da empreitada, a audição do Projetista da obra, dos membros do Júri, bem como das chefias responsáveis pelo projeto. Chumbaram todos os nomes e só permitiram ouvir o Presidente que era o único que já tinha dito tudo sobre o assunto e ainda por cima, tinha dito mal.-----

----- Sabemos hoje, através desta Proposta de Deliberação do PAN, que afinal existe um conflito de interesses grave que recai sobre um dos elementos daquela Comissão de Inquérito. Estes documentos tiram qualquer credibilidade ao inquérito.-----

----- A Comissão foi constituída por 3 elementos, um técnico da Ordem dos Engenheiros e 2 juristas da Câmara Municipal. Sendo o objeto de grande densidade técnica, a análise técnica é determinante, pelo que o técnico escolhido teria de garantir toda a isenção e transparência sobre a sua análise. O que estes documentos revelam é que existe um conflito antigo entre o investigador e o investigado. Isto é inaceitável e aprofunda a gravidade extrema de falta de transparência que reveste este caso.-----

----- Ainda para mais, dada a incessante recusa do Partido Socialista em permitir a audição de todos os participantes do processo.-----

----- Há várias palavras que se podem aplicar ao que o Senhor Presidente e a maioria absoluta do Partido Socialista fizeram, todas são sinónimo de mentira. O Presidente da Câmara andou a fazer pouco desta Assembleia, esteve deliberadamente a enganar os Lisboa e para não assumir o ónus político do atraso na obra por razões eleitorais...”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

-----“Senhor Deputado pedia-lhe também que abreviasse porque chegou ao fim do seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Estou a acabar.-----

----- O Bloco bateu-se, desde o início do processo, pela audição dos visados na acusação de conflito de interesses. O mínimo que se poderia fazer agora é não aceitar as conclusões do inquérito e aprovar a constituição de uma nova Comissão Eventual. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

DRAFT

----- Nós ficamos a saber pelas intervenções de alguns Grupos Municipais que acabamos de ouvir que, entre a defesa dos interesses privados e a defesa do interesse público, há, de facto, uma grande separação.-----

----- É que o CDS e o Bloco de Esquerda, pelos vistos, estão muito preocupados com os interesses privados, nós, Partido Socialista, assumimos que estamos preocupados com a defesa do interesse público. Essa é que é a verdade! Essa é que é a verdade! Na dúvida entre aquilo que afirmam os responsáveis políticos e aquilo que afirmam os responsáveis privados, ficamos a saber, não me espanta no CDS, mas ficamos a saber que o Bloco de Esquerda prefere acreditar sempre na defesa dos interesses privados.---

----- E o Bloco de Esquerda fala muito em transparência mas vamos à questão da transparência, Senhora Deputada, Isabel Pires.-----

----- Transparência é esta a Assembleia Municipal ter tido acesso a toda a documentação produzida em todos os processos em todas as declarações do Júri. Falta de transparência é o Bloco de Esquerda querer minar a credibilidade e a independência dos Júris dos procedimentos do concurso.-----

----- Eu acredito que a ignorância é grande sobre o Código da Contratação Pública, mas quando nós temos um Júri que é nomeado, que é imparcial, que é independente, que tem que ter completa autonomia para exercer as suas funções, querer envolver outros responsáveis hierárquicos que não têm intervenção no procedimento, isso sim, é falta de transparência, é defender o interesse privado em detrimento do interesse público, e é minar os funcionários da Câmara Municipal e a independência e a imparcialidade dos Júris.-----

----- E também Senhoras e Senhores Deputados é grande a ignorância quando se acuse esta Assembleia Municipal de não funcionar democraticamente, porque nós tivemos o Presidente de Câmara a prestar esclarecimentos nas Comissões, tivemos o Vereador das Finanças, tivemos o Vereador das Obras Municipais a prestar esclarecimentos. Vão ver no passado, vão ver as Atas, quantos Presidentes de Câmara é que vinham prestar esclarecimentos às Comissões da Assembleia Municipal?-----

----- A ignorância não é desculpável desse ponto de vista e, portanto, acusar a Assembleia Municipal de não funcionar, de facto, é lamentável e revela apenas e só uma coisa, revela apenas e só uma coisa. É que, entre a paranoia conspirativa que toda esta gente conspirou para que a obra não se fizesse e aquilo que depois é uma defesa dos interesses privados, há muito pouco por dizer, porque a verdade é que a Assembleia Municipal tinha que averiguar 2 coisas: o Júri procedeu bem ou mal, o Presidente da Câmara procedeu bem ou mal.-----

----- Há 3 aspetos que correlativos com isto, mas que a maioria dos Senhores Deputados dizem muito pouco. Questões políticas e de oportunidade da obra, nós Partido Socialista registamos a evolução que é de saudar, no princípio a maioria dos intervenientes que hoje aqui falaram eram contra esta obra, agora são muitos defensores, o projeto é que era mau, agora o projeto é que era mau, mas eram defensores da obra, ainda bem, registamos a evolução.-----

----- Há matérias que têm a ver com possíveis investigações judiciais e de incompatibilidades, isso não cabe à Assembleia Municipal que é um órgão político,

DRAFT

cabe às instituições judiciais. Nós, Partido Socialista, é que dizemos: apure-se tudo aquilo que há para apurar sobre essa matéria. -----

----- Matérias relativas à melhoria da elaboração dos cadernos de encargos, também somos muito favoráveis que no Município tenham aprendido alguma coisa com este procedimento em termos de controlo. Mas naquilo que é fundamental e com instrumentos Senhora Presidente, naquilo que é fundamental e cabe a esta Assembleia, o Júri ao detetar um potencial conflito de interesses, fez bem naquilo que produziu, em termos dos relatórios e o Presidente da Câmara, ao ser confrontado com o relatório preliminar do júri que evidenciava um possível conflito de interesses e, naturalmente, que o interesse público que podia ser lesado. Fez muito bem, entre o interesse público e o interesse privado, o Presidente da Câmara Fernando Medina defendeu o interesse público e o Partido Socialista continuará sempre a defender o interesse público. Pelos vistos, alguns grupos Municipais estão muito preocupados com os interesses privados.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. utilizou tempo cedido pelos Senhores Deputados Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Jornalistas e cidadãos, público em geral. É fácil argumentar que uma matéria, altamente complexa, em termos técnicos, seja para um lado, ou seja para o outro. -----

----- Eu fui projetista até há uns tempos, a vida atual não me permite que eu exerça, mas sei perfeitamente que não será certamente a 3 minutos que vou entrar em detalhes técnicos, até porque a minha área não era construção civil. Agora uma coisa é certa, essa questão de ser público ou privado, não tem nada a ver com isto, porque existem mentirosos públicos e mentirosos privados. E a verdadeira escolha é entre a verdade e a mentira. Esta é a verdadeira escolha e é essa que deve ser apurada. -----

----- Conhecemos todos exemplos, de setores que são privados e que mentem, conhecemos também todos exemplos de setores públicos, por vezes setores públicos com interesses não tão públicos como isso, que também mentem! -----

----- Portanto, aquilo que é importante é apurar a verdade do que se passou. Quando se diz que uma coisa é tendencialmente, ou potencialmente, está inquinada por conflito de interesses, deve-se averiguar logo nessa altura, porque assim é fácil parar tudo. Talvez haja um conflito de interesses! Não! Chegue-se imediatamente à conclusão se existe ou não existe! -----

----- Aquilo que foi feito a partir da altura em que se decidiu suspender o concurso é tudo extremamente inexplicável. A tal reunião onde estão 20 e tal ou 30 Deputados que, praticamente, exercem um poder absoluto em que mais ninguém tem palavra a dizer onde não é permitido chamar funcionários ou entidades participantes no

DRAFT

concurso para esclarecerem aquilo que se passou, tudo isso é inaceitável. E vamos ver em que é que isto vai parar. -----

----- Ao contrário do que disseram, por exemplo, no nosso caso, nós sempre fomos defensores do projeto da 2ª Circular e apoiámos o Senhor Presidente no projeto da 2ª circular. Mais, apoiámos mesmo o Senhor Presidente, quando disse que ia suspender para averiguações. Esse foi o ponto onde apoiámos e deixámos de apoiar um bocadinho mais à frente, o Senhor Presidente, porque, a partir daí foi tudo muito confuso, tudo muito estranho, tudo explicável.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado, está no limite do seu tempo, agradecia que concluísse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra continuou: -----

----- “O restante eu comuniquei quando apresentar o projeto de Deliberação. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra esclareceu:

----- “Oh Senhor Deputado, não há apresentação do projeto de deliberação. Terá que o fazer agora. O Projeto de Deliberação não é um Ponto novo. Estamos a discutir este Ponto o Senhor já tem a grelha...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra perguntou: -----

----- “Não se pode defender o Projeto de Deliberação?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra esclareceu:

----- “O Senhor Deputado tem um minuto para fazer a apresentação do Projeto se assim o entender, é o que diz o Regimento prevê, é o que está na grelha.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Ok, bom, o Projeto de Deliberação. Eu espero que tenham todos lido. É extremamente interessante. Vocês poderão todos e os Senhores Deputados e os Senhores Vereadores, eu gostava que todos lessem. Poderão todos ver o que é que é conflito de interesses, porque se o projeto da 2ª circular foi suspenso por causa do conflito de interesses, esta situação é um conflito de interesses pegado não só relativamente às pessoas mas, sobretudo, à forma como não foram ouvidas as partes interessadas, o que em termos processuais é extremamente censurável. -----

----- Leiam, por favor e depois votem. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, restantes presentes. -----

----- O Partido da Terra pretende fazer as seguintes considerações: -----

----- Em primeiro lugar: Há dias neste plenário durante as perguntas à Câmara Municipal de Lisboa, na nossa questão do estado da 2ª Circular, o Sr. Presidente nada

DRAFT

respondeu, remetendo para um documento que enviou posteriormente. Mas ainda ontem constatei que o estado geral da mesma, está muito mal conservada.-----

----- Como exemplo: No troço entre o Prior velho e a saída do Aeroporto, o piso está irregular, chegando até a ter elevações provocadas por raízes de árvores. No troço entre o fim do viaduto do Fonte Nova e o início da IC19, há cerca de 30 candeeiros seguidos, no centro da via com iluminação deficiente, dos quais 17 estão mesmo com as duas lâmpadas apagadas, e isto para não falar da iluminação lateral que praticamente não funciona.-----

----- Em segundo lugar: Reiterar a nossa posição contra o facto de não ter sido constituída uma Comissão Eventual ou de Acompanhamento, na análise e avaliação de um assunto desta envergadura para a cidade.-----

----- Em terceiro lugar: Não é aceitável que todos os envolvidos no processo não tenham sido ouvidos, o que torna este Órgão com exceção do partido que apoia o atual executivo da Câmara Municipal de Lisboa, meros figurantes, e daí passo à continuação da minha leitura.-----

----- Meus Senhores e Minhas Senhoras, bem sabemos que o Senhor Presidente por uma questão de transparência, deveria ser o primeiro a incitar para que todas as partes envolvidas fossem ouvidas em sede de comissão...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados há muito na sala, mais uma vez, peço desculpa Senhor Deputado de o interromper.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra continuou:-----

----- “(...) particularmente os técnicos, o Júri do concurso, os concorrentes, etc.-----

----- O Senhor Presidente não está presente, mas os Senhores representantes.-----

----- Três, três, só ao terceiro relatório, sim só ao 3º relatório, cujo conteúdo convinha ao executivo da Câmara Municipal de Lisboa, é que todo o processo de adjudicação da empreitada da 2ª Circular foi suspenso, já que a interrupção das obras...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Oh Senhores Deputados, eu peço desculpa de interromper!-----

----- Eu não tenho visão lateral, eu não tinha visto que o Senhor Deputado tinha envergado um nariz de palhaço!-----

----- O Senhor Deputado sabe o que faz! Acho que o deve tirar porque nós aqui não somos palhaços! Obrigado!-----

----- Senhores Deputados deixem o Senhor Deputado terminar por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- “(...)já que a interrupção das obras é a oportunidade para reajustar o projeto, como já foi mencionado pelo Senhor Presidente.-----

----- Não é de bom grado imputar às equipas técnicas a responsabilidade da interrupção das mesmas, até porque é patente, o que efetivamente aconteceu!-----

DRAFT

----- Senhora Presidente, está algum ruído na sala, gostava que me deixassem continuar.-----

----- Fica claro que ‘a ilegalidade detestada’ veio em boa altura, livrando o executivo de um possível problema eleitoral associado a derrapagens de prazos.-----

----- Por fim, acrescentar que todos os factos anteriormente relatados, contribuíram para que o trabalho desenvolvido por esta Comissão ficasse comprometido, conforme comprovado no documento em apreciação.-----

----- Um Relatório onde a ausência de esclarecimentos é notória, ao qual acresce, a inexistência de qualquer recomendação à Câmara Municipal de Lisboa, por forma a adotar medidas e assim evitar no futuro, situações idênticas a esta.-----

----- E para terminar, nada disto teria acontecido se a Câmara Municipal de Lisboa se limitasse a recuperar a 2ª Circular tal qual está desenhada hoje, ao invés de megalomanias. Disse!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O PSD dispõe de tempo cedido pelo PNPN”-----

----- “Oh Senhores Deputados, estamos mesmo no fim da Sessão! Vamos terminar como deve ser.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Vereadora e Senhor Vereador, caros colegas.-----

----- Como sabem o projeto da requalificação da 2ª circular já foi pensado há bastante tempo. Eu recorde-me quando foi a discussão do Plano Diretor Municipal, em 2012, foi aprovado em 2012, portanto, todos os trabalhos começaram muito antes, já se falava na necessidade de requalificar a 2ª circular.-----

----- Portanto, era um projeto emblemático para a Câmara, naturalmente, para a cidade de Lisboa, e esse projeto de teve a sequência lógica deve ser apresentado, ser o caderno de encargos, ser feito o concurso, ser discutido publicamente, foram acrescentadas, como é o segundo, todos se recordam, imensas, deram-se imensas achegas, para valorizar aquilo que seria o resultado final da requalificação da 2ª circular, puseram-se algumas dúvidas, alguns receios, mas avançou e foi aprovado.-----

----- Relativamente ao concurso, só há que pensar isto: houve 3 Júris, são todos independentes, são todos mais independentes e mais conhecedores possíveis, são funcionários da Câmara, dependentes do Senhor Vereador, isso são, mesmo assim, foram precisos 3 Júris até se concluir que havia conflito de interesses.-----

----- 3 Júris os quais foram nomeados sem a Câmara tomar a decisão. Foram nomeados à medida que era necessário ou então com as desculpas mais variadas que agora podem ser dadas.-----

----- Interesse público? Defender o interesse público? Não percebi a intervenção do Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, que muito considero, e que reconheço bastante mérito em muitas intervenções, mas esta? Ele abdicou de qualquer bom senso. Abdicou! Na medida em que fez acusações perfeitamente desconexas.-----

DRAFT

----- Interesse público, interesse privado, vocês querem interesse público, o Bloco quer interesse privado, eu quero o interesse público. Mas o que é isto? O interesse público era concluir a obra! O interesse público era requalificar a 2ª circular, o interesse público era dotar a cidade com uma infraestrutura que na sequência e na lógica do executivo e na lógica da Assembleia e na lógica da Câmara era necessário à cidade, isso é que é o interesse público! Não é arranjar subterfúgios para que isso não fosse concluído. -----

----- Já foram aqui ditas muitas coisas e só fazia era um bocadinho de ‘*Poirot*’: a quem beneficia o crime? Façam este raciocínio que, aliás, foi-me soprado por um distinto Deputado Socialista. A quem compensa o crime? -----

----- Nós tivemos a confusão do Eixo Central, a baralhada do Eixo Central que incomodou imensa gente e que deixou imensa gente um bocado ressabiada contra a Câmara por força do incómodo que aquelas obras causaram. A Câmara chegou à conclusão: se vamos agora fazer a 2ª circular, isto vai calhar mesmo em setembro, outubro, se calhar até depois das eleições. -----

----- Temos que arranjar aqui uma forma disto ser feito e como saudáveis, como, aliás, se viu pela intervenção do Miguel Gama e pela intervenção do Rui Paulo Figueiredo, como são hábeis, conseguem arranjar aquelas formas, como alguém disse: manhosices. Manhosices que levam a crer que até tudo é cumprido, a legalidade é a coisa e o interesse público está salvaguardado, o interesse público, dizia o Rui Paulo Figueiredo. -----

----- Acabar com, anular a requalificação da 2ª circular é beneficiar o interesse público? E porque é que não foi anulado logo quando o 2º júri disse que havia incongruência no caderno de encargos? E incompatibilidade exatamente em relação ao material? Porque é que não foi? Teve que se arranjar um culpado e esse culpado quem era? Era o pobre do projetista, coitado, que tinham um ‘estaminésinho’ lá em casa para fazer um bocadinho de alcatrão. Que, se calhar, nem esta sala podia repavimentar e foi acusado de conflito de interesses. Não brinquem com a seriedade das pessoas. -----

----- E depois ouvir o Presidente. Outra frase: mas houve mais transparência. Esta é Câmara menos transparente que eu conheço nos últimos anos, havia mais transparência, aliás, está aqui um exemplo, um exemplo acabado da transparência, aqui à minha frente. -----

----- Havia mais transparência. Porquê? Porque o Senhor Presidente foi à Comissão. Havia mais transparência porque o Senhor Vereador Saraiva foi à Comissão. Havia mais transparência porque o Senhor Vereador Manuel Salgado foi à Comissão. -----

----- Mas isso é que dá mais transparência? Eles só vieram dizer o muito que todos nós já sabíamos, aliás, como os Senhores do Partido Socialista aqui vieram dizer aquilo que toda a gente sabe. E nós queríamos saber era a verdade, como foi dito. Era saber se, de facto, o que é que se passou. E por isso tem que haver contraditório, senão não se chega à verdade! Isto é que a democracia. Tem que se ouvir as pessoas que eventualmente possam ter uma opinião diferente e depois nós fazemos o nosso juízo e isso, o Partido Socialista não deixou! E essa culpa, este talvez deva ser a minha última

DRAFT

intervenção nesta Assembleia, porque não conto ficar cá mais, mas essa culpa que vocês levais convosco, levais convosco esta culpa de não serem suficientemente honestos para admitirem aquilo que é perfeitamente claro. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Sobre o relatório relativo à anulação do concurso da requalificação da Segunda Circular pretendemos deixar apenas as seguintes observações:-----

----- Primeiro, perante eventuais conflitos de interesse, uma vez que a empresa consultora que aconselhou a Câmara a usar um determinado e exclusivo material no pavimento da Segunda Circular, material que essa própria empresa fabrica e vende, as empreitadas foram anuladas, como não poderia deixar de ser. -----

----- Os Verdes entendem que neste caso poderá ter havido alguma falta de cuidado no concurso para a requalificação da Segunda Circular.-----

----- No entanto, este desfecho não foi propriamente inesperado, tendo em conta algumas incongruências deste processo, como por exemplo, o executivo querer avançar quase sem consulta pública, depois o concurso teve avanços e recuos, até a requalificação ser definida em duas empreitadas. -----

----- Em segundo lugar, em momento algum, Os Verdes discordaram da requalificação da Segunda Circular. Aliás, consideramos uma obra fundamental e que importa realizar, razão pela qual apresentámos propostas para que não fosse apenas mais um projeto, mas que resolvesse de vez os problemas desta via de forma séria, integrada, segura e sustentável, garantindo a qualidade de vida dos munícipes da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Terceiro, é preciso fazer esta obra, de forma transparente e consequente e não podem ser os lisboetas a sofrer as consequências, nem se pode arrastar eternamente uma solução para os problemas da cidade. Neste momento o Ministério Público está a investigar e tem que fazer, evidentemente, o que lhe compete, e devemos aguardar o resultado dessa investigação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É a última intervenção, só tem 58 segundos terá que ser super sintético.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente. Sobre o Relatório conjunto da 5ª, 3ª e 8ª Comissão Permanente, julgo que nada mais temos a dizer do que está exposto no Relatório e nas seus conclusões, que nos parece claro e que revela, na nossa opinião, que a Câmara Municipal esteve bem em anular esta empreitada, aliás, como teria que o anular perante os factos.-----

----- Apenas um comentário as declarações do PSD e do Bloco de Esquerda, porque nos parece que eles sim, conforme a distância ao calendário eleitoral é que ora são contra ora são a favor da 2ª circular e isso parece-nos um facto digno de nota. -----

DRAFT

----- O que gostaria de fazer aqui, na realidade, era uma interpelação à Mesa e era nessa qualidade que aqui queria vir. -----

----- Relativamente à Proposta de Deliberação do PAN que nos parece ser extemporânea nesta Assembleia, não só ao nível do seu conteúdo, como ao nível da sua forma. -----

----- Ao nível da sua forma, porque foi entregue de absolutamente em cima do tempo desta Assembleia, não nos dá o tempo para ser apreciada e, acima de tudo, nos parece... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Já terminou, faça favor de concluir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Senhora Presidente só para fazer uma interpelação à Mesa aos trabalhos. -----

----- De facto, parece-nos que haver, ou considerar que esta Assembleia há um fundamento de suspeição, que há existência de vício grave ou que deve ou não usar as conclusões do inquérito, não nos parece que nem o documento que aqui está o prove ou nos dê elementos suficientes neste pouco tempo que temos para o fazer, nem obviamente, criar uma Comissão eventual quase na última sessão da Assembleia. -----

----- Por isso pedimos à Senhora Presidente, sim, é essa a interpelação que fazemos à Mesa que, seja ou não aprovada, que seja comunicado à Câmara e ao Ministério Público os factos que aqui estão, e isso sim é o único facto que achamos digno que deve ser comunicado por esta Mesa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Em relação à interpelação, julgo que não tenho nenhuma explicação a dar. A Proposta foi apresentada o Ponto está agendado, estamos a discuti-la. Em relação à sequência, vamos ver qual é a decisão da Assembleia, eu logo direi, da minha parte, o que é que penso fazer relativamente à sequência desta matéria.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Em 1º lugar, eu penso que seria importante agradecer àqueles que deram o seu melhor para realizar este relatório e esta Comissão que foi nomeada pelo Senhor Presidente que recorde que tinha um elemento que foi solicitado, foi solicitado um nome à Ordem dos Engenheiros, não foi escolhido pela Câmara quem é o representante, como é evidente, da ordem dos Engenheiros. E a Ordem dos Engenheiros como, aliás, faz e nos habituou a fazer, em Portugal, ao longo da sua longa história de mais de 70 anos, indicou aquele que melhor, com inteira independência e liberdade, como não podia deixar de ser, aquele que lhe pareceu ser o a Engenheiro mais qualificado, ou dentro daqueles que eram os Engenheiros mais

DRAFT

qualificados, aquele que lhes pareceu mais, digamos, capacitado para poder proceder a esta este inquérito. -----

----- Já agora este Engenheiro, que tem um longo currículo, foi e é o Presidente, digamos, desta área dos túneis e estradas dentro das especialidades da Ordem dos Engenheiros. -----

----- Depois, também, como não podia deixar de ser, e porque o Município de Lisboa tem, no seu seio, um conjunto de pessoas muito qualificadas, poderemos encontrar alguém com inteira liberdade e foi solicitado ao Departamento Jurídico que indicasse alguns dos seus juristas e foram indicadas 2 pessoas. E, portanto, e queria agradecer aqui pessoalmente, o Engenheiro Luís Machado indicado pela Ordem dos Engenheiros para esta Comissão e às Doutoras Isabel Tomás e Tatiana Silva do Departamento Jurídico do Município que fizeram como, aliás nos têm habituado, um excelente trabalho. -----

----- Esta Comissão, como aliás os Júris, todos os Júris desta casa, que fazem, pelo menos enquanto nós somos poder, há 10 anos, o Júris não têm nenhuma influência na sua atuação por parte do executivo. Eu sei que alguns gostariam que tivesse, nomeadamente, ambicionariam, eventualmente, a sendo poder, poderem manipular os Júris, mas nós, de facto, não o fazemos, não o fazemos e não concordamos com esse modelo! Ou seja, o Município de Lisboa, decidiu em face de um relatório que o Júri entregou ao Município de Lisboa... -----

----- Posso terminar?-----

----- O Município de Lisboa decidiu em função de um relatório que lhe foi entregue um pelo Júri, repito, Júri independente e autónomo e, portanto... -----

----- Mas está a pôr em causa as pessoas que fazem parte do júri?-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Vereador, eu agradecia, olhe, está no fim do seu tempo, Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Sim! Eu vou só terminar Senhora Presidente. -----

----- Mas acho de muito mau tom que aqui nesta Assembleia, ou em qualquer sítio, se ponham em causa, sem afirmações que sejam minimamente concludentes, a idoneidade das pessoas que fazem parte dos grupos trabalho e dos Júris da Câmara! É inaceitável que o façam dessa maneira! Esse não é o nosso modelo de trabalho...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Vereador tem que terminar.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----

----- “E não aceitaremos nunca, no poder ou na oposição, que isso aconteça com nenhum executivo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Vereador tem que terminar, terminou o seu tempo.”-----

DRAFT

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Sim, eu quero só dizer Senhora Presidente que, de facto, não consigo perceber desta Assembleia e daquilo que é, que são as posições da oposição, o que é que queriam que fizessem, fizéssimos perante uma situação, obviamente que nós queremos mais do que os Senhores...” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----
----- “Tem que terminar Senhor Vereador, desculpe.” -----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Senhora Presidente assim é impossível eu terminar! -----
----- O Senhor enche a boca com essa palavra mas o Senhor não sabe o que isso é.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----
----- “Senhor Deputado Vítor Gonçalves, se faz favor deixa terminar.” -----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Eu vou-lhe dizer, eu vou terminar Senhora Presidente. -----
----- Queria só dizer o seguinte, nós Município de Lisboa agimos como tínhamos que agir, o júri... -----
----- Oh Senhora Presidente, se eu puder terminar!” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu: -----
----- “Oh Senhor Vereador eu não posso impedir as pessoas de fazer comentários!” -----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra acrescentou: -----
----- “Está bem, mas então tem que me dar mais tempo Senhora Presidente.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou: -----
----- “Mas peço-lhes que não o façam, estou farta de pedir, as pessoas são, enfim, cada qual fará como entender. -----
----- Senhores Deputados deixem o Senhor Vereador terminar.” -----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Eu sei que não gostam que eu fale, não é?” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou: -----
----- “O Senhor Deputado Magalhães Pereira está a chamar a atenção para o tempo, mas o Senhor Vereador não tem condições para concluir!” -----
----- “Eu já lhe pedi várias vezes para concluir Senhor Vereador!” -----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Eu vou terminar Senhora Presidente dizendo o seguinte, nós não nos revemos num modelo em que um Júri que propõe, como, aliás, temos feitos sempre, que propõe que um determinado procedimento, porque justificadamente, como, aliás, a Comissão independente veio a verificar, que esse mesmo Júri não tenha a liberdade para propor à Câmara aquilo que entende e que a Câmara como tem...” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

DRAFT

---- “Tem que concluir Senhor Vereador. Muito obrigado.” -----
---- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----
---- “Tal como tem acontecido sempre, o tenha feito e tenha seguido aquilo que o júri propôs.-----
---- Já agora só para terminar...” -----
---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----
---- “Senhor Vereador tem que terminar mesmo! Tem que terminar mesmo!”-----
---- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----
---- “Já foi enviado para o Ministério Público e para a Ordem dos Engenheiros este mesmo procedimento.”-----
---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----
---- “Muito obrigado Senhor Vereador.” -----
---- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----
---- “Os Senhores querem-me é silenciar a mim!” -----
---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
---- “Senhores Deputados terminámos este Ponto.-----
---- Peço desculpa, mas ao fim destas horas todas de trabalho, é preciso aqui também alguma resiliência da minha parte. -----
---- Senhores Deputados terminámos este ponto da Ordem de Trabalhos e vamos ter agora que ponderar, vou pôr à vossa consideração a Proposta de Deliberação apresentada pelo PAN que vai ser posta à votação.-----
---- Os Senhores Deputados conhecem A Proposta.-----
---- Peço para não saírem agora da sala, temos uma última votação a fazer, temos quórum e vamos fazer a votação.-----
---- Vamos pôr à vossa consideração a Proposta 001/PAN/2017, cujo teor é de vosso conhecimento e que foi retificada, a pedido de uma retificação do Bloco de Esquerda, que tem o acordo do PAN. -----
---- No ponto 5 onde se diz: ‘recomendar à Câmara Municipal que em face do que vier a ser apurado desencadeie com a brevidade possível, etc.’ Passasse a dizer: ‘recomendar à Câmara Municipal que em face do que vier a ser apurado’, acrescentar, ‘na Comissão eventual criada pelo Ponto anterior desencadeie’, etc., etc. -----
---- É isto que está posto na Proposta. -----
---- Senhores Deputados, vamos para Proposta a votação. -----
---- Voto **da Proposta de Deliberação nº 001/PAN/2017**. A Proposta 001/PAN/2017 foi **rejeitada**, votos contra do PS, PCP, PEV, PCPC, 6IND, não há abstenções, votos a favor do, PSD, BE, CDS-PP, MPT, PAN. -----
---- Senhores Deputados foi este o resultado da votação. -----
---- Em todo o caso, esta Proposta, e eu não quis dizer isto durante o debate, não me compete influenciar o debate, tendo esta Proposta um conteúdo de uma denúncia que eu considero grave e todos considerarão, certamente, grave, a Mesa vai fazer

DRAFT

diligências para remeter ao Ministério Público, imediatamente, esta denúncia, para que seja do conhecimento do Ministério Público, tal como, aliás, o Senhor Deputado Miguel Graça sugeriu.-----

----- Era talvez por aí que se devia ter começado mas, uma vez que ela chegou aqui, da minha passará rapidamente para o Ministério Público.-----

----- Senhores Deputados terminámos os nossos trabalhos, agradeço a vossa paciência e vosso esforço. Desejo boas férias a todos e cá estaremos no dia 5 de Setembro. -----

----- Muito obrigado a todos.-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinquenta minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----